

PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA



2025



FICHA TÉCNICA

TÍTULO:

Plano Municipal de Ação Climática de
São Pedro do Sul

PROMOTOR:

Câmara Municipal de São Pedro do Sul

COORDENAÇÃO TÉCNICA:

André Silva

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA:

Carlos Delgado, Bruno Cunha

EQUIPA TÉCNICA:

Rúben Duarte, Cláudia Guise, Carlos
Cambotas, Patrícia Santos, Inês Marafuz

Versão: 01/2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A AGENDA CLIMÁTICA DE SÃO PEDRO DO SUL.....	8
3. UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO	14
4. PMAC-SPS: MAIS DO QUE UMA VISÃO, UMA AMBIÇÃO	18
5. ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	22
6. MITIGAÇÃO.....	40
7. PLANO DE AÇÃO.....	54
8. MODELO DE GESTÃO E GOVERNANÇA.....	62
9. ANEXOS	84



É hora de dizer basta. Basta de brutalizar a biodiversidade, basta de matarmo-nos a nós mesmos com carbono, basta de tratar a natureza como uma latrina e de cavar a nossa própria sepultura.

António Guterres, 2021

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Principais ondas de calor	23
Figura 2. Capacidade potencial de sequestro (ktonCO ₂ eq)	53

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1. Enquadramento de São Pedro do Sul	14
Mapa 2. Percentagem de famílias que não conseguem manter a casa adequadamente quente na União Europeia	44
Mapa 3. Percentagem de alojamentos clássicos sem qualquer tipo de aquecimento, nas freguesias de São Pedro do Sul, em 2021	44
Mapa 4. Tecnologias de energias renováveis, nas freguesias de São Pedro do Sul, em 2023.....	46
Mapa 5. Sequestro médio de tonCO ₂ eq/ha/ano, em São Pedro do Sul	52

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da população residente de São Pedro do Sul	15
Gráfico 2. Estrutura etária de São Pedro do Sul e da sub-região de Viseu Dão Lafões, em 2021	15
Gráfico 3. Evolução do PIB per capita na Região de Viseu Dão Lafões	16
Gráfico 4. Evolução do poder de compra per capita em São Pedro do Sul	16
Gráfico 5. Evolução do número de empresas em São Pedro do Sul	16
Gráfico 6. Setores de atividade e volume de negócios em São Pedro do Sul, em 2021	17
Gráfico 7. Volume de negócios por setor de atividade em São Pedro do Sul	17
Gráfico 8. Valores de temperatura, 1981-2010, em Viseu	22
Gráfico 9. Valores de precipitação, 1981-2010, em Viseu	23
Gráfico 10. Número de horas de vento por ano, velocidade e direção em São Pedro do Sul, média dos últimos 30 anos.....	23
Gráfico 11. Histórico simulado da temperatura média mínima (°C) na região de Viseu Dão Lafões	25
Gráfico 12. Anomalias da temperatura média mínima (°C) na região de Viseu Dão Lafões.....	25

Gráfico 13. Histórico simulado da temperatura média (°C) na região de Viseu Dão Lafões	26
Gráfico 14. Anomalias da temperatura média (°C) na região de Viseu Dão Lafões.....	26
Gráfico 15. Histórico simulado da temperatura média máxima (°C) na região de Viseu Dão Lafões	27
Gráfico 16. Anomalias da temperatura média máxima (°C) na região de Viseu Dão Lafões	27
Gráfico 17. Histórico simulado de dias de verão (n.º) na região de Viseu Dão Lafões.....	28
Gráfico 18. Anomalias de dias de verão (n.º) na região de Viseu Dão Lafões	28
Gráfico 19. Histórico simulado de dias muito quentes (n.º) na região de Viseu Dão Lafões	29
Gráfico 20. Anomalias de dias muito quentes (n.º) na região de Viseu Dão Lafões.....	29
Gráfico 21. Histórico simulado de dias de geada (n.º) na região de Viseu Dão Lafões.....	30
Gráfico 22. Anomalias de dias de geada (n.º) na região de Viseu Dão Lafões.....	30
Gráfico 23. Histórico simulado de precipitação média acumulada (mm) na região de Viseu Dão Lafões.....	31
Gráfico 24. Anomalias de precipitação média acumulada (mm) na região de Viseu Dão Lafões...	31
Gráfico 25. Histórico simulado de dias sem chuva (n.º) na região de Viseu Dão Lafões	32
Gráfico 26. Anomalias de dias sem chuva (n.º) na região de Viseu Dão Lafões.....	32
Gráfico 27. Histórico simulado de dias com precipitação superior a 10mm (n.º) na região de Viseu Dão Lafões	33
Gráfico 28. Anomalias de dias com precipitação superior a 10mm (n.º) na região de Viseu Dão Lafões	33
Gráfico 29. Histórico simulado de dias com precipitação superior a 20mm (n.º) na região de Viseu Dão Lafões	34
Gráfico 30. Anomalias de dias com precipitação superior a 20mm (n.º) na região de Viseu Dão Lafões	34
Gráfico 31. Histórico simulado de dias consecutivos sem chuva (n.º) na região de Viseu Dão Lafões	35
Gráfico 32. Anomalias de dias consecutivos sem chuva (n.º) na região de Viseu Dão Lafões	35
Gráfico 33. Histórico simulado de dias consecutivos com chuva (n.º) na região de Viseu Dão Lafões	36

Gráfico 34. Anomalias de dias consecutivos com chuva (n.º) na região de Viseu Dão Lafões	36
Gráfico 35. Histórico simulado de evapotranspiração (mm/ano) na região de Viseu Dão Lafões	37
Gráfico 36. Anomalias de evapotranspiração (mm/ano) na região de Viseu Dão Lafões	37
Gráfico 37. Consumo de energia em Portugal, em 2022	40
Gráfico 38. Evolução do consumo de energia total em São Pedro do Sul	40
Gráfico 39. Consumo de energia por tipo de vetor em São Pedro do Sul, em 2021	40
Gráfico 40. Evolução do consumo de energia por tipo de vetor em São Pedro do Sul	41
Gráfico 41. Evolução do consumo de combustíveis derivados de petróleo, em São Pedro do Sul	41
Gráfico 42. Evolução do consumo de energia elétrica em São Pedro do Sul	42
Gráfico 43. Evolução do consumo de energia elétrica por tipo de consumo em São Pedro do Sul	42
Gráfico 44. Evolução do consumo de energia elétrica por setor de atividade, em São Pedro do Sul, em 2021	42
Gráfico 45. Evolução do consumo de gás natural em São Pedro do Sul	43
Gráfico 46. Alojamentos por tipo de aquecimento, em São Pedro do Sul, em 2021	44
Gráfico 47. Certificados emitidos em São Pedro do Sul entre 2014 e 2023	45
Gráfico 48. Certificados emitidos em São Pedro do Sul por tipo de edifício, entre 2014 e 2023	45
Gráfico 49. Certificados emitidos em São Pedro do Sul em edifícios novos e em renovação de edifícios, entre 2014 e 2023	45
Gráfico 50. Classes energéticas em edifícios de São Pedro do Sul e toneladas de CO ₂ /ano, entre 2014 e 2023	45
Gráfico 51. Número de instalações e potência instalada de UPAC, em São Pedro do Sul, até ao 2º trimestre de 2023	46
Gráfico 52. Evolução das emissões totais nacionais de GEE	47
Gráfico 53. Emissões de GEE dos Municípios da sub-região de Viseu Dão Lafões	48
Gráfico 54. Emissões de GEE per capita dos Municípios da CIM de Viseu Dão Lafões	48
Gráfico 55. Emissões de GEE (CO ₂ eq) por grupos, em São Pedro do Sul, em 2019	49

Gráfico 56. Cenário de emissões de GEE 2030 – 2050, em São Pedro do Sul	50
Gráfico 57. Cenário de redução de emissões de GEE até 2030, em São Pedro do Sul, para os diferentes setores de atividade	51
Gráfico 58. Sequestro médio de CO ₂ eq/ha/ano, para os diferentes tipos de ocupação do solo, em São Pedro do Sul em 2018	53

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Impactos e fatores críticos face às alterações climáticas futuras	38
Tabela 2. Consumo de produtos de petróleo (ton) em São Pedro do Sul (2021)	41
Tabela 3. Consumo de eletricidade na indústria de São Pedro do Sul (2021 provisório)	43
Tabela 4. Consumo de gás natural (10 ³ Nm ³) em São Pedro do Sul (2021 provisório)	43
Tabela 5. Sequestro médio de CO ₂ para diferentes tipos de ocupação do solo	52

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o Município de São Pedro do Sul, tem desenvolvido ações para tornar o seu território cada vez mais resiliente e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, demonstrando assim uma preocupação com a temática das alterações climáticas.

O Plano Municipal de Ação Climática de São Pedro do Sul (PMAC-SPS) alinha-se com o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Viseu Dão Lafões (PIAAC-SPS) que tem como principal objetivo implementar a adaptação às alterações climáticas.

Ainda neste âmbito, o PMAC-SPS articula-se com o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes de Viseu Dão Lafões (PIMT) que visa a promoção e a eficiência dos modos de transporte suaves numa lógica de descarbonização progressiva da mobilidade da região, e também e com o Plano de Sensibilização e Educação Ambiental da Associação de Municípios do Planalto Beirão, que tem como

objetivo a sensibilização da comunidade para a reciclagem e a economia circular.

Para além deste, o PMAC-SPS alinha-se também com o projeto designado Produção de Informação sobre Vulnerabilidade e Risco no âmbito das Alterações Climáticas, desenvolvido para identificar os principais riscos, as respetivas consequências e as medidas de adaptação às alterações climáticas para o município; e com o projeto Biobairros da Terra à Terra, que pretende incentivar a valorização dos resíduos orgânicos na fonte, através da compostagem doméstica, e promover a utilização do composto orgânico produzido para a fertilização dos solos.

Assim, o presente PMAC-SPS representa uma oportunidade para alinhar e integrar as políticas e planos internacionais, europeus e nacionais em relação a esta matéria.



PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA



Para o combate às alterações climáticas, o PMAC-SPS desempenha um papel crucial no planeamento municipal.

De acordo com a Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro), os Planos Municipais de Ação Climática devem traduzir o contributo dos Municípios para os objetivos nacionais em matéria de política climática, devendo contemplar os objetivos e metas traçados a nível municipal, quer em termos da **redução de emissões de gases com efeito de estufa**, quer em termos de **preparação e resposta aos efeitos das alterações climáticas**, bem como as **ações a desenvolver e o investimento** associado.

Adicionalmente, o PMAC-SPS deve garantir a conformidade com os objetivos e metas definidas em âmbito nacional, como os estabelecidos na Lei de Bases do Clima (LBC), no Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050), no Roteiro Nacional para a Adaptação 2100 (RNA 2100) e no Plano Nacional Energia e Clima (PNEC 2030).

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO



A elaboração do presente PMAC-SPS é fundamental para enfrentar os desafios das alterações climáticas e contribuir para a mitigação dos seus impactos no Município.

Nesse sentido, a elaboração do PMAC-SPS complementa três fases fundamentais – a fase de diagnóstico, a fase do plano de ação e a fase do modelo de gestão e governança.

- **A fase de diagnóstico:**
 - Enquadramento do contexto local em relação às políticas e ações no combate às alterações climáticas;
 - Análise das dinâmicas populacionais e das atividades económicas no Município, bem

como a avaliação do impacto dessas dinâmicas no Município;

- Realização de uma análise dos fatores climáticos no Município, nomeadamente, eventos climáticos, avaliação da emissão de gases com efeito de estufa, da pobreza energética do Município e a produção de energia local.
- **A fase do plano de ação:**
 - Definição de medidas concretas de mitigação e adaptação em relação aos fatores climáticos;
 - Identificação de territórios vulneráveis prioritários, estabelecendo programas específicos para a adaptação às mudanças climáticas;
 - Estabelecimento de metas e estratégias para combater as mudanças climáticas;
 - Definição de metas com o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica tendo por base o RNC2050.
- **A fase do modelo de gestão e governança:**
 - Elaboração de um plano financeiro detalhado para a implementação de medidas e ações;
 - Definição do modelo de monitorização e avaliação com a calendarização das medidas e ações estipuladas;
 - Definição do modelo de governança global a adotar.

Com o intuito de promover a harmonização e a coerência do PMAC-SPS com os planos e estratégias de âmbito nacional e regional em matéria de mitigação e adaptação às alterações climáticas, procurou-se seguir as orientações da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), entidades responsáveis por propor, desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente, nomeadamente no âmbito do combate às alterações climáticas.

Neste sentido, para determinação das emissões dos Gases com Efeito de Estufa (GEE) recorreu-se aos dados da distribuição espacial de emissões, por Municípios, que têm por base o inventário nacional no âmbito dos compromissos nacionais face à CLRTAP¹ e UNFCCC².

A metodologia utilizada segue as diretrizes metodológicas internacionais - 2006 IPCC *Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories*, requisitos esses que se encontram estabelecidos no Global Protocol for Community-Scale Greenhouse Gas Inventories (GPC).

Desta forma, o presente PMAC-SPS traduz o contributo do Município de São Pedro do Sul para os objetivos regionais e nacionais em matéria de política climática, estando o mesmo alinhado com os objetivos e metas estabelecidos a nível nacional, como é o caso da Lei de Bases do Clima, do RNC 2050 e do Plano Nacional Energia Clima (PNEC 2030), na dimensão mitigação, e da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAC), no Roteiro Nacional para a Adaptação 2100 (RNA 2100) e do Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), na dimensão da adaptação.



Diagnóstico

- Enquadramento
- Um olhar sobre o território
- Estudo dos fatores climáticos do Município



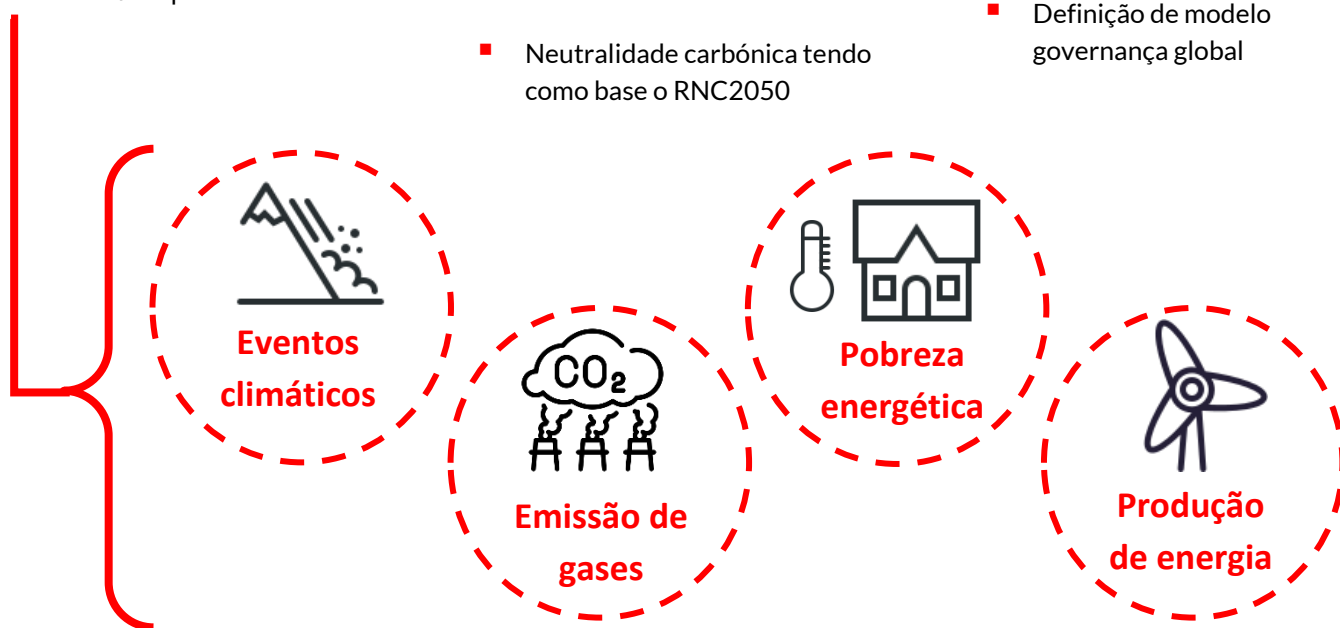
Plano de Ação

- Medidas e ações de mitigação e adaptação
- Definição de objetivos e estratégias
- Neutralidade carbónica tendo como base o RNC2050



Modelo de Gestão e Governança

- Planeamento financeiro
- Definição de modelo de monitorização e avaliação
- Definição de modelo governança global



¹ Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância

² Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A AGENDA CLIMÁTICA DE SÃO PEDRO DO SUL

CONTEXTO INTERNACIONAL

Recentemente, as preocupações sobre as alterações climáticas atingiram um consenso global e impulsionaram acordos e compromissos internacionais.

Ainda que haja debates sobre as consequências das mudanças climáticas, a comunidade internacional está de acordo no que se refere à importância de adotar medidas de mitigação dos impactos, reduzir o consumo de energia e as emissões de GEE.

Entre outros, destacam-se abaixo alguns compromissos e iniciativas que foram implementados nas últimas décadas a nível internacional, no âmbito do combate às alterações climáticas.

Em 1992, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas marcou o início da ação global para limitar os GEE resultantes da ação humana.

No contexto da mesma convenção, em 1997, foi estabelecido o Protocolo de Quioto, um marco importante no combate às alterações climáticas ao fixar metas vinculativas de emissões de GEE por parte dos países industrializados.

Em 2005 a União Europeia (UE) estabelece o Sistema de Comércio de Licenças de Emissão usando o princípio do 'poluidor-pagador'.

Em 2015 foi aprovado o Pacote Clima e Energia 2030 da UE reuniu um conjunto de medidas direcionadas para cumprir metas relacionadas com o clima e a energia até 2030 e a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas, constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que abordam diversas questões como a erradicação da pobreza, a igualdade de género, a

proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas.

O Acordo de Paris (2015), um tratado internacional que visa alcançar a descarbonização das economias mundiais e visa limitar o aumento da temperatura média global a níveis abaixo dos 2°C acima dos níveis pré-industriais e prosseguir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C, reconhecendo que reduzirá os riscos e impactos das alterações climáticas.

Este representa uma mudança de paradigma na implementação da Convenção Quadro para as Alterações Climáticas, com o reconhecimento explícito de que só com o contributo de todos é possível vencer o desafio das alterações climáticas.

O Pacote Energia Limpa para todos os Europeus (2019), da UE, apresenta propostas que procuram facilitar a transição para fontes de energia mais limpas e sustentáveis. Esse conjunto de medidas visa não apenas a redução das emissões, mas também a promoção da eficiência energética e a garantia da segurança energética.

O Pacto Ecológico Europeu (2019), uma estratégia da UE para alcançar a neutralidade carbónica até 2050, e que visa impulsionar a sustentabilidade em vários setores que vão desde a energia até à agricultura e à indústria, representando um sério e forte compromisso na luta contra as alterações climáticas.

**1992****Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas**

Objetivo de alcançar uma redução de emissão de GEE, de forma a prevenir impactos prejudiciais resultantes da atividade humana.

1997**Protocolo de Quioto**

Acordo internacional que estabeleceu metas de redução de emissões de GEE.

2005**Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE)**

É um sistema criado pela UE para regulamentar e limitar as emissões de GEE nos setores da indústria e da energia.

2015**Pacote Clima e Energia 2030**

Conjunto de medidas da UE para atingir metas climáticas e energéticas até 2030.

2015**Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

Plano global das Nações Unidas com 17 ODS que procuram melhorar a qualidade de vida e do planeta até 2030.

2015**Acordo de Paris**

Tratado internacional que visa combater as mudanças climáticas, estabelecendo metas para limitar o aquecimento global.

2019**Pacote Energia Limpa para todos os Europeus**

A UE lançou um conjunto de propostas com o objetivo de proporcionar uma transição para uma energia mais limpa e sustentável.

2019**Pacto Ecológico Europeu**

É uma estratégia da UE para atingir a neutralidade carbónica até 2050 e impulsionar a sustentabilidade em diversas áreas.

CONTEXTO NACIONAL

Portugal tem demonstrado um forte compromisso no combate às alterações climáticas. Em 2010, aprovou a **Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (ENAAAC)**, estabelecendo as bases e objetivos para implementação de soluções para as alterações climáticas. Em 2015, essa estratégia foi revista e alinhada com o **Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC)**.

O QEPiC alinha-se com as metas da UE para 2020-2030, definindo metas de redução de emissões de GEE assumidas por Portugal no contexto europeu e nacional.

Em 2019, o **Programa de Ação para as Alterações Climáticas (P-3AC)** é aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, complementando a ENAAAC 2020 no combate às alterações climáticas.

No âmbito dos compromissos internacionais, Portugal comprometeu-se, em 2019, com a criação do **Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)**, em reduzir as emissões de GEE, em conformidade com os objetivos do Acordo de Paris, estabelecendo um plano detalhado para a transição de Portugal para uma economia livre de emissões de carbono até 2050.

Em 2020 iniciou-se o **Roteiro Nacional para a Adaptação 2100 – Avaliação da vulnerabilidade do território Português às alterações climáticas no século XXI (RNA 2100)** que se prevê terminar em 2024. Este pretende analisar a evolução das vulnerabilidades e impactos das alterações climáticas, bem como avaliar as necessidades de investimento para a adaptação e custos socioeconómicos da inação.

Já o **Plano Nacional Energia e Clima (PNEC 2021-2030)**, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros 53/2020, constitui uma estratégia de curto prazo (até 2030). Define metas e políticas relacionadas com a energia e o clima e surge no âmbito das obrigações estabelecidas pelo **Regulamento da Governação da União da Energia e da Ação Climática**.

Por sua vez, em 2021 é promulgada a **Lei de Bases do Clima** (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro), que vem consolidar objetivos, princípios e obrigações para os diferentes níveis de governação para a ação climática através de políticas públicas e estabelece novas disposições em termos de política climática, nomeadamente:

- Estipula direitos e deveres em matéria de clima, reforçando o direito à participação dos cidadãos;
- Define o quadro de governação da política climática, criando estruturas e requisitos, incluindo o Conselho para a Ação Climática, os Planos de Ação Climática Municipais e regionais, e os orçamentos de carbono – os quais, alinhados com os restantes instrumentos já existentes – vêm estabelecer a necessidade de metas nacionais para subperíodos mais curtos, neste caso de 5 em 5 anos;
- Cria requisitos e estabelece calendários para instrumentos de planeamento e avaliação da política climática, incluindo o desenvolvimento de planos setoriais quinquenais para mitigação e adaptação, e de uma estratégia industrial verde que visa apoiar o setor industrial no processo de transição climática;
- Define novos princípios e normas relativas aos instrumentos económicos e financeiros, com particular incidência no processo orçamental do Governo, na tributação verde e no financiamento sustentável, promovendo uma transição justa para uma economia neutra em carbono;
- Define princípios e normas para instrumentos de política climática setorial, nomeadamente nas áreas da energia, transportes, materiais e consumo, cadeia agroalimentar e sequestro de carbono.



CONTEXTO LOCAL

Ao longo dos últimos anos, o Município de São Pedro do Sul tem demonstrado uma forte preocupação com a temática das alterações climáticas. Com base na legislação e estratégias nacionais foram criados os seguintes documentos:

- **O Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes de Viseu Dão Lafões (2016)** pretende a implementação de um sistema integrado de mobilidade que leve a uma diminuição do uso do transporte individual, garantindo a mobilidade das populações, a equidade social, a qualidade de vida urbana e a preservação do património histórico e cultural da região.
- **Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Viseu Dão Lafões (2017)**: promove a integração da adaptação às alterações climáticas no planeamento intermunicipal e municipal, de modo a criar uma cultura de adaptação transversal aos vários setores e atores, reforçando assim a resiliência territorial e preparando a comunidade para as mudanças do clima que estão/irão surgir.
- **Produção de Informação sobre Vulnerabilidade e Risco no âmbito das Alterações Climáticas (2019)**: produção de informação georreferenciada dos riscos identificados e respetivas consequências, e na definição de medidas de adaptação e melhores práticas a implementar no território.
- **Plano de Sensibilização e Educação Ambiental da Associação de Municípios do Planalto Beirão (2019/2021)** tem como objetivo promover a reciclagem nas populações abrangidas e alargar o ciclo de vida dos produtos pela economia circular.
- **Projeto Biobairros da Terra à Terra (2019/2021)** é um estímulo à compostagem doméstica de resíduos orgânicos dos munícipes que podem usar os mesmos para adubar os seus jardins e terrenos.





2016

Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes de Viseu Dão Lafões

Promove o uso dos transportes públicos na mobilidade dos cidadãos.

2017

Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas

Promove a integração da adaptação às alterações climáticas.

2019

Produção de Informação sobre Vulnerabilidade e Risco no âmbito das Alterações Climáticas

Produção de informação georreferenciada dos riscos identificados e respetivas consequências, e definição de medidas de adaptação às alterações climáticas.

2019/2021

Plano de Sensibilização e Educação Ambiental da Associação de Municípios do Planalto Beirão

Incentivo à reciclagem e à economia circular.

2019/2021

Projeto Biobairros da Terra à Terra

Distribuição de compositores domésticos às populações.

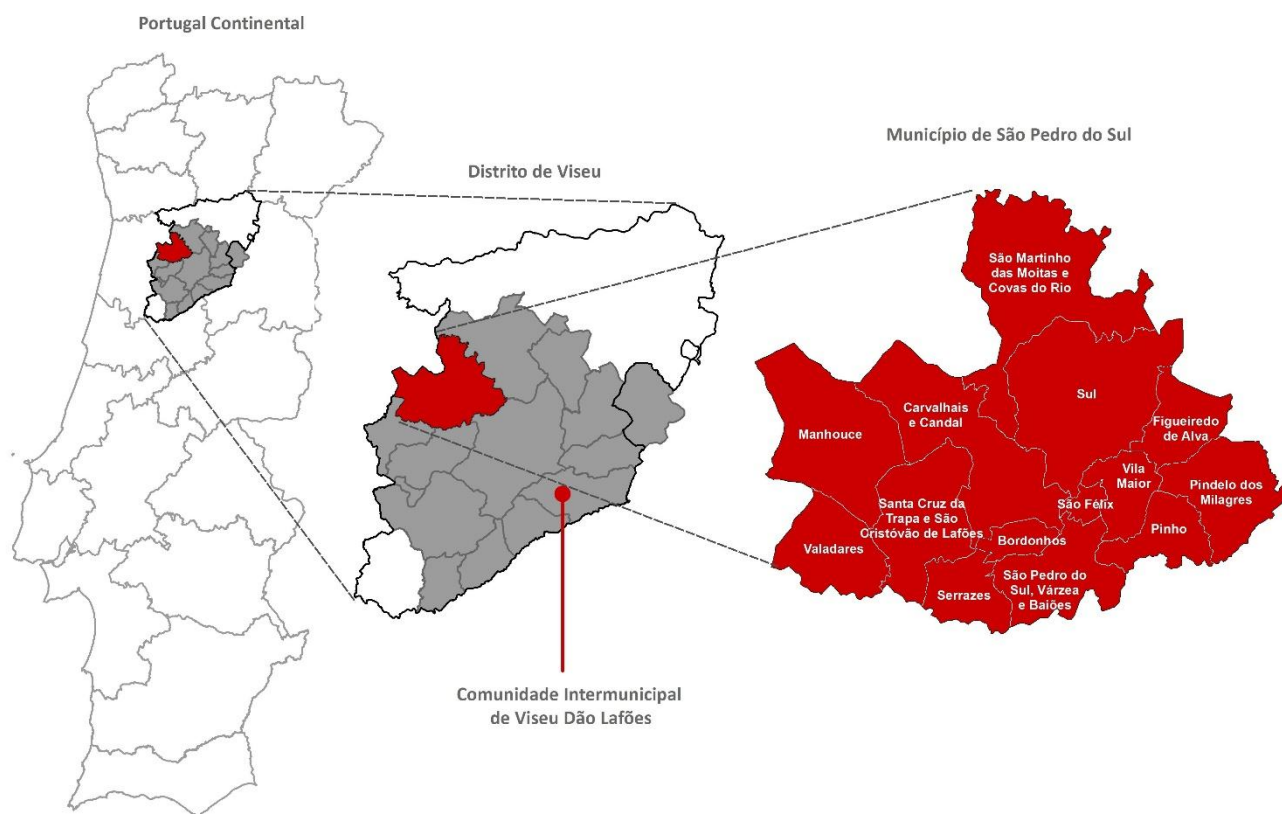


3. UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO

Localizado na região Centro de Portugal e na **sub-região de Viseu Dão Lafões**, o Município de São Pedro do Sul é limitado a Norte e a Leste pelos municípios de Arouca e Castro Daire, a Oeste e a Sudoeste por Vale de Cambra e Oliveira de Frades, a Sul e a Sudeste por Vouzela e Viseu. São Pedro do Sul é subdividido em 10 freguesias e 4 união de freguesias que ocupam uma área territorial de 348,95 quilómetros quadrados, sendo estas: Bordonhos, Figueiredo de Alva, Manhouce, Pindelo dos Milagres, Pinho, São Félix, Serrazes, Sul,

Valadares, Vila Maior, União das freguesias de Carvalhais e Candal, União das freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões, União das freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio e a União das freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (**Mapa 1**).

O Município é marcado por um relevo montanhoso e insere-se na bacia hidrográfica do Rio Vouga e na sub-bacia do Rio Paiva.



Mapa 1. Enquadramento de São Pedro do Sul



DINÂMICAS POPULACIONAIS

Em São Pedro do Sul, a freguesia com mais habitantes corresponde à União das freguesias de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões (5 497 habitantes) segundo os Censos de 2021). Em contrapartida, a União das freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (258 habitantes), é a freguesia com menos habitantes.

A população do Município registou uma diminuição, não uniforme, entre 1991 e 2021. Em 2021, São Pedro do Sul tinha 15 137 habitantes (**Gráfico 1**).

De acordo com as projeções do INE, estima-se que até 2080 a população portuguesa sofrerá uma redução de 20%. As regiões mais afetadas serão o Norte e o Centro, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve.

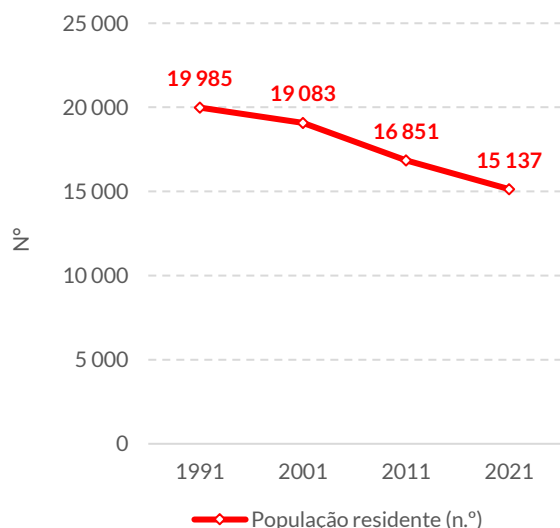


Gráfico 1. Evolução da população residente de São Pedro do Sul

Quanto à estrutura etária, observa-se que tanto para o Município de São Pedro do Sul quanto para a região de Viseu Dão Lafões, a maioria da população está inserida na faixa dos 60-69 anos. Ambos os territórios possuem uma distribuição etária que indica uma tendência de envelhecimento (**Gráfico 2**).

Este tipo de distribuição etária apresenta uma progressiva diminuição da base e a alargamento do topo, justificado pela diminuição da natalidade, pela elevada esperança média de vida e pela menor percentagem de jovens comparativamente a adultos e idosos.

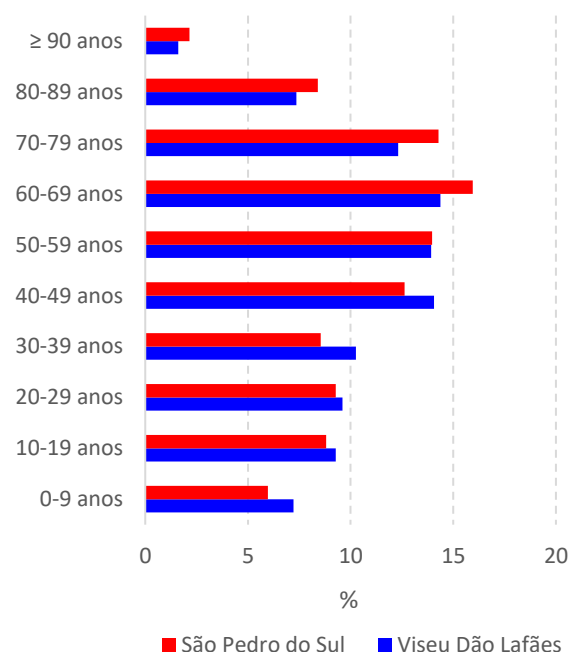


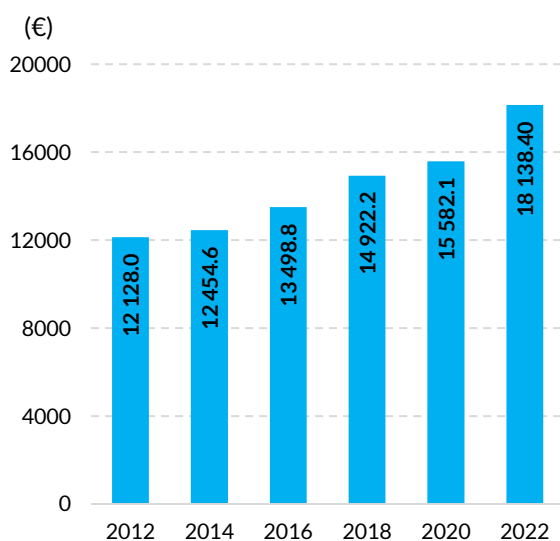
Gráfico 2. Estrutura etária de São Pedro do Sul e da sub-região de Viseu Dão Lafões, em 2021



DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS

O Produto Interno Bruto (PIB) é apontado como um dos indicadores económicos mais utilizados para avaliar a dimensão de uma economia. Dividindo este valor pela população obtemos o PIB *per capita*.

Na ausência de dados a nível municipal, foi analisado o PIB *per capita* da Região de Viseu Dão Lafões entre 2012 e 2022. Assim, verifica-se que há uma tendência de crescimento deste indicador. Em 2022 o PIB *per capita* da região de fixou-se em 18 138,40€ (Gráfico 3).

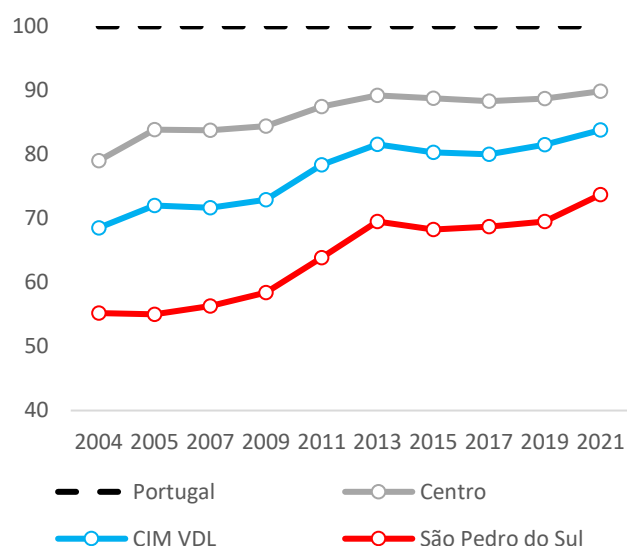


Fonte: Pordata

Gráfico 3. Evolução do PIB per capita na Região de Viseu Dão Lafões

O poder de compra per capita afirma-se também como outro indicador económico relevante na análise de um território.

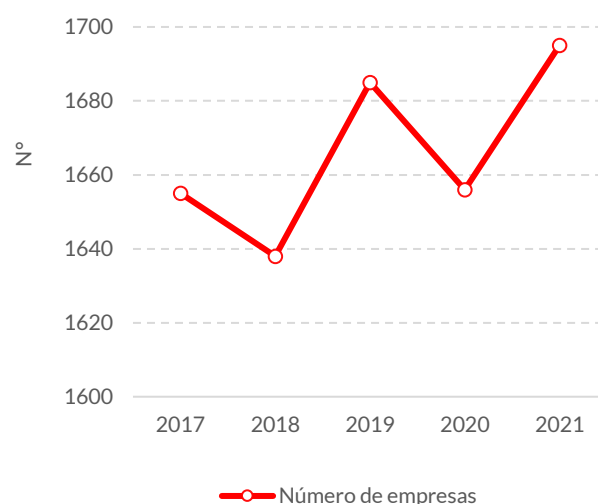
Assim, o Município de São Pedro do Sul, entre 2004 e 2021, tem apresentado um aumento do seu poder de compra, tendo, no entanto, um poder de compra inferior às unidades geográficas de referência (Portugal, Região Centro e CIM VDL) - Gráfico 4.



Fonte: INE

Gráfico 4. Evolução do poder de compra per capita em São Pedro do Sul

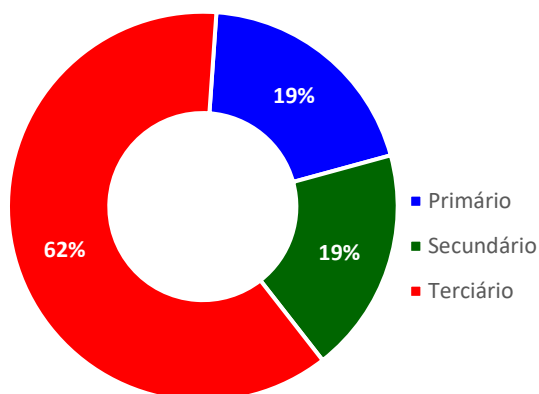
Quanto ao número de empresas no Município, a tendência foi de oscilação no período em análise. Em 2021, registou-se 1 695 empresas instaladas no território (Gráfico 5).



Fonte: INE, 2021

Gráfico 5. Evolução do número de empresas em São Pedro do Sul

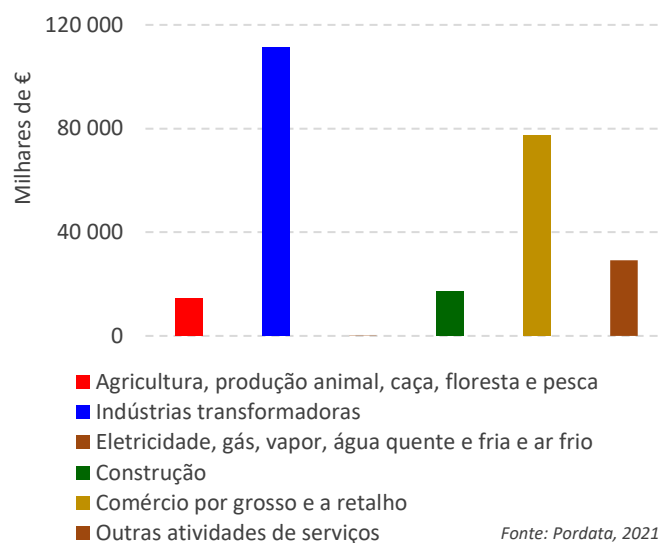
No que se refere aos setores de atividade que predominam no Município de São Pedro do Sul, verificou-se que o setor terciário é o mais predominante (62%), seguindo-se dos setores primário e secundário (ambos com 19%) - Gráfico 6.



Fonte: INE, 2021

Gráfico 6. Setores de atividade e volume de negócios em São Pedro do Sul, em 2021

Por fim, analisando o volume de negócios por setor de atividade, constata-se que a maioria se refere a indústrias transformadoras (111 325 milhares de €) seguida por comércio por grosso retalho (77 400 €). Com valores mais reduzidos estão o setor outras atividades de serviços (29 218 milhares de €), da construção (17 273 milhares de €), da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (14 403 €) e da eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (40 €) - Gráfico 7.



Fonte: Pordata, 2021

Gráfico 7. Volume de negócios por setor de atividade em São Pedro do Sul



4. PMAC-SPS: MAIS DO QUE UMA VISÃO, UMA AMBIÇÃO

Procuraremos implementar mais políticas sustentáveis, promover a utilização de energias renováveis e sensibilizar a comunidade sobre a importância da preservação ambiental. Vamos colaborar com diversos setores da nossa comunidade, implementando, conjuntamente, medidas de adaptação e mitigação aos desafios climáticos.

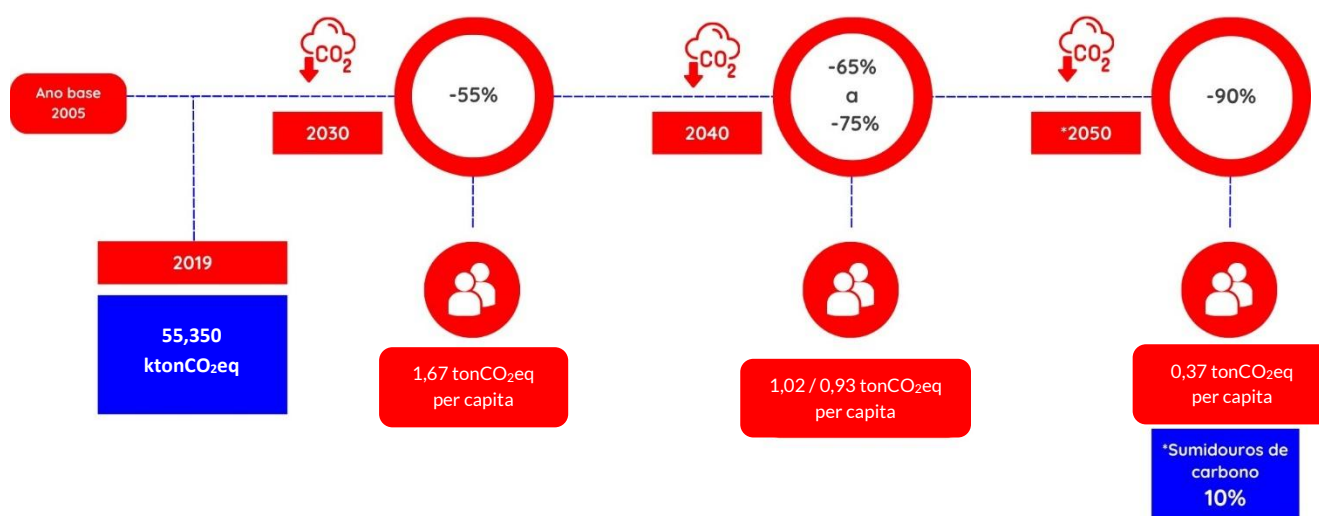


OBJETIVOS DO PMAC – METAS



O presente PMAC pretende contribuir para os objetivos e metas estabelecidos nos instrumentos de planeamento e política nacional em matérias de ação climática, incluindo os estabelecidos na lei de Bases do Clima e que constituem os referenciais do Município.

OBJETIVO 1 – NEUTRALIDADE CARBÓNICA ATÉ 2050



A neutralidade carbónica é um dos objetivos fundamentais do Acordo de Paris e consiste em obter um balanço líquido nulo de GEE (ou neutralidade carbónica), o que significa alcançar um equilíbrio entre a capacidade do nosso ecossistema em absorver as emissões de GEE e as emissões inevitáveis geradas pelas atividades do Município, desde o presente até 2050.

Os cenários modelados no âmbito dos trabalhos do RNC2050 permitiram sustentar a viabilidade tecnológica da neutralidade carbónica até 2050, assente numa trajetória de redução de emissões, aprovada no PNEC 2030, de -45% a -55% em 2030, -65% a -75% em 2040 e -85% a -90% em 2050, face a 2005, pressupondo um valor de sumidouro entre -9 e -13 MtCO₂, prevendo-se que entre 10% a 15% de emissões restantes, em 2050, sejam compensados através do sequestro de carbono pelo uso do solo e florestas.

Mais recentemente, a Lei de Bases do Clima, veio adotar novas metas de redução de GEE, nomeadamente:

- Eliminação dos intervalos anteriormente previstos no PNEC 2030 para as metas de 2030 e 2050, estipulando o limite máximo desses intervalos como meta a seguir;
- Um intervalo para o sumidouro líquido de CO₂ a ser atingido entre 2045 e 2050;
- A possibilidade de antecipação da meta da neutralidade carbónica para 2045, mediante novos estudos.

Para 2030, e por referência às emissões registadas em 2005, foram também definidas metas setoriais no PNEC:

- 70% no setor dos serviços;
- 35% no setor residencial;
- 40% no setor dos transportes;
- 11% no setor da agricultura;
- 30% no setor dos resíduos e águas residuais.

OBJETIVO 2 – POBREZA ENERGÉTICA = 0 ATÉ 2050

Outro dos objetivos do PMAC-SPS é eliminar por completo a pobreza energética até 2050. Esta forte ambição reflete um compromisso sério com o bem-estar da população de São Pedro do Sul.

Este objetivo irá envolver a implementação de várias políticas que apontam para uma melhoria da energia, bem como torná-la mais acessível e proveniente de fontes renováveis.

A redução da pobreza energética, não irá só melhorar a qualidade de vida da comunidade local, como também contribuir para a redução das emissões de GEE.

OBJETIVO 3 – MONITORIZAR A ADEQUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO

Para garantir que o Município de São Pedro do Sul está preparado para enfrentar os desafios do futuro, é fundamental implementar medidas adaptativas, tanto no âmbito económico como no âmbito social.

Estando o Município consciente que os processos de adaptação geralmente enfrentam obstáculos que tendem a ser demorados, é imperativo agir com celeridade na implementação de medidas, a fim de promover uma adaptação eficaz num curto espaço de tempo.

Para tal, importa avaliar todas as medidas constantes neste plano sempre que existam novos dados de monitorização e adequando-as quando as circunstâncias assim o exigirem.

Assim, o PMAC articula-se com o PIAAC, documento esse que define objetivos específicos para fazer face às alterações climáticas municipais, nomeadamente ao aumento da temperatura, à subida do nível do mar, à diminuição da precipitação média anual e ao aumento de fenómenos extremos de precipitação.

Para avaliar e acompanhar a evolução da resposta face às alterações climáticas, o presente PMAC define um conjunto de metas quantificáveis para a

- Favorecer bases de entendimento comuns;

minimização dos impactos associados às alterações climáticas projetados para o Município.

OBJETIVO 4 – MONITORIZAR A ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO

As medidas de mitigação às alterações climáticas visam prevenir, reduzir ou controlar os impactos adversos, agindo diretamente sobre as suas causas.

No PMAC-SPS, foram propostas várias medidas de mitigação (7. Plano de Ação) que pretendem reduzir as fontes de emissão de GEE e aumentar os sumidouros destes mesmos gases.

Estas medidas serão avaliadas e monitorizadas com uma periodicidade máxima de 2 anos.

OBJETIVO 5 – INTEGRAR A AÇÃO CLIMÁTICA NAS POLÍTICAS LOCAIS E MOBILIZAR OS ATORES DO TERRITÓRIO, AUMENTANDO A CAPACIDADE DE RESPOSTA DO MUNICÍPIO

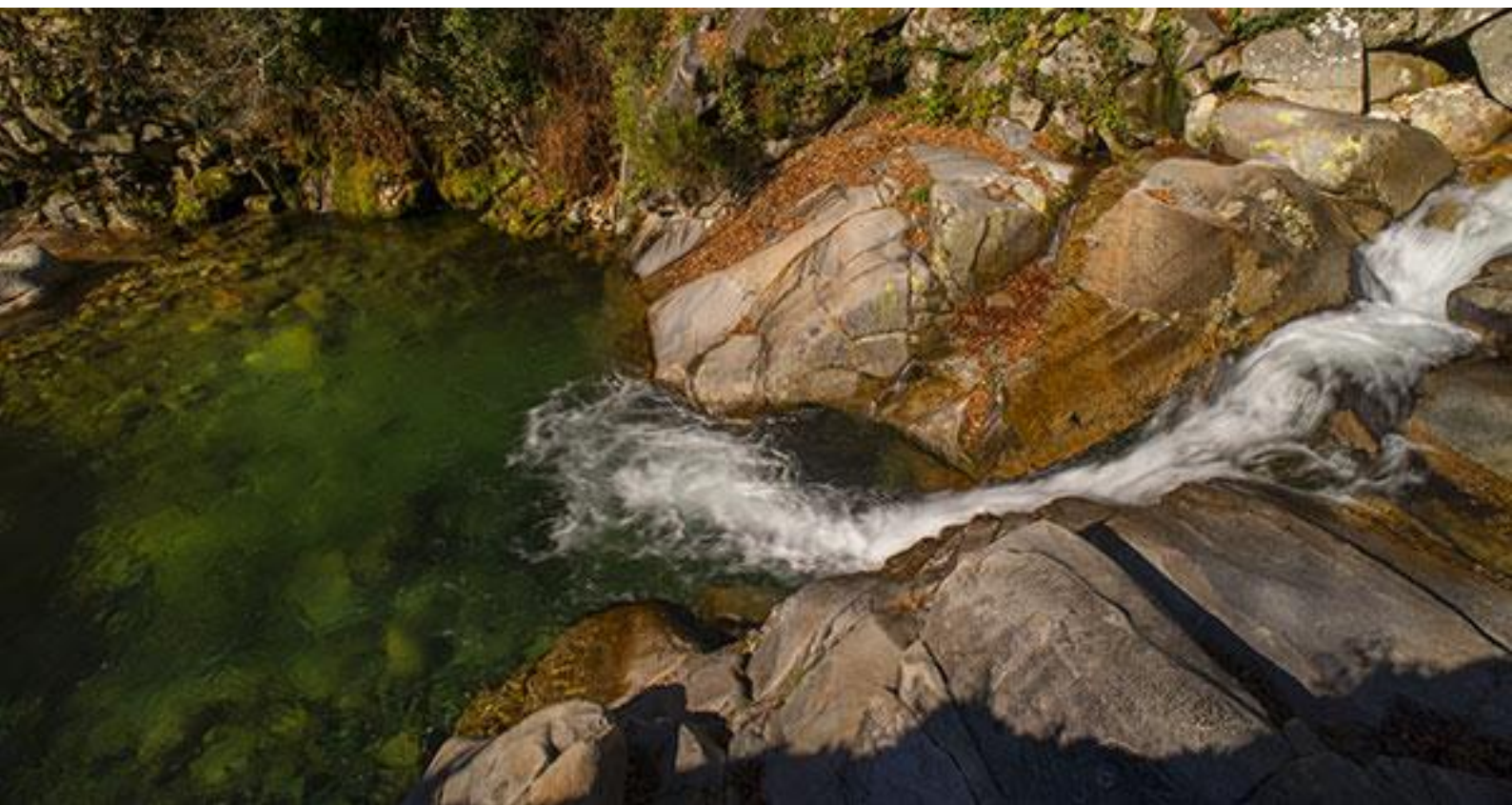
De facto, o Município assume um papel fundamental na linha da frente do combate à emergência climática através da adoção de estratégias de adaptação e mitigação. Para que as suas estratégias sejam bem-sucedidas, promover-se-á o envolvimento proativo dos atores locais nas políticas climáticas através de abordagens participativas em que estes participam ativamente no desenho e implementação das opções de adaptação e mitigação. Desta forma, esta mobilização permitirá:

- Contribuir para a redução de conflitos e de incertezas;
- Ajudar à clarificação de prioridades;
- Estimular respostas autónomas;
- Promover a transparência dos processos;
- Encorajar a partilha de responsabilidades;

- Conduzir soluções que incorporem o capital de conhecimento prático construído ao longo do tempo e das gerações.

Adicionalmente, a participação de atores-chave é fundamental para:

- Maximizar sinergias e assegurar uma boa coordenação e conjugação de respostas e recursos;
- Promover a qualidade e a aceitação das opções políticas adotadas e potenciar o sucesso na sua implementação.

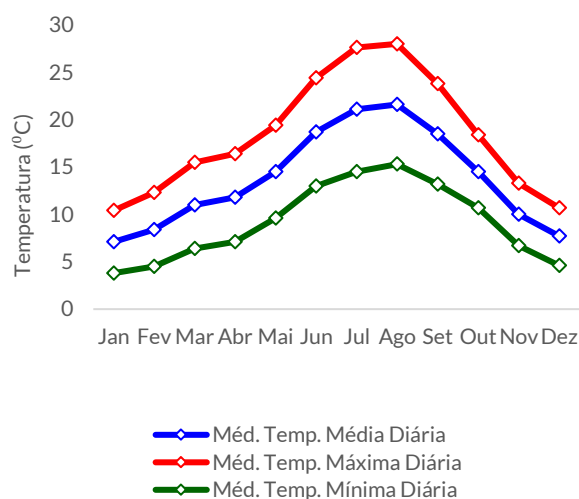


5. ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O processo de adaptação às alterações climáticas, trata-se de...

um processo de adaptação ao clima real ou esperado e os seus efeitos. Nos sistemas humanos, a adaptação visa moderar ou evitar danos ou explorar oportunidades benéficas. Em alguns sistemas naturais, a intervenção humana pode facilitar a adaptação ao clima esperado e aos seus efeitos.

APA, Orientações para os Planos Regionais de Ação Climática, Lei de Bases do Clima n.º 98/2021



Fonte: IPMA, Normal Climatológica Viseu 1981-2010

Gráfico 8. Valores de temperatura, 1981-2010, em Viseu

CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA



São Pedro do Sul caracteriza-se por ter um clima do tipo Csb (temperado com verão seco e suave), segundo a classificação climática de Köppen-Geiger.

TEMPERATURA



Tendo por base a Normal Climatológica – Viseu 1981-2010, a mais próxima do município, a temperatura média anual é de 13,7 °C.

No Gráfico 8 podemos verificar que a temperatura média diária varia entre 7,1° C no mês mais frio e 21,6° C no mês mais quente, sendo a amplitude térmica anual de 14,5°C. Analisando as temperaturas mínimas diárias registaram-se 3,8° C e 4,5° C em janeiro e fevereiro (meses mais frios); já nas temperaturas máximas diárias foram apontados 27,6° C e 28° C em julho e agosto (meses mais quentes).

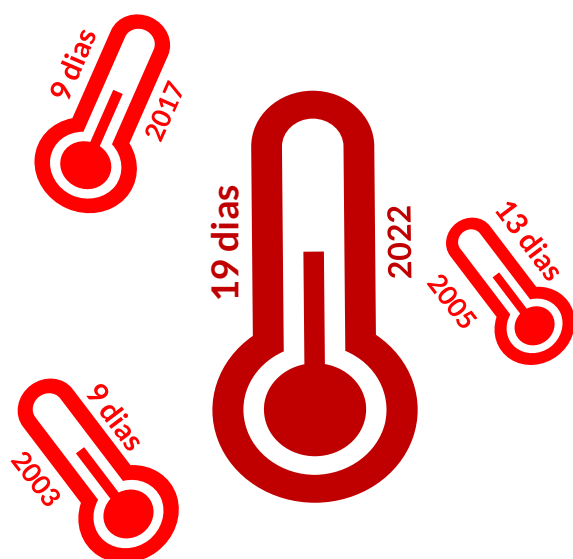
ONDAS DE CALOR



Segundo a informação disponibilizada pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (Estação Meteorológica de Viseu)³, entre 1961 e 2022 ocorreram 12 ondas de calor durante os meses de verão.

Em 2022, ano mais recente disponível, registaram-se as ondas de calor mais prolongadas do período em análise (19 dias). A segunda onda de calor mais duradoura foi registada em 2005, prolongando-se por 13 dias (Figura 1).

³ A mais próxima do Município.



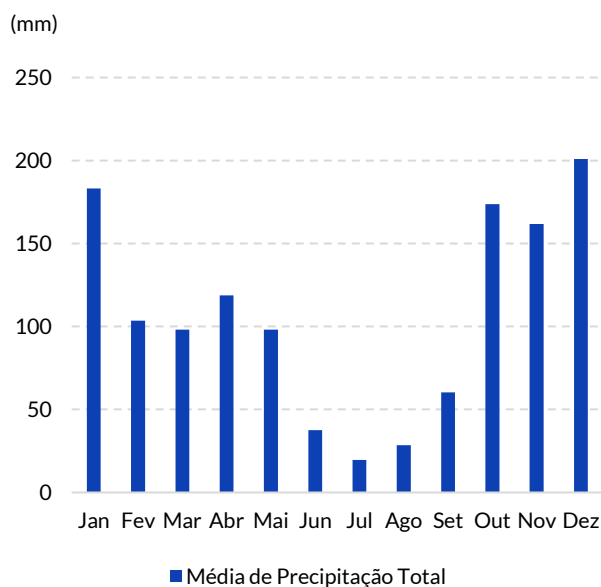
Fonte: IPMA

Figura 1. Principais ondas de calor

PRECIPITAÇÃO



Em Viseu⁴, a média anual de precipitação total é de 107 mm, sendo que janeiro e dezembro foram os meses mais chuvosos com valores superiores a 80 mm. No sentido inverso, julho e agosto foram os meses com os valores mais baixos de precipitação (abaixo dos 30 mm) - Gráfico 9.



Fonte: IPMA, Normal Climatológica Viseu 1981-2010

Gráfico 9. Valores de precipitação, 1981-2010, em Viseu

⁴ A estação com dados mais próxima.

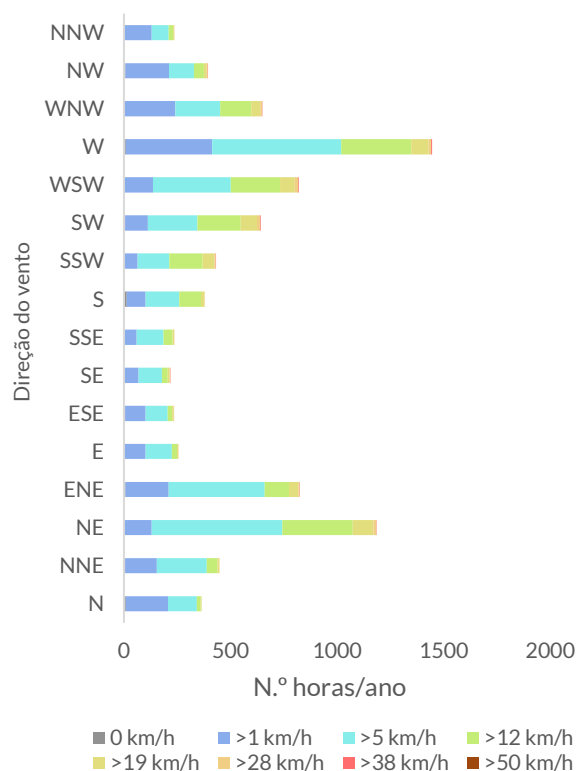
VENTO



Analisando agora o número de horas de vento por ano, velocidade e direção dos últimos 30 anos, verificou-se que o vento que tem origem a Oeste (W) é predominante no Município de São Pedro do Sul.

Relativamente à velocidade do vento, observando o gráfico, verifica-se que, em termos médios de velocidade por ano, os valores compreendidos entre 1km/h e 19km/h são os mais frequentes (Gráfico 10).

Quando comparado o número de horas de vento pela sua origem, verifica-se uma diferença de 1 228 horas de vento entre Sudeste (ponto colateral com menos horas de vento por ano - 218 horas) e Oeste (ponto cardeal com mais horas de vento por ano - 1 446 horas).



Fonte: meteoblue

Gráfico 10. Número de horas de vento por ano, velocidade e direção em São Pedro do Sul, média dos últimos 30 anos

EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS



Para atingir os objetivos do PMAC-SPS, atendendo à sugestão do IPMA, foram utilizados os dados do Portal do Clima para a elaboração de cenários climáticos, partindo da seguinte informação:

- **Dados históricos simulados** (para efeitos de comparação com os cenários futuros);
- Considerar os 2 cenários climáticos (**RCP 4.5** e **RCP 8.5**) para avaliar os diferentes impactos e permitir avaliar custos/benefícios das ações do Plano;
- Utilizar as variáveis de **Temperatura**, **Precipitação** e **Evapotranspiração** na definição dos Planos de Ação;
- Sempre que possível, utilizar os valores de **Anomalias** em vez dos valores médios;
- Considerar o Modelo **Ensemble**, que corresponde a uma coleção de simulações de modelos que caracterizam uma previsão climática ou projeção;
- Não utilizar unidades territoriais inferiores à NUT III.

CENÁRIOS E PROJEÇÕES CLIMÁTICAS



As simulações disponíveis, em Portugal continental, mais recentes e de maior resolução (projeto CORDEX), encontram-se sob a forma de 2 Modelos:

- **Modelo Global:** CNRM-CERFACS-CNRM-CM5, ICHE-EC-EARTH, IPSL-IPSL-CM5A-MR, MPI-M-MPI-ESM-LR e *Ensemble*;

- **Modelo Regional:** CLMcomCCLM 4-8-17, DMI-HIRHAM 5, KNMI-RACMO22E, SMHI-RCA4 e Ensemble.

A elaboração destas projeções pressupõe a utilização de cenários de emissões de GEE, como dados de entrada, designados por *Representative Concentration Pathways* (RCP), nomeadamente:

- **RCP 4.5:** trajetória de aumento de concentração de CO₂ atmosférico até 520ppm (partes por milhão) em 2070, aumentando de forma mais lenta até ao final do século;
- **RCP 8.5:** trajetória de crescimento semelhante ao RCP 4.5 até meio do século, seguida de um aumento rápido e acentuado, atingindo uma concentração de CO₂ de 950ppm no final do século.

Para antecipar as alterações climáticas na região de Viseu Dão Lafões, as **projeções climáticas** foram efetuadas com base em **diversas variáveis** (temperatura mínima, média e máxima; dias de verão, muito quentes e de geada; precipitação média acumulada; dias sem chuva; dias com precipitação superior a 10mm e a 20mm; dias consecutivos com e sem chuva; e evapotranspiração) para o **período histórico simulado** (1971-2000) e para os **cenários de alterações climáticas RCP 4.5 e RCP 8.5** (2011-2100).

TEMPERATURA MÉDIA MÍNIMA

Analizando o histórico acumulado da temperatura média mínima, verifica-se que os valores têm uma tendência de aumento mais notória desde 1980 (Gráfico 11). No cenário RCP 4.5 os valores apresentam um crescimento, com exceção dos três últimos períodos em que se mantiveram estáveis. Porém, no cenário RCP 8.5 os valores aumentam progressivamente (Gráfico 12).

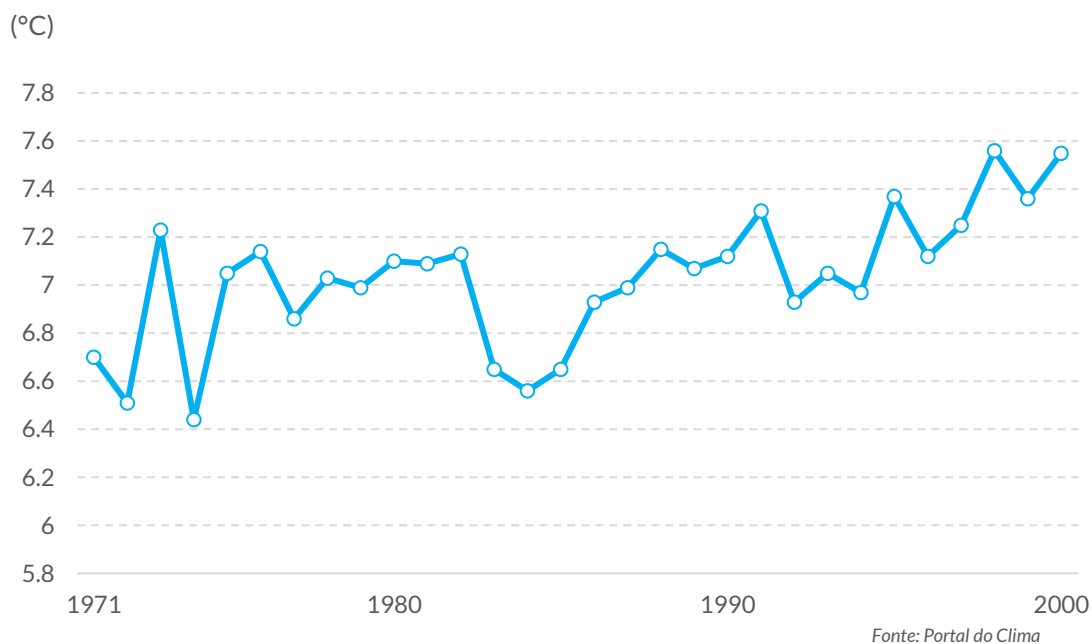


Gráfico 11. Histórico simulado da temperatura média mínima (°C) na região de Viseu Dão Lafões

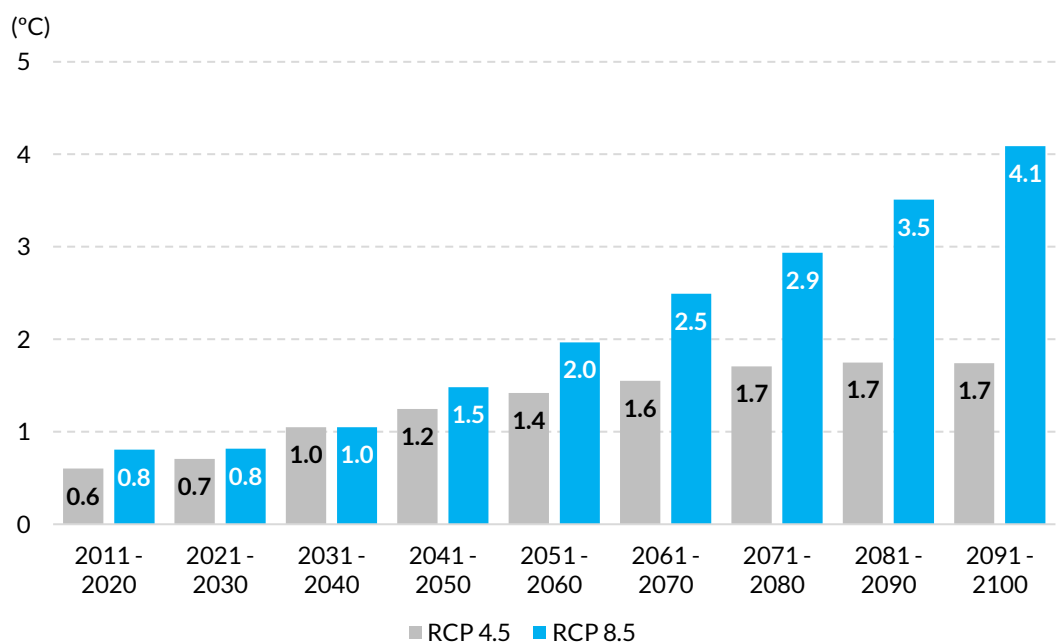


Gráfico 12. Anomalias da temperatura média mínima (°C) na região de Viseu Dão Lafões

TEMPERATURA MÉDIA

No que concerne à temperatura média, no histórico simulado verifica-se que os valores têm uma tendência global de aumento (Gráfico 13). No cenário RCP 4.5 denota-se um crescimento até ao período de 2071-2080 e uma estabilização até 2091-2100. Já no cenário RCP 8.5 os valores mantiveram uma tendência de aumento durante todos os períodos analisados (Gráfico 14).

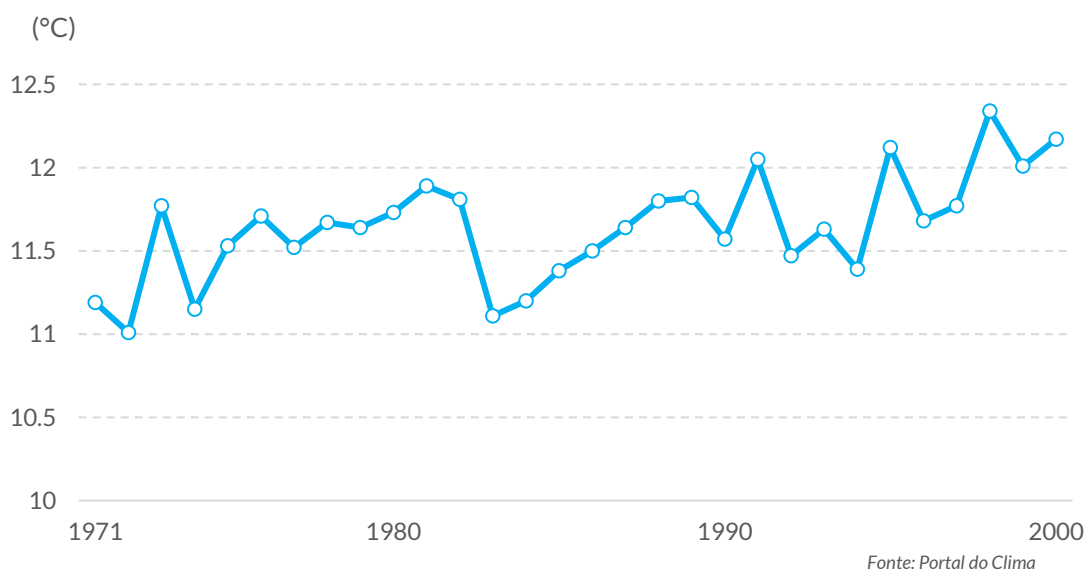


Gráfico 13. Histórico simulado da temperatura média (°C) na região de Viseu Dão Lafões

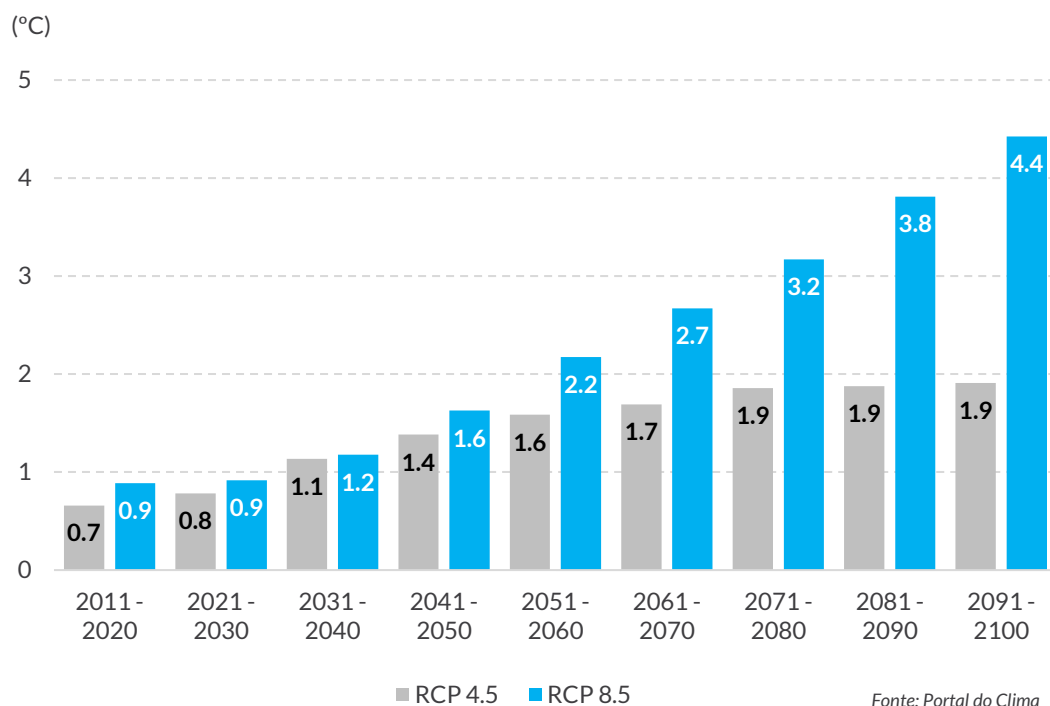


Gráfico 14. Anomalias da temperatura média (°C) na região de Viseu Dão Lafões

TEMPERATURA MÉDIA MÁXIMA

Relativamente à temperatura média máxima, o histórico simulado demonstra que os valores têm uma tendência de aumento com algumas quebras (Gráfico 15). No cenário RCP 4.5 os valores apresentam um crescimento constante, com exceção do período 2081-2090 em que se mantêm estáveis face ao período anterior. Quanto ao cenário RCP 8.5 os valores seguem uma tendência de crescimento (Gráfico 16).

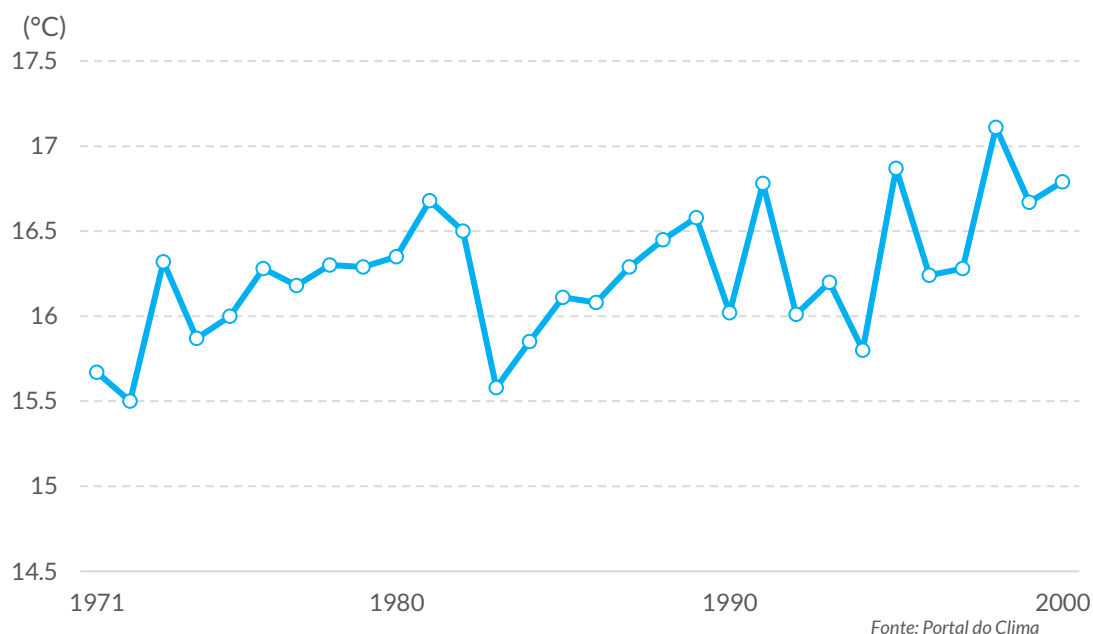


Gráfico 15. Histórico simulado da temperatura média máxima (°C) na região de Viseu Dão Lafões

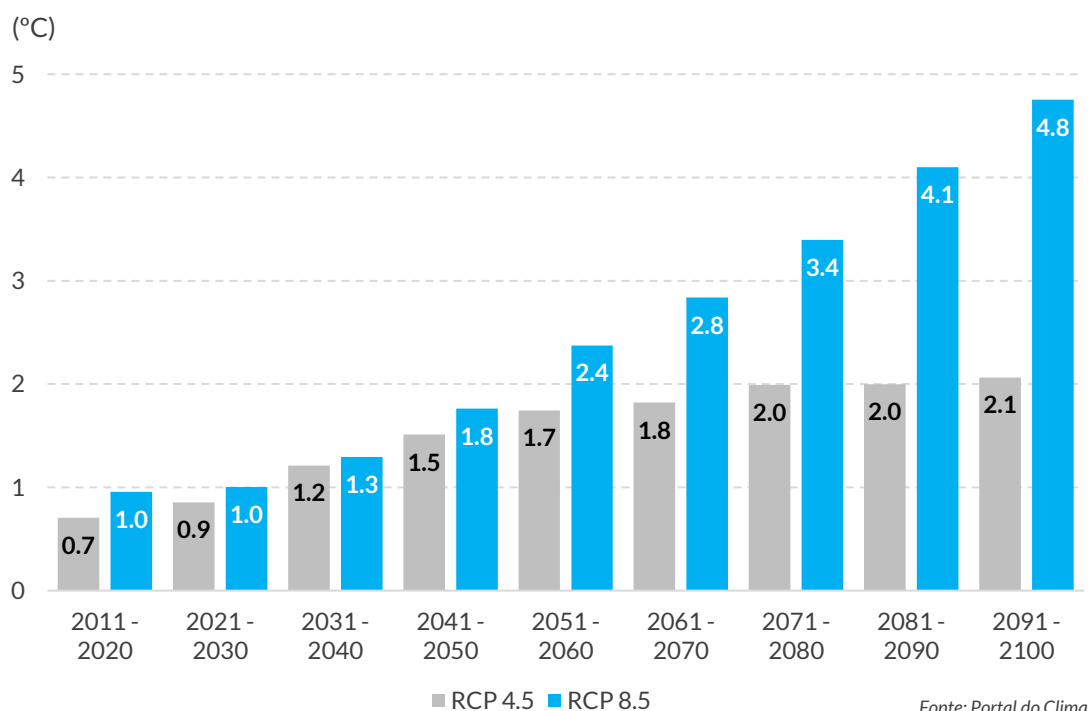


Gráfico 16. Anomalias da temperatura média máxima (°C) na região de Viseu Dão Lafões

DIAS DE VERÃO

Os dias de verão correspondem a dias com temperatura igual ou superior a 25°C. Analisando o histórico simulado, verifica-se que os valores têm uma tendência global de crescimento, com alguns decréscimos registados (Gráfico 17). No cenário RCP 4.5 há uma tendência de crescimento, com estabilizações em 2071-2080 e 2081-2090. No cenário 8.5 os valores aumentaram em todos os períodos, com exceção de 2021-2030 (Gráfico 18).

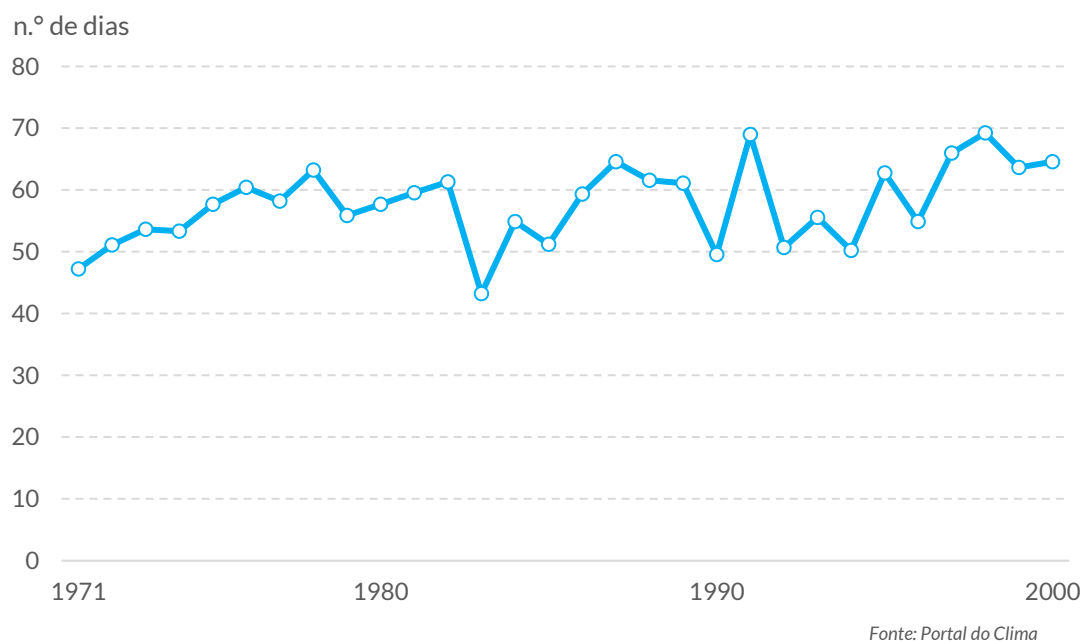


Gráfico 17. Histórico simulado de dias de verão (n.º) na região de Viseu Dão Lafões

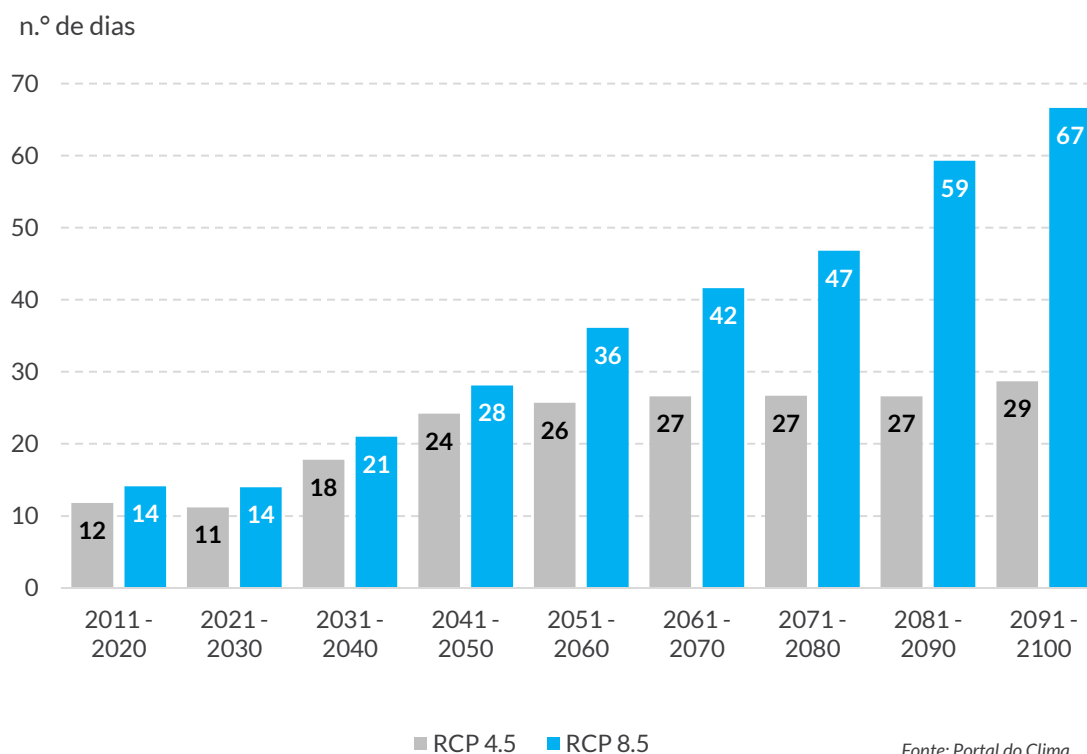


Gráfico 18. Anomalias de dias de verão (n.º) na região de Viseu Dão Lafões

DIAS MUITO QUENTES

São considerados dias muito quentes quando a temperatura é igual ou superior a 35°C. No histórico simulado, denota-se que os valores não apresentam uma tendência, oscilando no período em análise (Gráfico 19). No cenário RCP 4.5 verifica-se uma tendência crescente, com uma estabilização entre 2061-2080 e 2071-2090. Já no cenário RCP 8.5 os valores aumentam em todos os períodos (Gráfico 20).

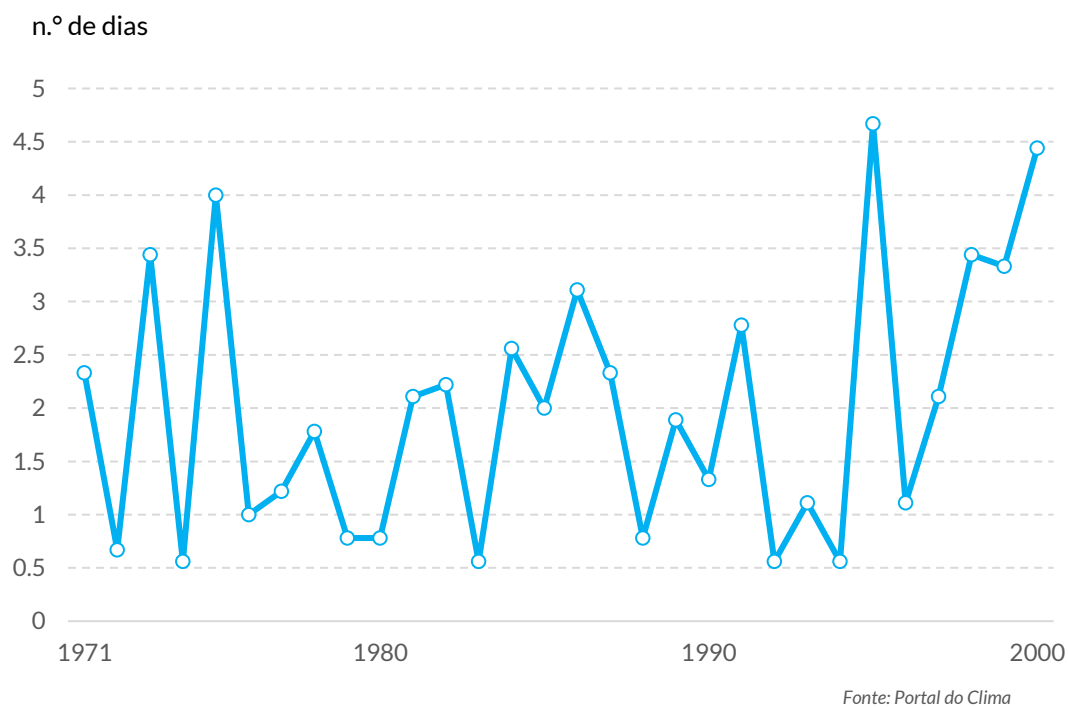


Gráfico 19. Histórico simulado de dias muito quentes (n.º) na região de Viseu Dão Lafões

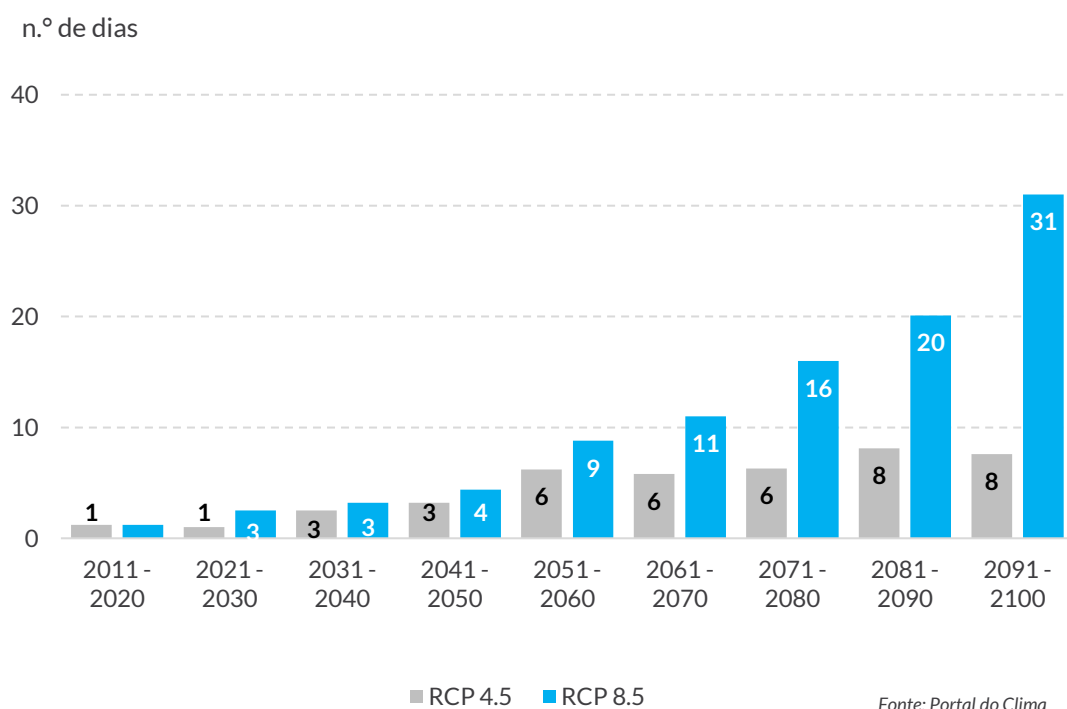
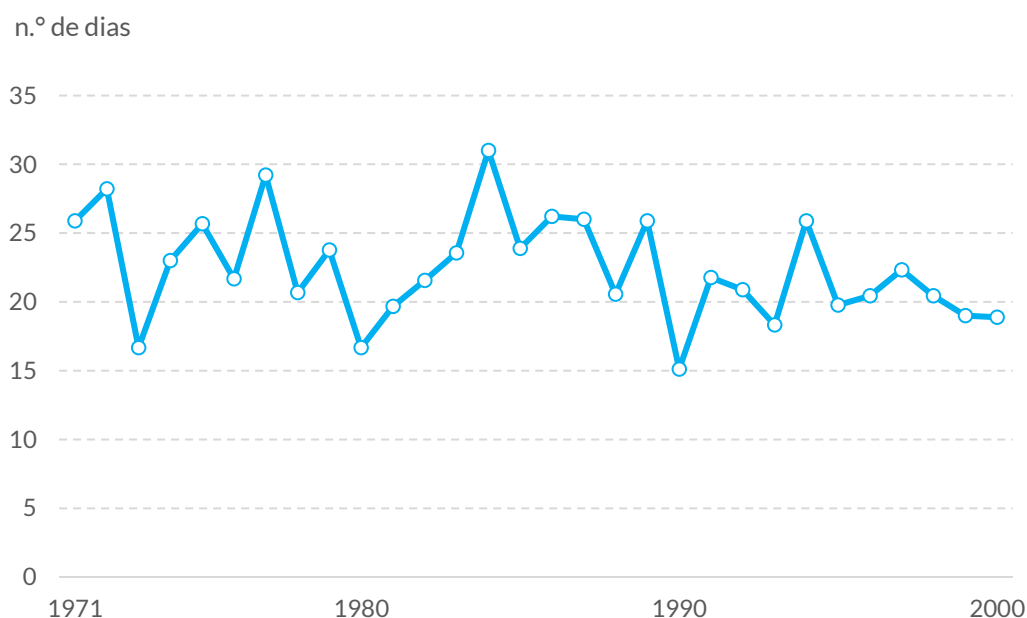


Gráfico 20. Anomalias de dias muito quentes (n.º) na região de Viseu Dão Lafões

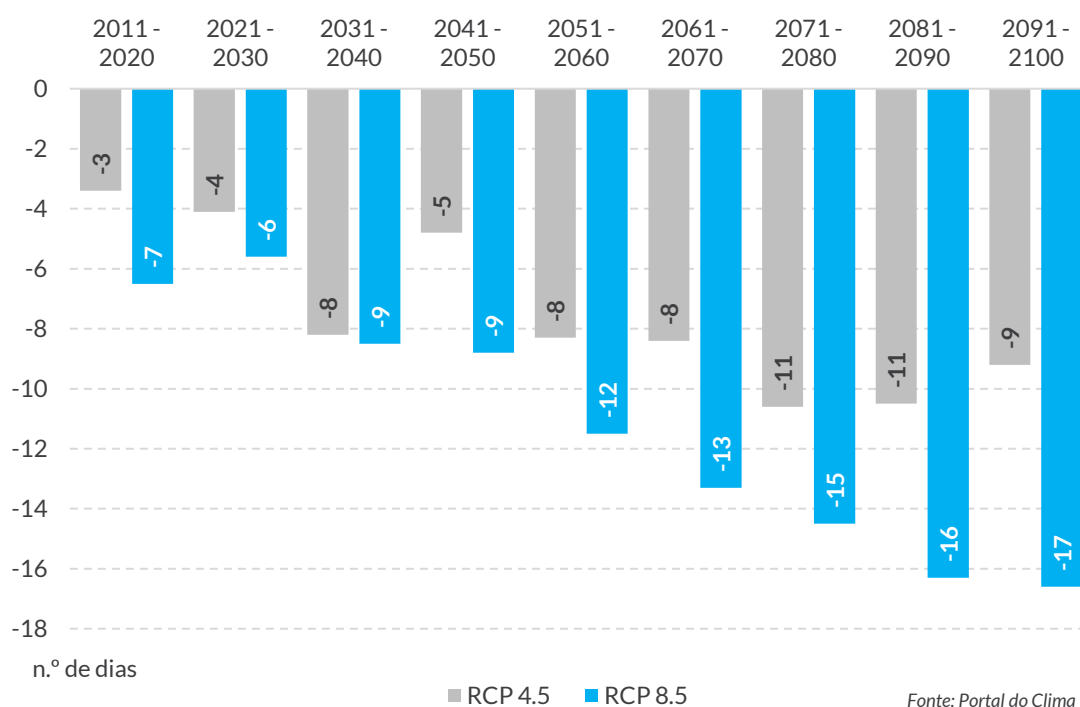
DIAS DE GEADA

Os dias de geada correspondem a todos os dias com temperaturas iguais ou inferiores a 0°C. No histórico simulado, apesar da oscilação no período em análise, nos últimos anos verifica-se um decréscimo (Gráfico 21). Nos cenários RCP 4.5 e RCP 8.5 os valores apresentam uma descida global (Gráfico 22).



Fonte: Portal do Clima

Gráfico 21. Histórico simulado de dias de geada (n.º) na região de Viseu Dão Lafões

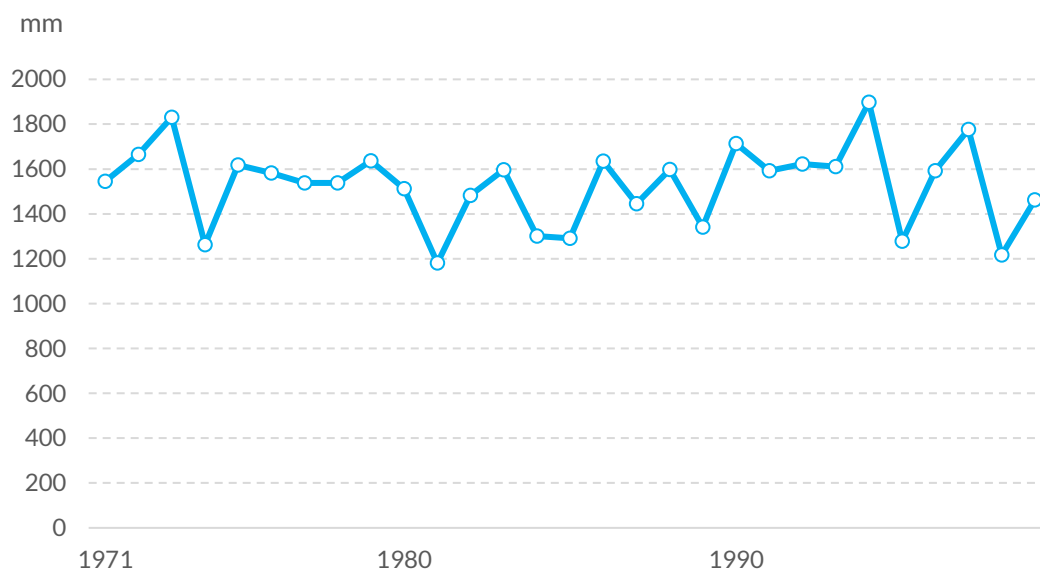


Fonte: Portal do Clima

Gráfico 22. Anomalias de dias de geada (n.º) na região de Viseu Dão Lafões

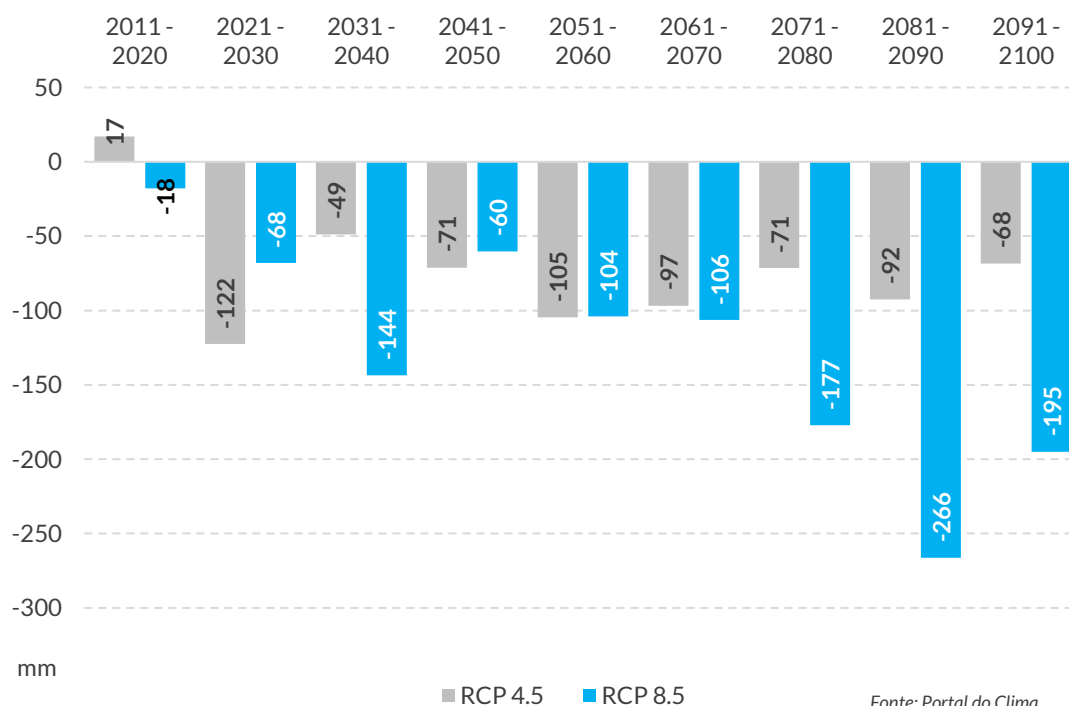
PRECIPITAÇÃO MÉDIA ACUMULADA

Analisando o histórico simulado da precipitação média acumulada, denota-se que os valores não apresentam uma tendência sustentada (Gráfico 23). No cenário RCP 4.5, no primeiro intervalo, os valores são positivos, mas nos restantes são negativos, sem apresentarem uma variação sustentada. Já no cenário RCP 8.5 os valores são sempre negativos e com uma tendência de aumento, com a exceção dos períodos de 2051-2060, 2061-2070 (Gráfico 24).



Fonte: Portal do Clima

Gráfico 23. Histórico simulado de precipitação média acumulada (mm) na região de Viseu Dão Lafões

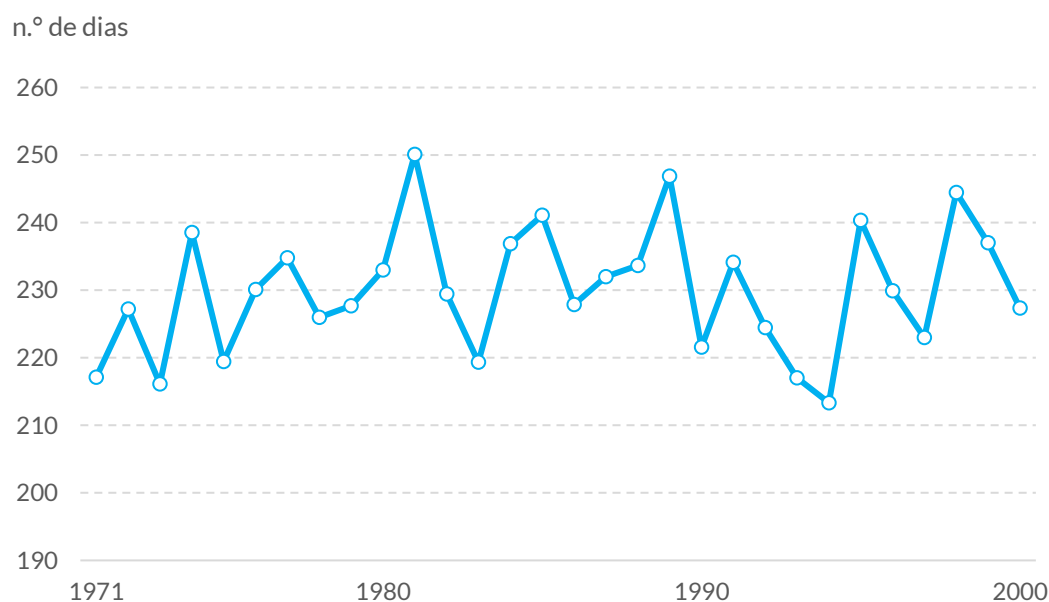


Fonte: Portal do Clima

Gráfico 24. Anomalias de precipitação média acumulada (mm) na região de Viseu Dão Lafões

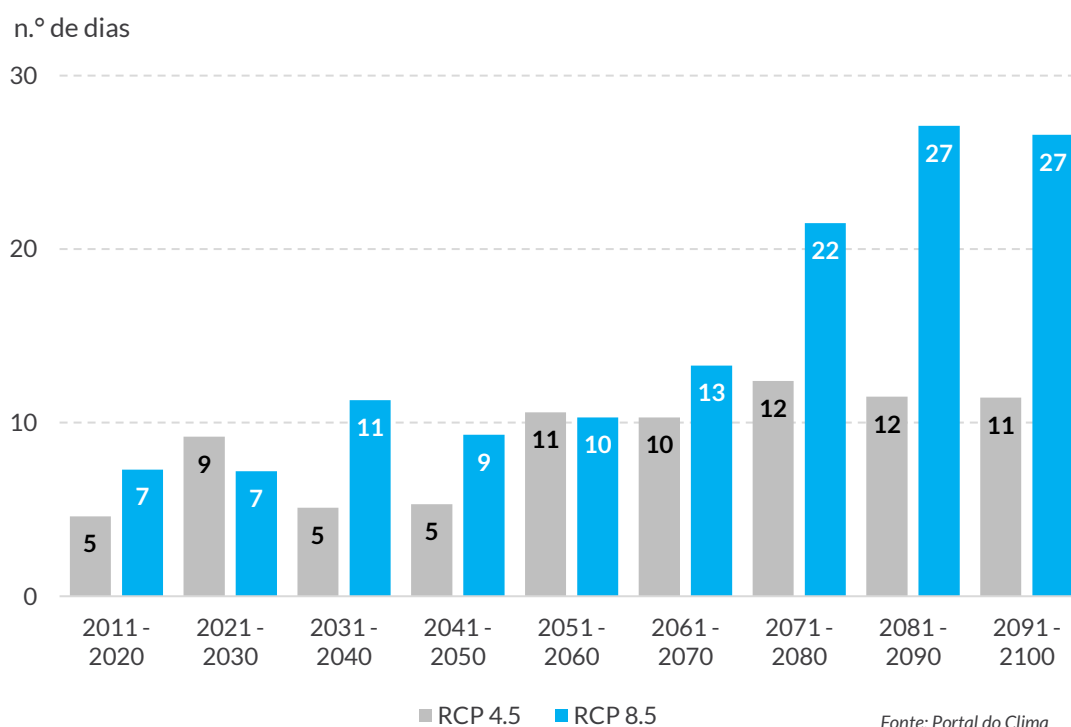
DIAS SEM CHUVA

Os dias sem chuva correspondem a todos os dias em que a precipitação foi inferior a 1mm. No histórico simulado parece não haver uma tendência, uma vez que os valores oscilam no período em análise (Gráfico 25). Nos cenários RCP 4.5 e 8.5 os valores apresentam um crescimento global, com alguns decréscimos (Gráfico 26).



Fonte: Portal do Clima

Gráfico 25. Histórico simulado de dias sem chuva (n.º) na região de Viseu Dão Lafões

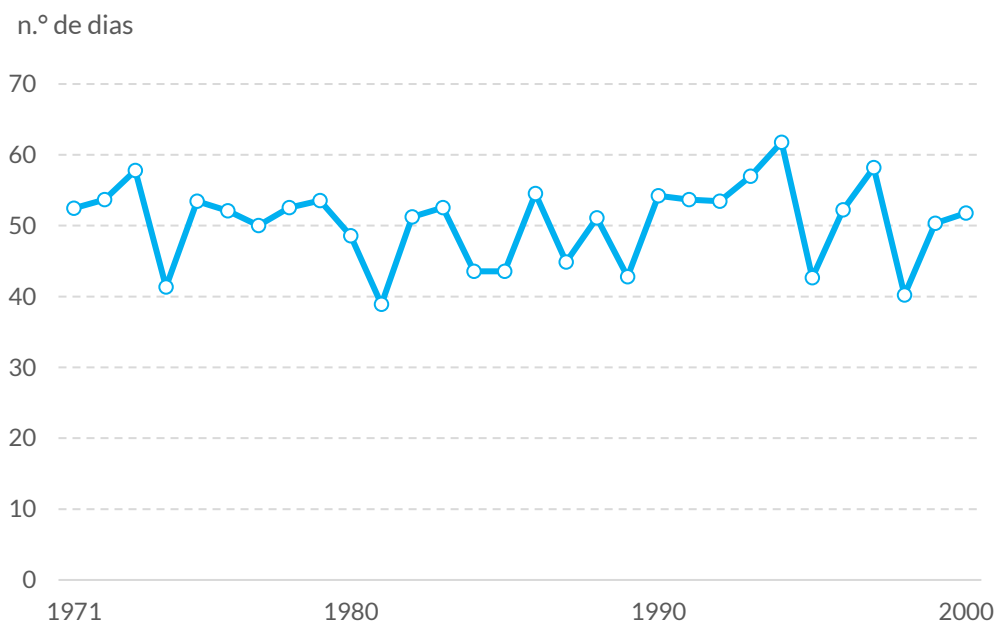


Fonte: Portal do Clima

Gráfico 26. Anomalias de dias sem chuva (n.º) na região de Viseu Dão Lafões

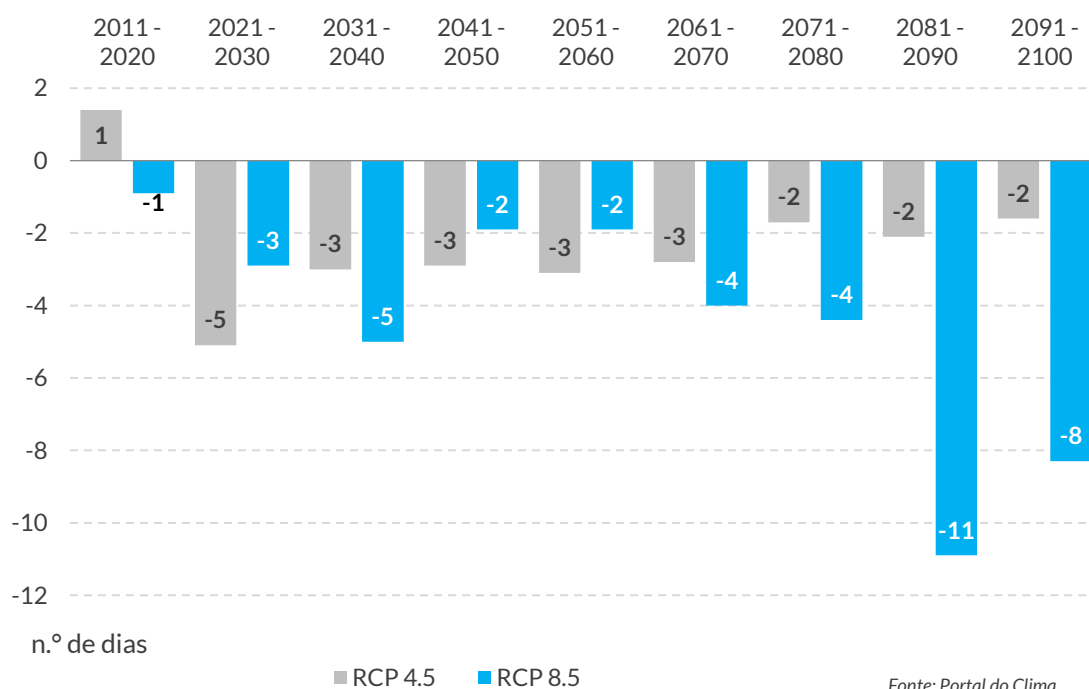
PRECIPITAÇÃO SUPERIOR A 10mm

Analisando a precipitação superior a 10mm, no histórico simulado constata-se uma ligeira aumento do número de dias (Gráfico 27). No cenário RCP 4.5 não é visível uma tendência consistente, sendo que no primeiro período os valores são positivos, mas negativos nos restantes. Já no cenário RCP 8.5 os valores apresentam um decréscimo global, registando sempre valores negativos (Gráfico 28).



Fonte: Portal do Clima

Gráfico 27. Histórico simulado de dias com precipitação superior a 10mm (n.º) na região de Viseu Dão Lafões



Fonte: Portal do Clima

Gráfico 28. Anomalias de dias com precipitação superior a 10mm (n.º) na região de Viseu Dão Lafões

PRECIPITAÇÃO SUPERIOR A 20mm

No que concerne ao número de dias com precipitação superior a 20mm, no histórico simulado verifica-se uma tendência de diminuição até 1990, seguida de um ligeiro aumento (Gráfico 29). No cenário RCP 4.5 não existe uma tendência definida, sendo que os valores são positivos em 2011-2020 e 2041-2050, mas negativos nos restantes. Já no cenário RCP 8.5 os valores são sempre negativos com uma tendência de crescimento, com exceção do período 2021-2060 (Gráfico 30).

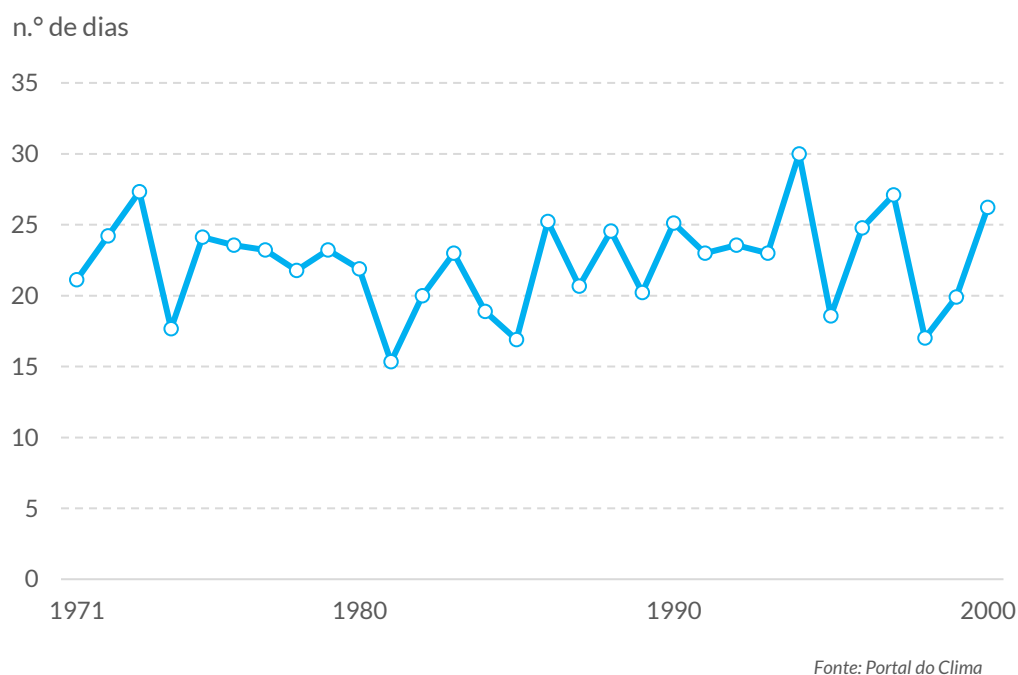


Gráfico 29. Histórico simulado de dias com precipitação superior a 20mm (n.º) na região de Viseu Dão Lafões

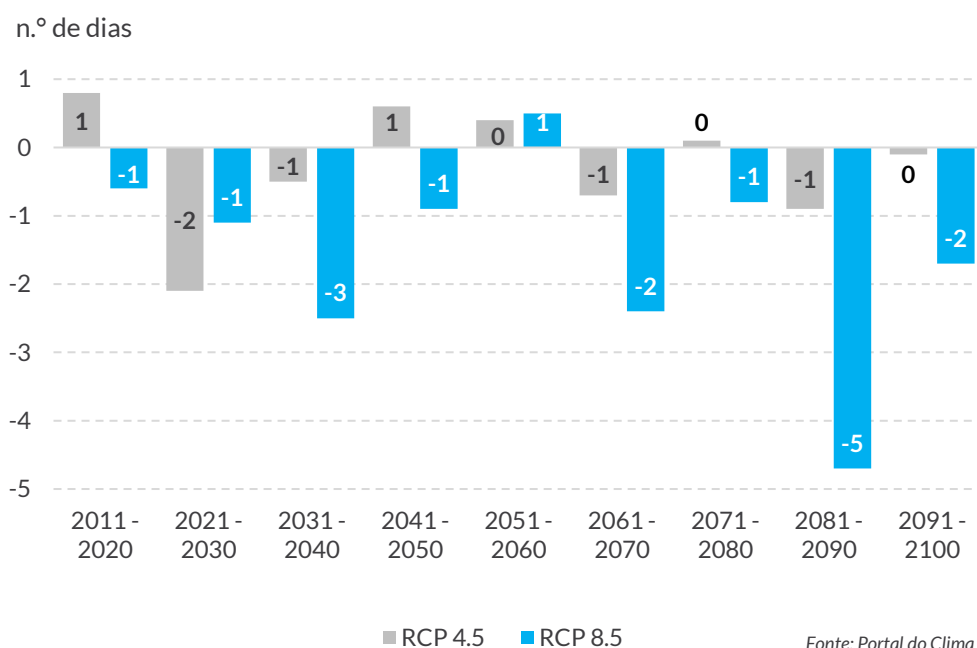
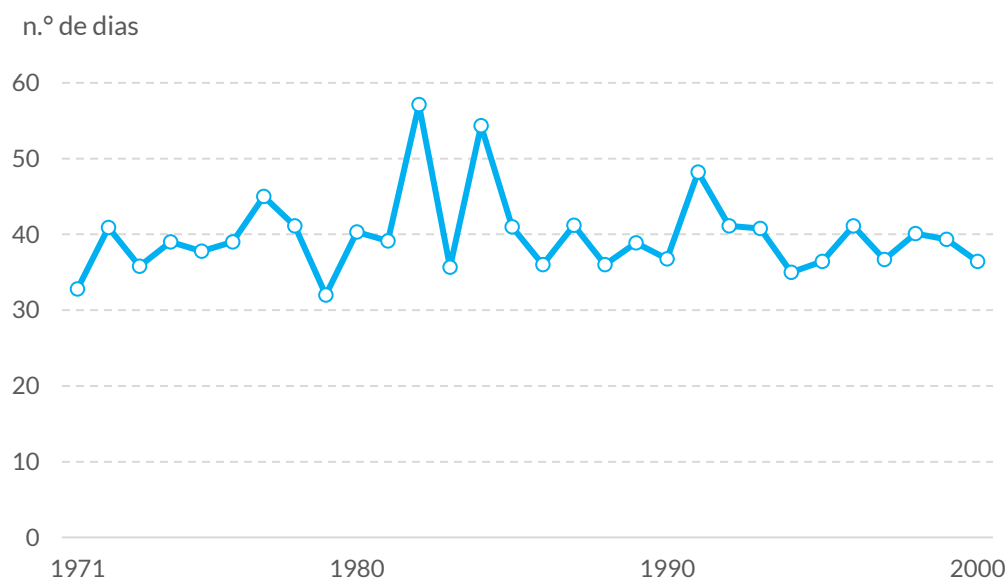


Gráfico 30. Anomalias de dias com precipitação superior a 20mm (n.º) na região de Viseu Dão Lafões

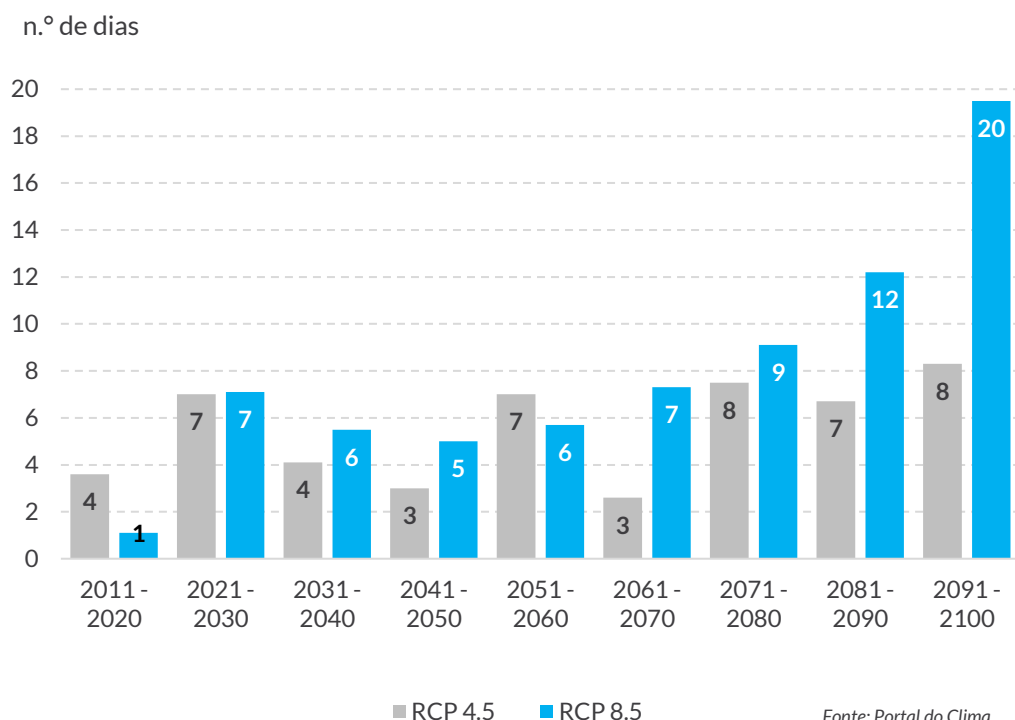
DIAS CONSECUTIVOS SEM CHUVA

Os dias consecutivos sem chuva são aqueles em que a precipitação máxima é inferior a 1mm. No histórico acumulado não se verifica uma tendência (Gráfico 31). No cenário RCP 4.5 há um aumento global, exceto em 2031-2074, 2041-2050 e 2081-2100. Também no cenário RCP 8.5 os valores apresentaram um crescimento, excluindo os períodos 2031-2074 e 2041-2060 (Gráfico 32).



Fonte: Portal do Clima

Gráfico 31. Histórico simulado de dias consecutivos sem chuva (n.º) na região de Viseu Dão Lafões

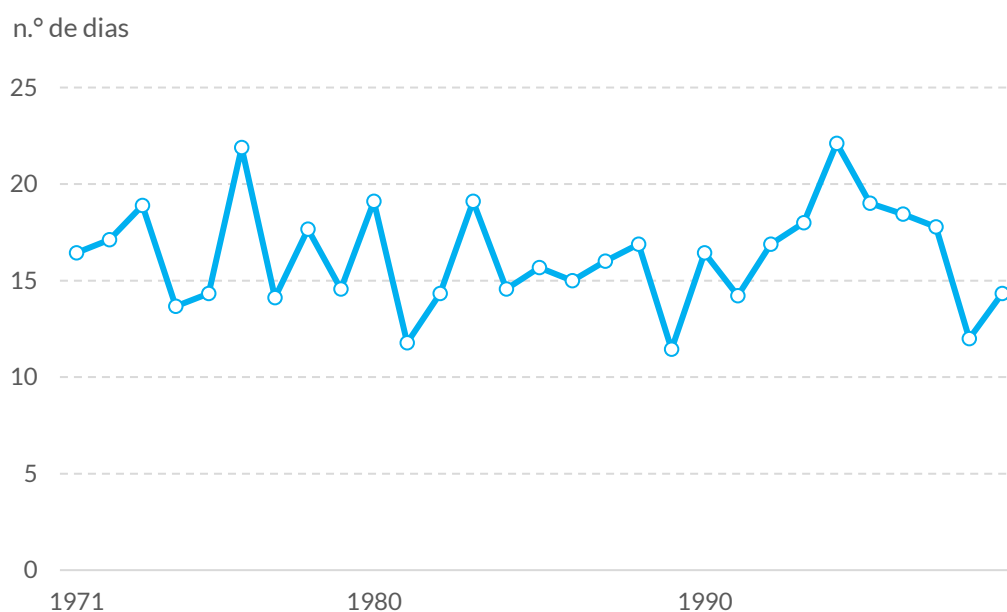


Fonte: Portal do Clima

Gráfico 32. Anomalias de dias consecutivos sem chuva (n.º) na região de Viseu Dão Lafões

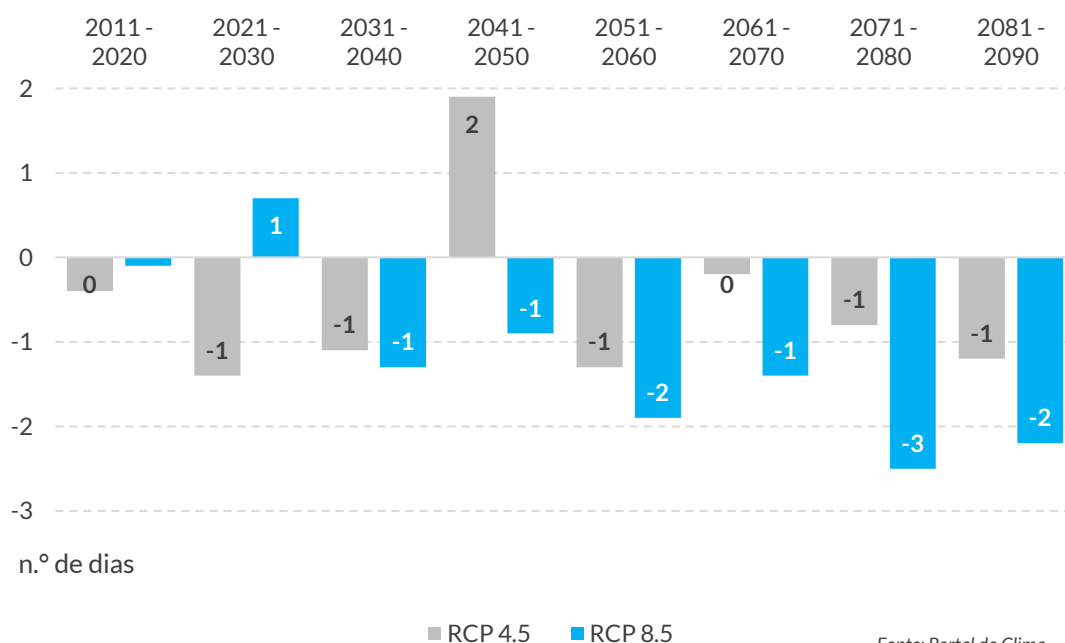
DIAS CONSECUTIVOS COM CHUVA

Os dias consecutivos com chuva correspondem àqueles em que a precipitação máxima é igual ou superior a 1mm. Analisando o histórico simulado destes dados, não se denota nenhuma propensão (Gráfico 33). Nos cenários RCP 4.5 e 8.5 prevê-se um decréscimo do número de dias consecutivos com chuva, com exceção do período 2041-250 para o RCP4.5 e do 2021-2031 para o RCP 8.5 (Gráfico 34).



Fonte: Portal do Clima

Gráfico 33. Histórico simulado de dias consecutivos com chuva (n.º) na região de Viseu Dão Lafões

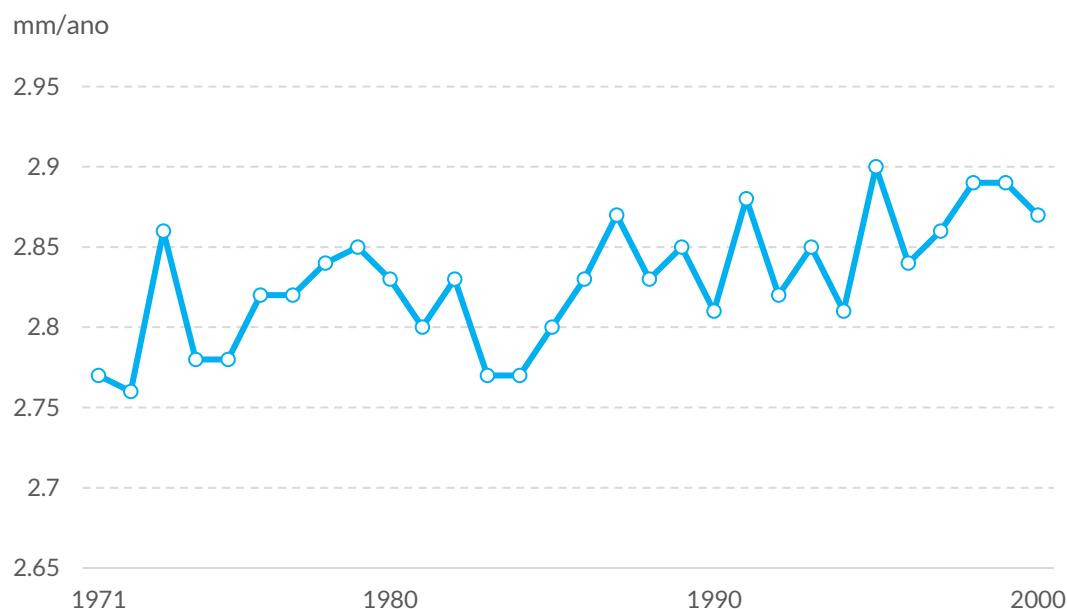


Fonte: Portal do Clima

Gráfico 34. Anomalias de dias consecutivos com chuva (n.º) na região de Viseu Dão Lafões

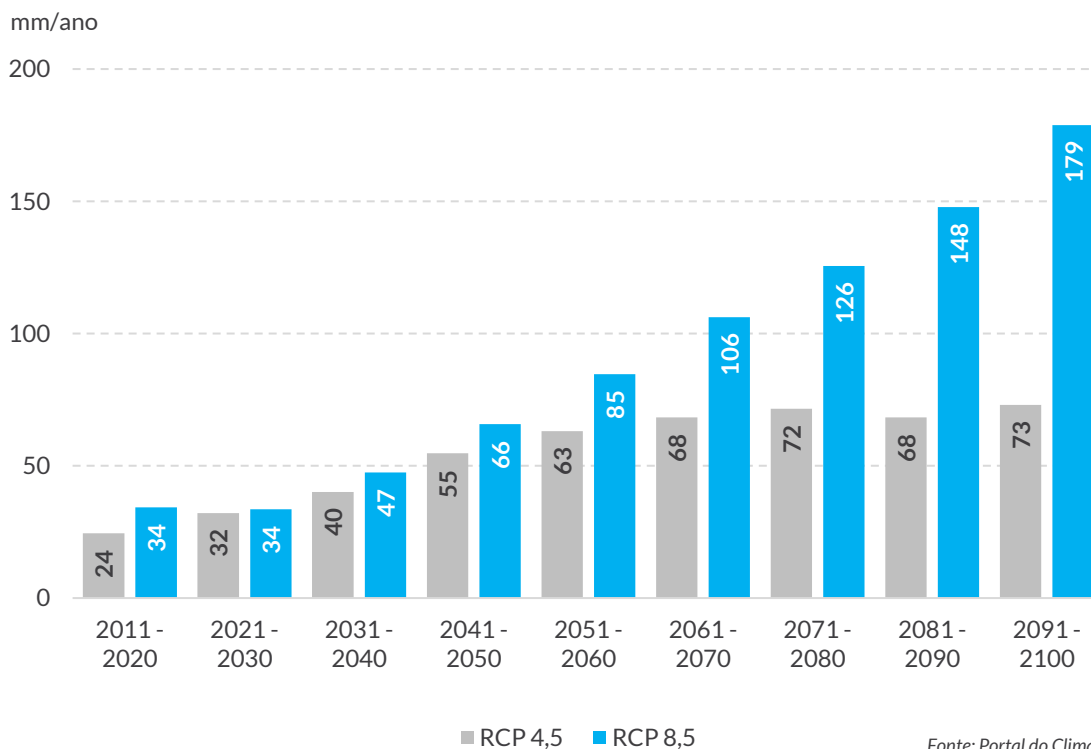
EVAPOTRANSPIRAÇÃO

O histórico simulado da evapotranspiração demonstra que os valores têm aumentado (Gráfico 35). No cenário RCP 4.5 os valores aumentam até 2071-2080, seguindo de um decréscimo nos últimos dois períodos. Já no cenário RCP 8.5 o aumento é constante (Gráfico 36).



Fonte: Portal do Clima

Gráfico 35. Histórico simulado de evapotranspiração (mm/ano) na região de Viseu Dão Lafões



Fonte: Portal do Clima

Gráfico 36. Anomalias de evapotranspiração (mm/ano) na região de Viseu Dão Lafões

IMPACTOS E VULNERABILIDADES

Mediante os cenários climáticos passíveis de acontecer no Município de São Pedro do Sul, foi essencial proceder à identificação das vulnerabilidades do território ao clima atual e compreender qual poderá ser a capacidade de resposta relativamente às consequências futuras de eventos climáticos extremos.

Assim, e de forma a existir uma harmonização setorial com as abordagens dos instrumentos de política climática nacional, nomeadamente a adoção das projeções climáticas do Roteiro Nacional para a Adaptação 2100 (RNA 2100) e a definição de setores em alinhamento com o *National Inventory Report* (NIR) e a ENAAC, foi realizada uma análise aos seguintes setores (Tabela 1):

- Agricultura;
- Biodiversidade;
- Economia;
- Energia;
- Florestas;
- Recursos hídricos;
- Saúde humana;
- Segurança de pessoas e bens;
- Transporte e comunicações.

Tabela 1. Impactos e fatores críticos face às alterações climáticas futuras

Setor	Condição futura	Impactos e fatores críticos
Agricultura	Desfavorável	• Disponibilidade de água e capacidade de rega; • Fertilidade do solo e prevenção da erosão; • Gestão de risco face aos eventos externos e à maior vulnerabilidade climática; • Alteração dos sistemas fitossanitários e de sanidade animal face ao crescimento de condições favoráveis a organismos prejudiciais às culturas, às plantas e aos animais; • Disponibilidade de património genético animal e vegetal.
Biodiversidade	Desfavorável	• Redução de efetivos populacionais; • Disrupção do fornecimento de serviços pelos ecossistemas.
Economia	Desfavorável	• Indústria: ▪ Aprovisionamento de matérias-primas; ▪ Localização geográfica das unidades/complexos industriais. • Comércio e Serviços: ▪ O fator localização poderá implicar restrições no acesso dos cidadãos a determinados bens e serviços • Turismo: ▪ Forte concorrência entre destinos; ▪ Turismo de sol e praia fortemente afetado.
Energia	Desfavorável	• Priorização do fornecimento de energia (hospitais, forças de segurança, bombeiros, entre outros);

Setor	Condição futura	Impactos e fatores críticos
Florestas	Desfavorável	• Aumentos anómalos do consumo energético face a eventos de temperatura extrema. • Ocorrência de incêndios; • Aumento do número de pragas e de doenças; • Alteração da distribuição geográfica de nichos ecológicos de espécies (perda de vitalidade de povoamentos e da produtividade dos povoamentos florestais).
		• Redução da disponibilidade de água para abastecimento e rega.
		• Doenças associadas à poluição do ar e aeroalergénios;
		• Alterações na distribuição e incidência de doenças transmitidas por vetores;
		• Alterações da disponibilidade e qualidade da água e toxico-infeções.
Recursos hídricos	Desfavorável	• Aumento do risco de catástrofes derivadas de fenómenos climáticos extremos (cheias, ondas de calor, entre outros).
Saúde humana	Desfavorável	• Possibilidade de se registarem, com crescente frequência, fenómenos meteorológicos muito severos que, eventualmente, possam atingir diversas infraestruturas de transportes.
Segurança de pessoas e bens	Desfavorável	
Transportes e comunicações	Desfavorável	



6. MITIGAÇÃO

O processo de mitigação das alterações climáticas corresponde a...

uma ação humana para reduzir as fontes e aumentar os sumidouros de gases com efeito de estufa.

APA, Orientações para os Planos Regionais de Ação Climática, Lei de Bases do Clima n.º 98/2021

EVOLUÇÃO DO CONSUMO ENERGÉTICO LOCAL



Em Portugal, no que concerne ao consumo de energia final em 2022, verifica-se que a maior parte provém do petróleo e da energia elétrica (45,2% e 25,3%, respetivamente). Em contrapartida, a biomassa, o calor e os “outros” registam a menor percentagem (19,6% no total) - **Gráfico 37**.

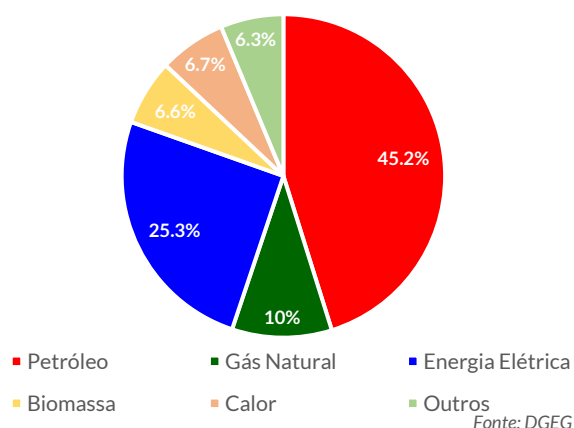
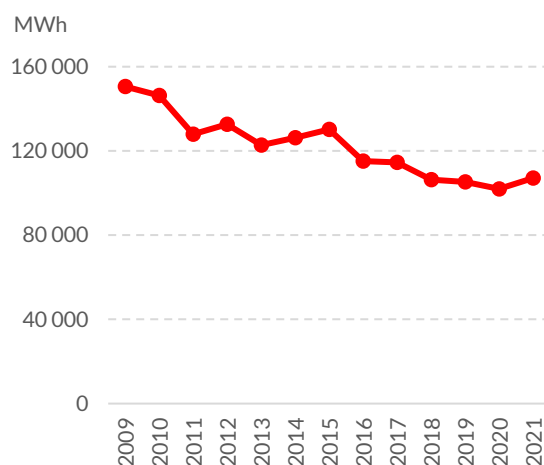


Gráfico 37. Consumo de energia em Portugal, em 2022

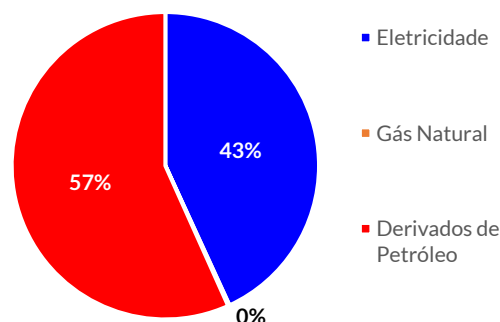
Observando a evolução do consumo de energia total em São Pedro do Sul, denota-se uma tendência de decréscimo entre 2009 e 2021. Em 2021 o consumo de energia manteve-se na ordem dos 107 096 MWh (megawatts por hora) - **Gráfico 38**.



Fonte: DGEG

Gráfico 38. Evolução do consumo de energia total em São Pedro do Sul

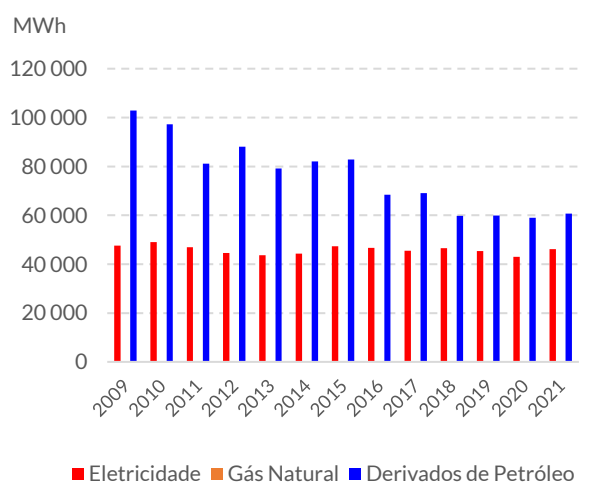
Analisando agora, detalhadamente, o consumo energético por tipo de vetor, em 2021, verificou-se que a maioria, dos consumos correspondiam a produtos derivados de petróleo (57%), seguidos da eletricidade (43%). O gás natural não registou consumo **Gráfico 39**.



Fonte: DGEG

Gráfico 39. Consumo de energia por tipo de vetor em São Pedro do Sul, em 2021

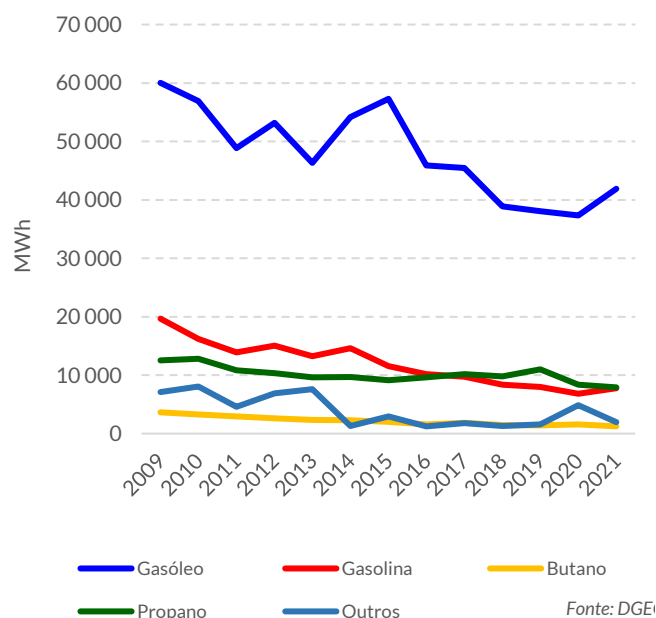
Relativamente à evolução dos diferentes tipos de vetores energéticos entre 2009 e 2021, verificou-se que, em São Pedro do Sul, os produtos derivados de petróleo foram sempre os tipos de energia que apresentaram um maior consumo (**Gráfico 40**).



Fonte: DGEG

Gráfico 40. Evolução do consumo de energia por tipo de vetor em São Pedro do Sul

Observando agora a evolução do consumo de combustíveis derivados de petróleo entre o ano de 2009 e o ano de 2021, verificou-se que o gasóleo foi o combustível que apresentou o maior consumo (Gráfico 41).



Fonte: DGEI

Gráfico 41. Evolução do consumo de combustíveis derivados de petróleo⁵, em São Pedro do Sul

No que se refere aos setores que apresentaram o maior consumo de produtos derivados de petróleo em São Pedro do Sul, em 2021 (Tabela 2), estes correspondem ao setor dos transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos (3 978 ton).

⁵ Outros: lubrificantes, asfaltos, solventes, entre outros.

Tabela 2. Consumo de produtos de petróleo (ton) em São Pedro do Sul (2021)

Setor	ton
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	280
Silvicultura e exploração florestal	0
Indústrias alimentares	94
Fabricação de têxteis	52
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	1
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	3
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	4
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0
Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios	28
Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	0
Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	24
Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	3 978
Alojamento	56
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	23
Educação	23
Atividades de saúde humana	18
Atividades de apoio social com alojamento	97
Atividades de apoio social sem alojamento	10
Consumo doméstico	529
Total	5 222

Fonte: DGEG

Analisando agora a evolução do consumo de energia elétrica, verificou-se um aumento dos consumos no concelho de São Pedro do Sul entre o ano de 1970 e o ano de 2021. Importa assinalar ainda, o grande crescimento dos níveis de consumo no concelho entre o ano de 1970 e o ano de 2010 (Gráfico 42).

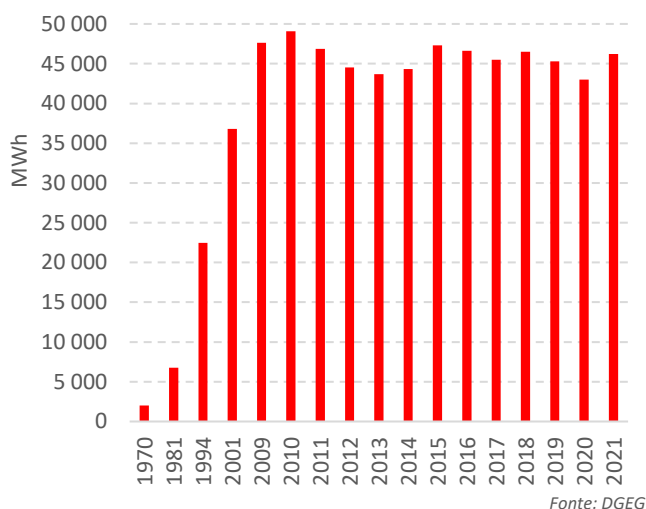


Gráfico 42. Evolução do consumo de energia elétrica em São Pedro do Sul

Relativamente ao consumo de energia elétrica por tipo de consumo, verificou-se que o tipo de consumo doméstico foi o que apresentou o maior nível de eletricidade consumida no período em análise (1970-2021). Seguidamente, o não-domésticos e o industrial foram os que apresentaram os maiores consumos (Gráfico 43).

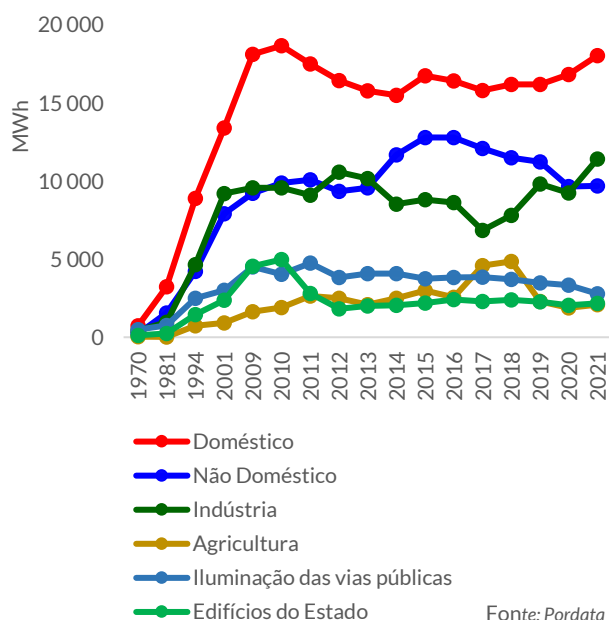


Gráfico 43. Evolução do consumo de energia elétrica por tipo de consumo em São Pedro do Sul

⁶ Educação, saúde, atividades desportivas, associações, consumo doméstico, iluminação pública, entre outros.

Analisando a evolução do consumo de energia elétrica por setor de atividade, em São Pedro do Sul, verifica-se que foram os “outros” setores de atividades que apresentaram os maiores níveis de consumo energético do Município (Gráfico 44).

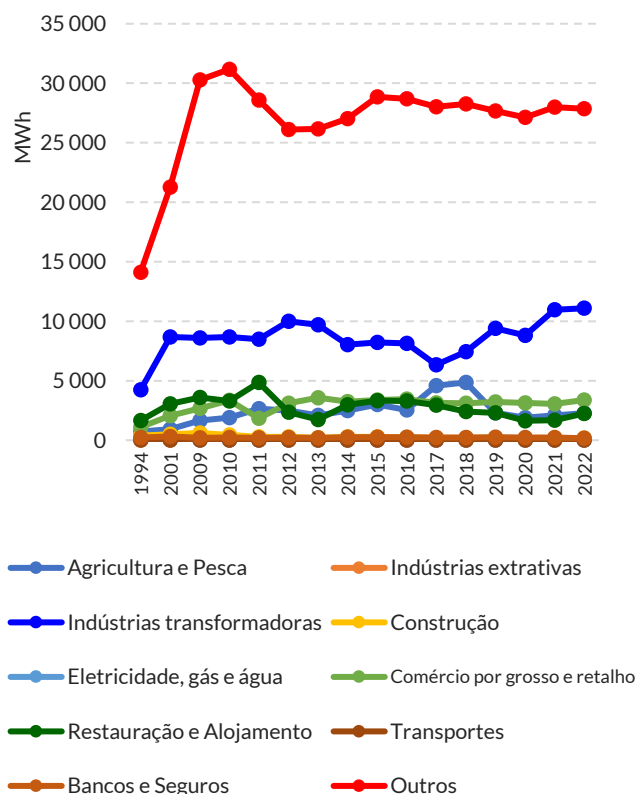


Gráfico 44. Evolução do consumo de energia elétrica por setor de atividade, em São Pedro do Sul, em 2021

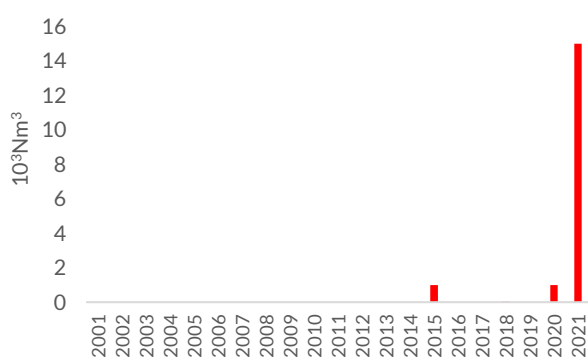
Por fim, se fizermos uma análise ao consumo de eletricidade na indústria de São Pedro do Sul, em 2021, destacam-se o setor das indústrias alimentares (4 674 087 kWh), da fabricação de têxteis (4 223 736 kWh) e das indústrias da madeira e cortiça (1 180 683 kWh) (1431 296 kWh) com os maiores consumos (Tabela 3).

Tabela 3. Consumo de eletricidade na indústria de São Pedro do Sul (2021 provisório)

Setor	kWh
Indústrias alimentares	4 674 087
Indústria das bebidas	873
Fabricação de têxteis	4 223 736
Indústria do vestuário	42 485
Indústrias da madeira e cortiça	1 431 296
Impressão e reprodução de suportes gravados	35 378
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados	18
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	2 444
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	266 471
Indústrias metalúrgicas de base	120 463
Fabricação de produtos metálicos	103 576
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	4 765
Fabricação de outro equipamento de transporte	8 784
Fabrico de mobiliário e de colchões	3 296
Outras indústrias transformadoras	18 325
Total	10 935 997

Fonte: DGEG

No que se refere aos valores de consumo de gás natural em São Pedro do Sul, observou-se um aumento do consumo de gás natural entre 2007 e 2021. Em 2021 foi registado 15 10³Nm³ (10³ metro cúbico normal) - Gráfico 45.



Fonte: DGEG e Pordata

Gráfico 45. Evolução do consumo de gás natural em São Pedro do Sul

Relativamente ao consumo de gás natural, distribuído sectorialmente, em São Pedro do Sul, para o ano de 2021, destaca-se que o setor de maior consumo foi o da fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e. (10 10³Nm³ (10³ metro cúbico normal) - Tabela 4.

Tabela 4. Consumo de gás natural (10³Nm³) em São Pedro do Sul (2021 provisório)

Setor	10 ³ Nm ³
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	10
Alojamento	4
Consumo doméstico	1
Total	15

Fonte: DGEG

POBREZA ENERGÉTICA



O conceito de pobreza energética tem ganhado cada vez mais importância na última década devido essencialmente à introdução de duas diretivas pela Comissão Europeia - Diretiva 2009/72/CE (Mercado Interno da Eletricidade); e Diretiva 2009/73/CE (Mercado Interno do Gás Natural).

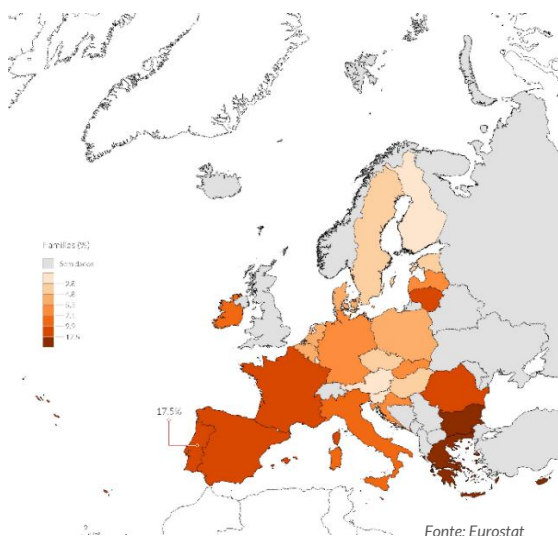
Para além destas, em dezembro de 2016, foi criado o Observatório Europeu da Pobreza Energética (UE Energy Poverty Observatory - EPOV).

Segundo este Observatório, este conceito consiste em: **situações em que uma família não consegue ter acesso a serviços adequados de energia nas suas residências.**

Verificam-se casos de pobreza energética quando há combinação de vários fatores, tais como: baixos rendimentos, taxas de energia demasiado altas ou baixa eficiência energética dos edifícios.

Com o objetivo de calcular os níveis de pobreza dos países da União Europeia, o Eurostat publicou um estudo com a percentagem de população que não consegue manter a casa adequadamente quente.

Assim, nesse estudo realizado para 2022, Portugal encontra-se no 5.^o lugar da lista dos países com piores condições económicas para manter as casas devidamente aquecidas (17,5%) - Mapa 2.



Mapa 2. Percentagem de famílias que não conseguem manter a casa adequadamente quente na União Europeia

Analisando o contexto municipal, segundo os Censos 2021, em São Pedro do Sul contabilizaram-se 5 304 alojamentos familiares clássicos com aquecimento (85%), tendo a maior parte aquecimento central (32%). Por outro lado, existiam ainda 920 alojamentos sem qualquer tipo de aquecimento (15%) - **Gráfico 46**.

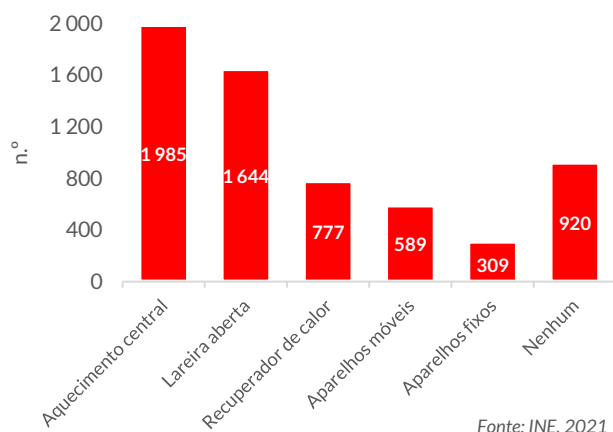
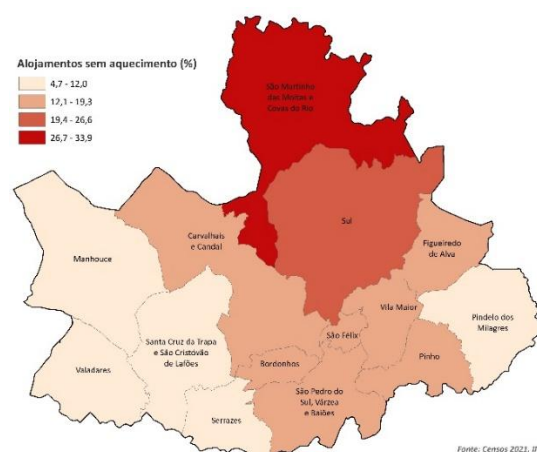


Gráfico 46. Alojamentos por tipo de aquecimento, em São Pedro do Sul, em 2021

Por fim, analisando os alojamentos familiares clássicos ao nível da freguesia, de acordo com os Censos 2021, verificou-se que a União das freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio é a que tem o maior número de alojamentos sem qualquer tipo de aquecimento (33,9% dos alojamentos). No sentido inverso, a freguesia de Pindelo dos Milagres (4,7%) é a que concentra a menor parte dos alojamentos sem aquecimento (**Mapa 3**).



Mapa 3. Percentagem de alojamentos clássicos sem qualquer tipo de aquecimento, nas freguesias de São Pedro do Sul, em 2021

CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS



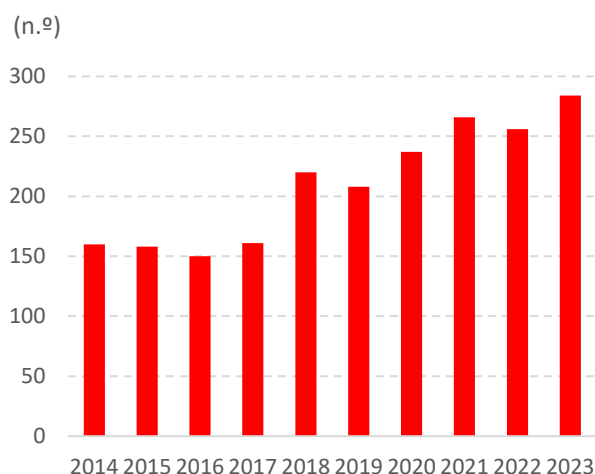
A certificação energética de edifícios procede a uma avaliação e classificação da eficiência energética de uma construção, analisando parâmetros relacionados com o consumo energético, o isolamento térmico, os sistemas de climatização ou a iluminação. Estas certificações energéticas são depois classificadas entre A+ (certificação mais alta) e F (certificação mais baixa).

Este processo apresenta várias vantagens, pois identifica áreas onde ocorrem perdas e desperdícios de energia, permitindo aos proprietários aplicar medidas que melhorem a eficiência dos edifícios, tais como, melhorias no isolamento e/ou utilização de sistemas de aquecimento, refrigeração e iluminação mais eficientes.

A nível ambiental, edifícios com certificados energéticos mais altos reduzem a quantidade de emissões de CO₂, uma vez que não dependem de tantos equipamentos para o aquecimento ou possuem equipamentos energeticamente mais eficientes.

Observando o número total de certificados emitidos no concelho de São Pedro do Sul, verifica-se que, 2016 foi o ano em análise que teve menos certificados energéticos emitidos (150). No sentido

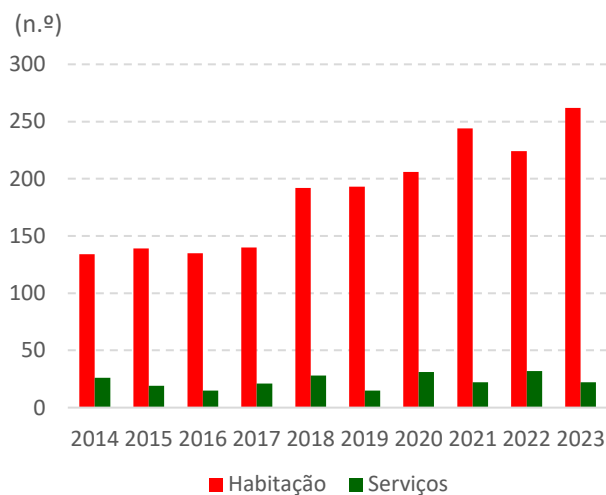
inverso, em 2023 foram emitidos 284 (valor mais alto dos anos em análise) - Gráfico 47.



Fonte: SCE - Sistema de Certificação Energética de Edifícios

Gráfico 47. Certificados emitidos em São Pedro do Sul entre 2014 e 2023

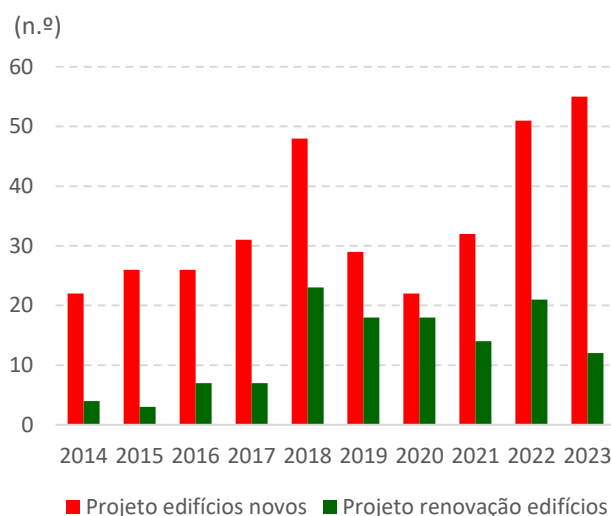
Relativamente ao número de certificados energéticos emitidos por tipo de edifício, verificou-se que foram os edifícios habitacionais que tiveram mais certificados emitidos em todos os anos da análise (Gráfico 48).



Fonte: SCE - Sistema de Certificação Energética de Edifícios

Gráfico 48. Certificados emitidos em São Pedro do Sul por tipo de edifício, entre 2014 e 2023

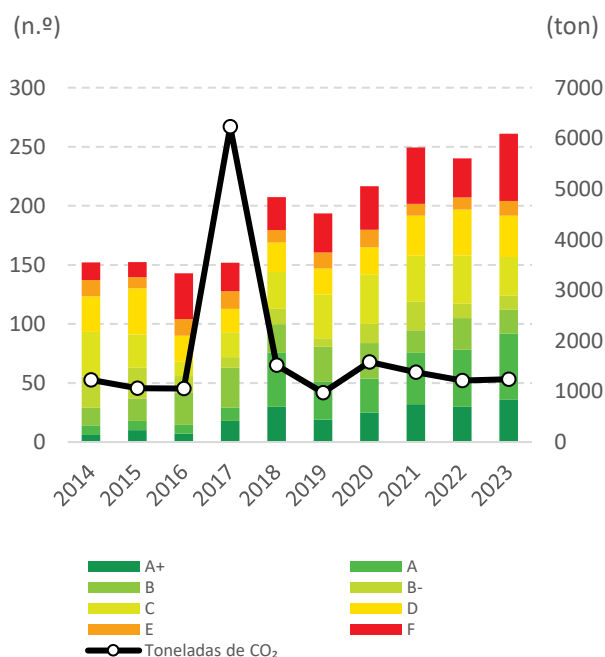
Observando agora os certificados emitidos em edifícios novos ou em fase de renovação, verifica-se que, em todos os anos da análise, foram emitidos mais certificados em projetos de edifícios novos (Gráfico 49).



Fonte: SCE - Sistema de Certificação Energética de Edifícios

Gráfico 49. Certificados emitidos em São Pedro do Sul em edifícios novos e em renovação de edifícios, entre 2014 e 2023

Por fim, analisando as classes energéticas dos edifícios e toneladas de CO₂ entre 2014 e 2023, observou-se uma subida abrupta de toneladas de CO₂ entre 2016 e 2017. Após este ano, os valores de emissões de CO₂ têm-se mantido na ordem das 1 000 toneladas. Relativamente às classes energéticas, os anos de 2021, 2022 e 2023 foram os que apresentaram mais certificados emitidos de classe A+ e A (Gráfico 50).



Fonte: SCE - Sistema de Certificação Energética de Edifícios

Gráfico 50. Classes energéticas em edifícios de São Pedro do Sul e toneladas de CO₂/ano, entre 2014 e 2023

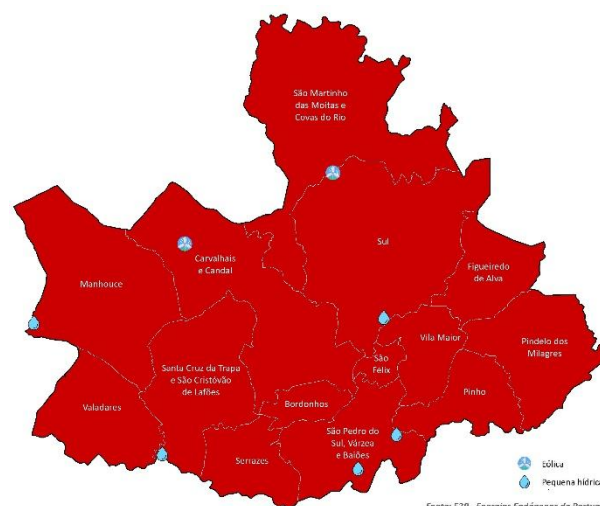
PRODUÇÃO DE ENERGIA LOCAL



A energia pode ser produzida de diferentes formas, podendo estas serem de carácter renovável ou não renovável.

Portugal tem apostado cada vez mais na produção de energia através de fontes renováveis, tais como: biogás, biomassa, eólica, geotermia, hídrica, ondas e marés, resíduos sólidos urbanos e solar/fotovoltaica.

Relativamente ao município de São Pedro do Sul, existem 2 usinas eólica nas freguesias de carvalhais e cardal (1) e Sul (1). Possuem também 5 pequenas hídricas, distribuídas pelas freguesias de Manhouce, Sul, Pinho, São Pedro do Sul, Várzea e Baiões e Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (Mapa 4).



Mapa 4. Tecnologias de energias renováveis, nas freguesias de São Pedro do Sul, em 2023

Em relação à produção de energia no Município de São Pedro do Sul, a instalação de Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC) em particulares, condomínios e empresas tem vindo a aumentar em 2023. No 2.º Trimestre de 2023, foram instaladas 333 UPAC, o que corresponde a um total de 1 848,6 kW de potência instalada (Gráfico 51).

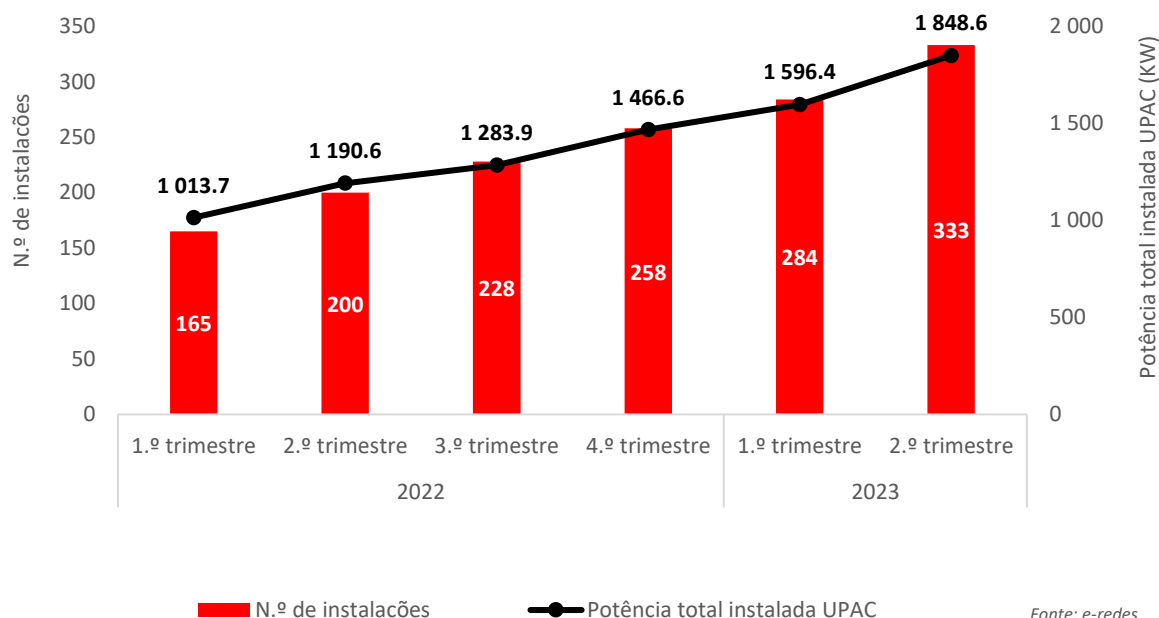


Gráfico 51. Número de instalações e potência instalada de UPAC, em São Pedro do Sul, até ao 2º trimestre de 2023

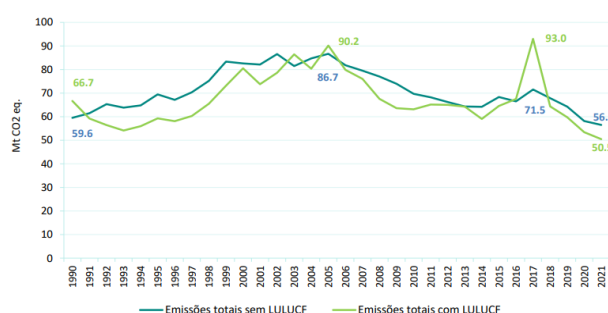
PERFIL DE EMISSÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL – RETRATO



Em 2021, no âmbito dos compromissos comunitários e internacionais assumidos por Portugal⁷, foi elaborado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) um inventário da distribuição espacial (por concelho) das emissões de poluentes atmosféricos para os anos de 2015, 2017 e 2019.

Tendo como base o inventário nacional de emissões de gases com efeito estufa, tem-se verificado uma diminuição de GEE desde 2005 no contexto nacional.

Analisando o **Gráfico 52**, verifica-se que, em 2021, as emissões de GEE (desconsiderando o setor LULUCF⁸) foi de 56,5 Mt CO₂eq, o que representou um decréscimo de 5,1% comparativamente a 1990 e 2,8% comparado ao ano anterior.



Fonte: APA

Gráfico 52. Evolução das emissões totais nacionais de GEE

A metodologia utilizada segue as diretrizes metodológicas internacionais - 2006 IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories, requisitos esses que se encontram estabelecidos no Global Protocol for Community-Scale Greenhouse Gas Inventories (GPC).

Para esta análise foram analisados os gases que mais potenciam o efeito de estufa em Portugal, tais como o Dióxido de Carbono (CO₂), resultante da queima

⁷ Designadamente a Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância (CLRTAP, 1979), a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC, 1992) a Diretiva 2001/81/CE relativa aos Tetos de Emissão Nacionais (transposta pelo Decreto-Lei n.º 193/2003) e

de combustíveis fósseis, o Metano (CH₄) e o Óxido Nitroso (N₂O) que têm origem, principalmente, nos setores da agricultura e dos resíduos e os Gases Fluorados (F-Gases) que provêm dos sistemas de climatização estacionária e da refrigeração comercial.

Os gases anteriormente descritos foram normalizados à escala do CO₂ com a seguinte relação:

- CO₂ = 1
- CH₄ = 25
- N₂O = 298
- F-Gases = já normalizado

Ano da análise - Em 2019 o valor fixou-se em 55,350 kton.



Em 2019 foram emitidos 55,350 kton de emissões de CO₂eq.

Considerando a NUT III da sub-região Viseu Dão-Lafões, e em comparação com todos os Municípios representados no gráfico seguinte, São Pedro do Sul é o quinto Município com maior valor de emissões de CO₂eq *per capita* em 2019 (**Gráfico 53**).

a Convenção de Estocolmo sobre poluentes orgânicos persistentes.

⁸ Land-Use, Land-Use Change and Forestry (uso do solo, alterações do uso do solo e florestas).

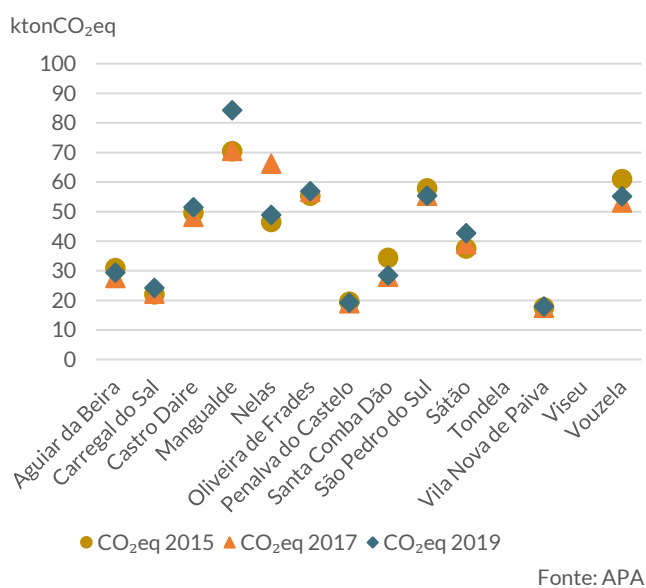


Gráfico 53. Emissões de GEE dos Municípios da sub-região de Viseu Dão Lafões

Fazendo novamente uma análise ao nível da região, mas tendo em conta o valor de emissões de GEE per capita, podemos observar que São Pedro do Sul passa a ser o quinto Município com menor valor de emissões de CO₂eq *per capita* em 2019 (Gráfico 54).

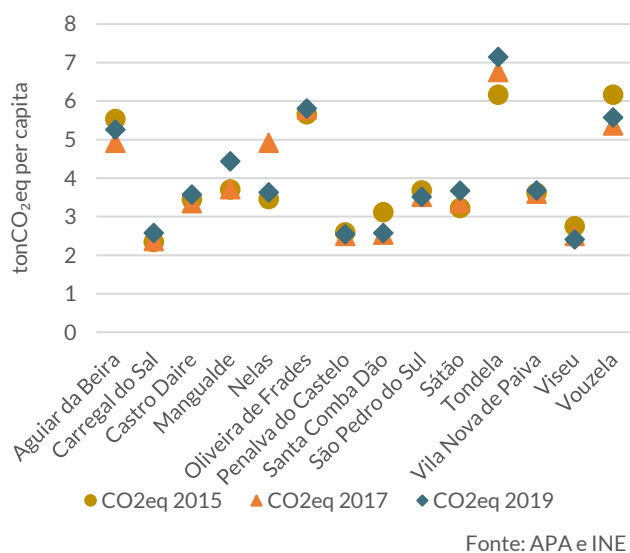


Gráfico 54. Emissões de GEE per capita dos Municípios da CIM de Viseu Dão Lafões

A distribuição de emissões num dado território varia conforme a natureza da fonte de emissão. Nos dados utilizados foram consideradas fontes de emissão pontuais (aterros, centrais de incineração de resíduos e outras fontes cuja localização e emissões sejam conhecidas ou possam ser estimadas individualmente), lineares (autoestradas e ferrovias)

e em área (automóveis, aplicação de fertilizantes azotados, número de animais por espécie).

As emissões foram classificadas nas seguintes categorias:

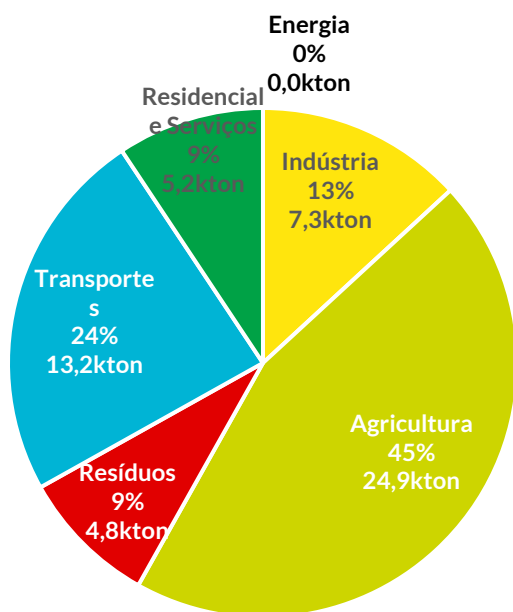
- **A_PublicPower;**
 - Produção de energia elétrica e calor.
- **B_Industry;**
 - Refinação de petróleo;
 - Combustão de indústria transformadora;
 - Produção industrial;
 - Outras indústrias químicas;
 - Siderurgias;
 - Aplicações de revestimento;
 - Gases fluorados;
 - Pasta e papel;
 - Alimentar e de bebidas;
 - Processamento de madeira;
 - Outra produção.
- **C_OtherStationaryComb;**
 - Combustão.
- **D_Fugitive;**
 - Emissões fugitivas.
- **E_Solvents;**
 - Utilização de produtos.
- **F_RoadTransport;**
 - Transportes rodoviários.
- **G_Shipping;**
 - Navegação nacional.
- **H_Aviation;**
 - Aviação internacional e doméstica.
- **I_Offroad;**
 - Transporte ferroviário;
 - Combustão agrícola e pescas;
 - Aviação militar.
- **J_Waste;**
 - Deposição de resíduos no solo e queima de biogás sem aproveitamento energético;
 - Compostagem e digestão anaeróbica;

- Incineração de resíduos sem aproveitamento energético;
- Gestão de águas residuais.
- **K_AgriLivestock;**
 - Fermentação entérica;
 - Gestão de efluentes pecuários.
- **L_Agritother;**
 - Cultivo de arroz;
 - Produção de culturas e solos agrícolas;
 - Queima de resíduos agrícolas no campo;
 - Aplicação de fertilizantes.

Neste relatório, as categorias mencionadas foram agrupadas em 6 grupos, nomeadamente, energia (A/D), indústria (B), agricultura (K/L), resíduos (J), transportes (F/G/H/I) e residencial e serviços (C/E).

O gráfico seguinte mostra a distribuição de emissões com efeito de estufa, em cada um dos setores definidos para São Pedro do Sul, em 2019.

Em 2019, a maior parte das emissões com efeito de estufa em São Pedro do Sul, tiveram origem no setor da agricultura (45%), seguida do setor dos transportes (24%), da indústria (13%), do residencial e serviços (9%), e resíduos (9%) - **Gráfico 55**.



Fonte: APA, 2019

Gráfico 55. Emissões de GEE (CO₂eq) por grupos, em São Pedro do Sul, em 2019

CENÁRIOS DE DESCARBONIZAÇÃO



Como já foi referido anteriormente, de acordo com a Lei de Bases do Clima, Portugal, tem o objetivo de reduzir as suas emissões de GEE em 55% até 2030, entre 65% e 75% em 2040, e 90% até 2050, tendo por base as emissões de 2005.

Para definir as metas que São Pedro do Sul deve alcançar para estes períodos, foi realizada uma cenarização tendo como ponto de partida as emissões de GEE nacionais em 2005 e o inventário de emissões por Município da APA para 2015, 2017 e 2019.

Para colmatar a falta de dados a nível municipal, estimaram-se os valores para o ano de 2005 em São Pedro do Sul, recorrendo-se a métodos estatísticos.

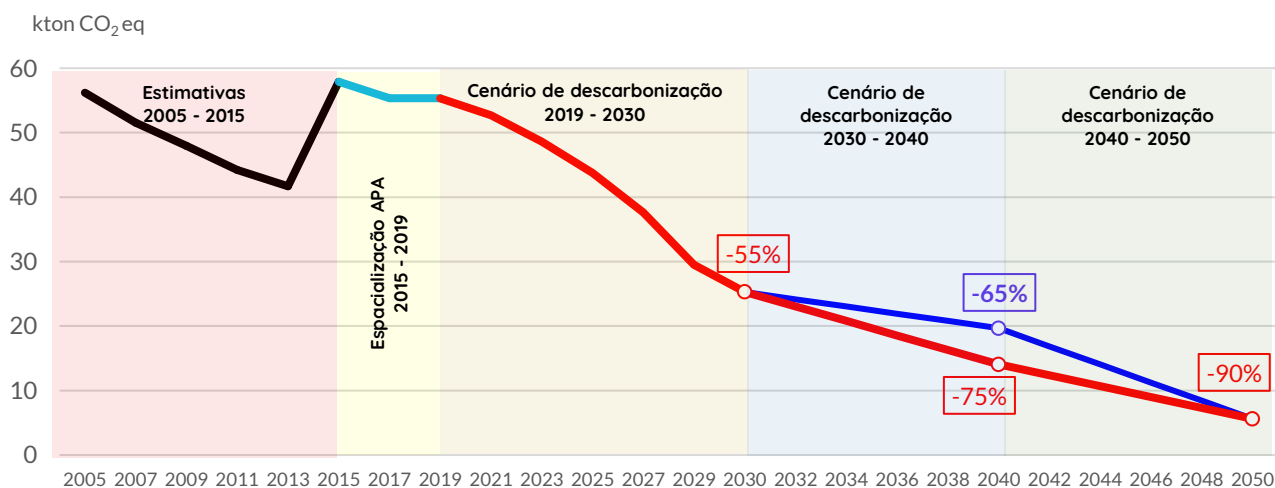
A expressão que calcula as emissões de GEE para o Município de São Pedro do Sul, em 2005 (E), é:

$$E = \frac{A * \bar{x} B}{100}$$

em que:

- A – Valor de Portugal em 2005;
- B – Proporção das Emissões de São Pedro do Sul (2015, 2017 e 2019) face à produção total nacional (2015, 2017 e 2019).

Importa ressaltar que este cálculo pode não refletir completamente a realidade, mas foi adotada como a abordagem mais apropriada para este tipo de análise. Diante da falta de informações concretas, esta estimativa tornou-se essencial para preencher a falta de dados ao nível municipal e permitir uma análise mais completa e contextualizada (**Gráfico 56**).



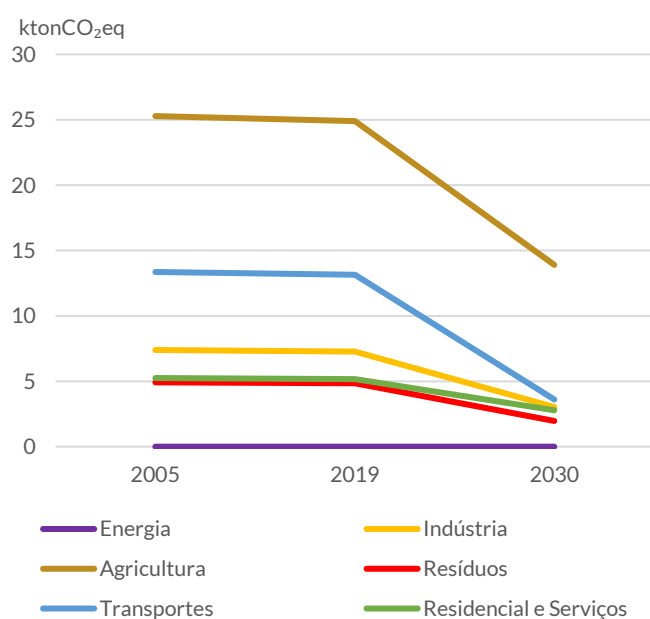
Fonte: APA, PNEC 2030, RNC2050, Lei de Bases do Clima e COS 2018

Gráfico 56. Cenário de emissões de GEE 2030 - 2050, em São Pedro do Sul

Para atingir as metas decorrentes da Lei de Bases do Clima, do PNEC 2030 e do RNC 2050, o Município de São Pedro do Sul adotará medidas específicas e ambiciosas para atingir a neutralidade carbónica.

Assim, tendo por base o perfil das emissões de São Pedro do Sul em 2019, da meta global de redução em 55% em 2030 e das Metas Setoriais elencadas no PNEC 2030 e no RCN2050, o Município, face aos valores de 2005, compromete-se a reduzir as suas emissões setoriais até 2030, com a seguinte repartição (Gráfico 57):

- 🌍 **Setor da Energia:** redução de 0%;
- 🌍 **Setor da Indústria:** redução de 59%;
- 🌍 **Setor da Agricultura:** redução de 45%;
- 🌍 **Setor dos Resíduos:** redução de 60%;
- 🌍 **Setor dos Transportes:** redução de 73%;
- 🌍 **Setor Residencial e Serviços:** redução de 47%.



Fonte: APA, PNEC2030, RNC2050 e Lei de Bases do Clima

Gráfico 57. Cenário de redução de emissões de GEE até 2030, em São Pedro do Sul, para os diferentes setores de atividade

SUMIDOUROS



O objetivo da neutralidade carbónica traduz-se em ...

igualar o nível de emissões de GEE com o nível de sumidouro até o ano de 2050 (emissões líquidas iguais a zero). Isto obrigará a reduções substanciais das emissões e/ou aumentos substanciais dos sumidouros nacionais, que deverão materializar-se até 2050.

APA, Orientações para os Planos Regionais de Ação Climática, Lei de Bases do Clima n.º 98/2021

No Município de São Pedro do Sul, as florestas e os solos desempenham um papel fundamental na regulação de CO₂ na atmosfera.

Segundo dados da APA 1990 - 2020, as florestas e o uso do solo (setor LULUCF), atuaram, geralmente, como um sumidouro de carbono no território nacional, com exceção dos anos de 1990, 2003, 2005, 2016 e 2017.

Assim, para analisar a capacidade de sumidouro de GEE no concelho, foi realizada uma análise à Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS2018), no sentido de identificar a quantidade média de sequestro de CO₂ das diferentes culturas.

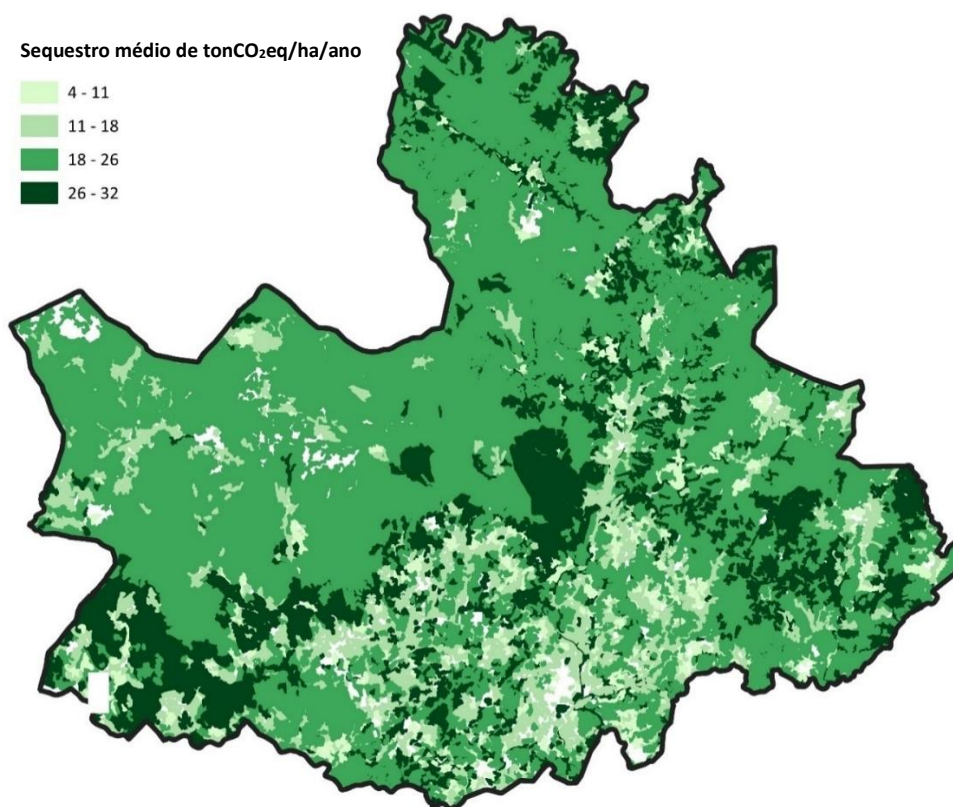
Nesta análise, foram tidos em conta vários estudos desenvolvidos ao longo dos últimos anos sobre esta temática e, através de simplificações e assunção de pressupostos, calcularam-se os níveis médios de fixação de CO₂ estimados para cada espécie presente na Carta de Ocupação do Solo (Tabela 5).

Tabela 5. Sequestro médio de CO₂ para diferentes tipos de ocupação do solo

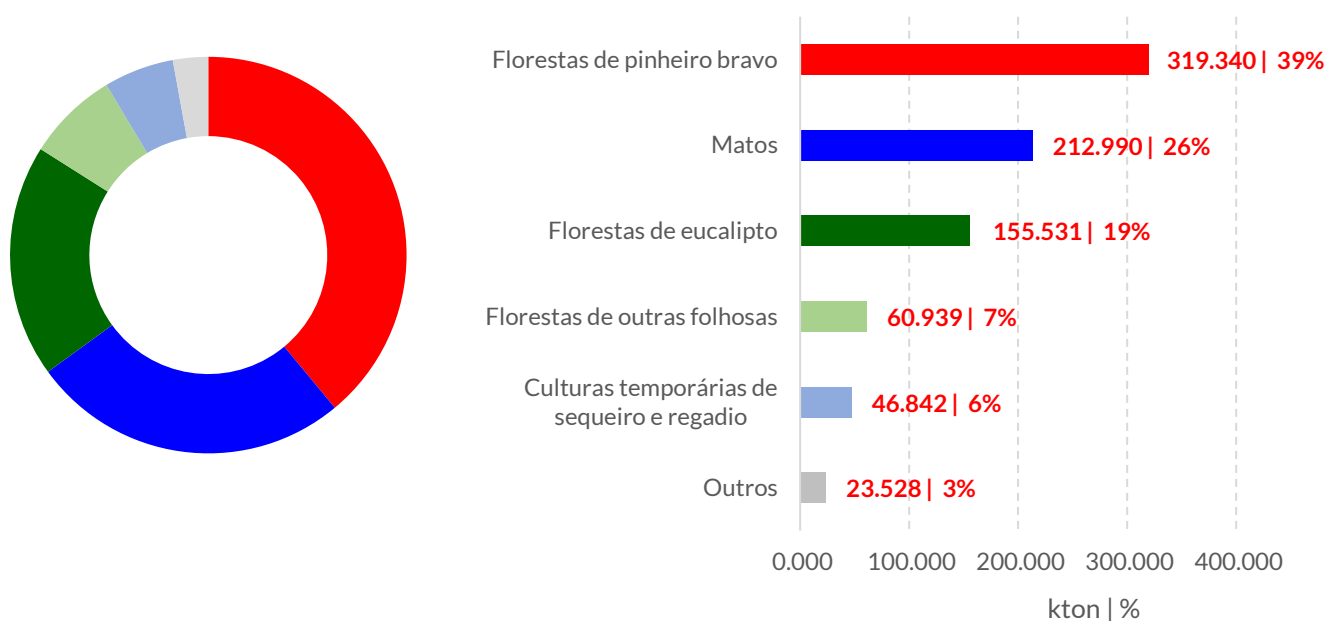
Ocupação do solo	Sequestro médio de CO ₂ (ton/ha/ano)	Fonte
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	18	Pinheiro (2009)
Mosaicos culturais e parcelares complexos	4	
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	4	
Florestas de eucalipto	15 - 32	Pereira et al. (2009)
Florestas de pinheiro bravo	15 – 26	
Florestas de outras folhosas	Foram utilizados os valores de florestas de eucalipto	

Através do Mapa 5, do Gráfico 58 e da Figura 2 relativos ao sequestro médio de tonCO₂ por hectare/ano, em São Pedro do Sul, denota-se que predominam as classes de fixação de CO₂ compreendidos entre as 18 e as 26 toneladas, que correspondem a ocupações de culturas temporárias de sequeiro e regadio, florestas de eucalipto, florestas de pinheiro bravo e floresta de outras folhosas.

Por outro lado, as classes de fixação de CO₂ com menor representatividade correspondem, essencialmente, a ocupações mosaicos culturais e parcelares complexos e Agricultura com espaços naturais e seminaturais.



Mapa 5. Sequestro médio de tonCO₂eq/ha/ano, em São Pedro do Sul



Fonte: Adaptado de COS 2018, Pinheiro (2009), Pereira et al. (2009) e Nunes et al. (2014)

Gráfico 58. Sequestro médio de CO₂eq/ha/ano, para os diferentes tipos de ocupação do solo, em São Pedro do Sul em 2018

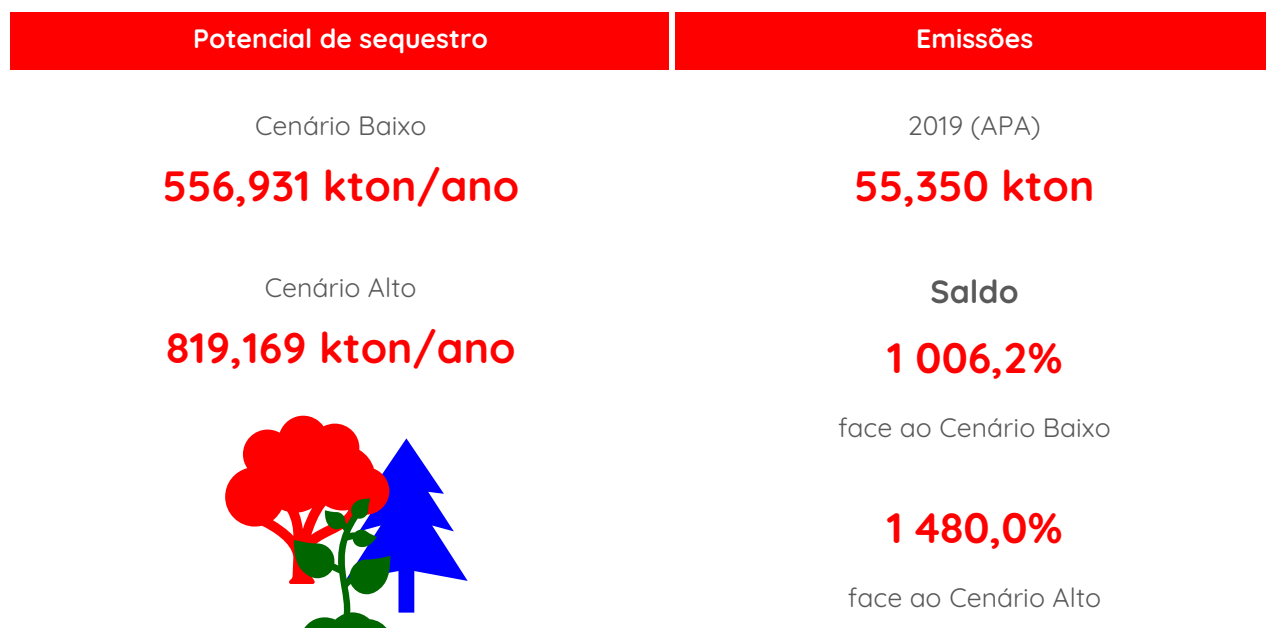


Figura 2. Capacidade potencial de sequestro (ktonCO₂eq)

Cenário Baixo – soma dos valores mais baixos do potencial de sequestro médio de CO₂eq/ha/ano.

- Exemplo: Florestas de Eucalipto (15 tonCO₂eq/ha/ano) – ver Tabela 5.

Cenário Alto – soma dos valores mais altos do potencial de sequestro médio de CO₂eq/ha/ano.

- Exemplo: Florestas de Eucalipto (32 tonCO₂eq/ha/ano) – ver Tabela 5.

7. PLANO DE AÇÃO

PLANEAR

PARA DEPOIS

AGIR

Para alcançar os objetivos do PMAC-SPS, o Município de São Pedro do Sul delineou uma Plano de Ação robusto que permitirá responder aos desafios impostos pelas alterações climáticas.

Este Plano de Ação baseia-se nos resultados dos inventários de emissões de GEE e nos riscos e vulnerabilidades climáticas identificadas, e contou com a participação ativa de diversos atores locais.

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PARA O SETOR INDUSTRIAL

Os resultados do inventário de emissões de GEE referente a 2019 mostram que o setor industrial representa 3% das emissões do Município.

À data da elaboração do presente PMAC, existiam já diversas ações com o intuito de reduzir as emissões de GEE do setor industrial. O Regime de Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), por exemplo, visa reduzir as emissões de carbono (CO₂) da indústria, ao exigir às empresas que possuam licenças de autorização por cada tonelada de CO₂ que emitam.

No entanto, existem diversas outras formas que ajudam na redução de emissões deste setor. Neste sentido, apresenta-se abaixo, um conjunto de medidas.

Objetivo	Descrição do objetivo e medidas
I01	Aumento da produção fotovoltaica para autoconsumo na indústria Instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios industriais.
I02	Redução dos consumos energéticos na indústria - Substituição da iluminação existente por LED nos edifícios industriais; - Substituição de motores convencionais por motores mais eficientes nas indústrias; - Aquisição de sistemas de ventilação eficientes nas indústrias; - Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes; - Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias; - Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes; - Implementação de sistemas de gestão de controlo nas indústrias.
I03	Redução da dependência de combustíveis fósseis - Maior utilização de biocombustíveis nas indústrias; - Promoção da produção e consumo de hidrogénio verde; - Substituição da frota por veículos movidos a energias alternativas.

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PARA O SETOR AGRÍCOLA

Os resultados do inventário de emissões de GEE referente a 2019 mostram que o setor agrícola é o mais representativo 45% das emissões do Município.

A nível global, os processos agrícolas e pecuários tornam este setor num dos que mais emitem GEE para a atmosfera, tais como, o Metano (CH₄) libertado pelo efetivo animal e o Óxido Nitroso (N₂O) decorrente da gestão de efluentes pecuários.

Neste sentido, o Município prevê, até 2030, executar as seguintes medidas:

Objetivo	Descrição do objetivo e medidas
AG01	Aumento da produção fotovoltaica para autoconsumo em instalações agrícolas - Instalação de painéis fotovoltaicos nas instalações agrícolas.

AG02

Redução dos consumos energéticos nos edifícios agropecuários

- Substituição da iluminação existente por LED nos edifícios agrícolas;
- Substituição de motores convencionais por motores mais eficientes na agropecuária;
- Aquisição de sistemas de ventilação eficientes na agropecuária;
- Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes;
- Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias;
- Colocação de materiais de revestimento e cobertura mais eficientes;
- Implementação de sistemas de gestão e controlo de processos e consumos.

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PARA O SETOR DOS RESÍDUOS

Os resultados do inventário de emissões de GEE referente a 2019 mostram que o setor dos resíduos representa 9% das emissões do Município. De acordo com o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU) 2030, são apresentadas medidas de monitorização de âmbito climático, nomeadamente as emissões de dióxido de carbono (tonCO₂). A colocação deste tipo de medidas de monitorização, releva uma real preocupação com a urgência de aplicar ações concretas que fomentem uma redução de emissões de GEE neste setor.

No âmbito do presente PMAC, as medidas de mitigação no setor dos resíduos, para o Município, são:

Objetivo	Descrição do objetivo e medidas
R01	Redução dos níveis de CO₂ das viaturas de recolha seletiva ▪ Substituição da frota por veículos movidos a energias alternativas
R02	Redução da produção de resíduos <i>per capita</i> (indiferenciados e seletivos)
R03	Incremento do Tratamento na Origem de Biorresíduos ▪ Incremento do Tratamento na Origem de Biorresíduos
R04	Incremento da Recolha Seletiva de Biorresíduos. ▪ Incremento da Recolha Seletiva de Biorresíduos.
R05	Incremento da taxa de Recolha Seletiva
R06	Incremento da eficiência energética na captação, tratamento e distribuição de água para abastecimento ▪ Redução das perdas de água com a instalação estratégica de medidores de caudal para deteção de fugas.

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PARA O SETOR DOS TRANSPORTES

Os resultados do inventário de emissões de GEE referente a 2019 mostram que o setor dos transportes representa 24% das emissões do Município. Com o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica até 2050, a UE lançou a medida de proibição da venda de automóveis movidos a gasolina e a gasóleo a partir de 2035. O Município, até 2030, compromete-se a:

Objetivo	Descrição do objetivo e metas
T01	Eletrificação do transporte terrestre ▪ Eletrificação do transporte ligeiro privado; ▪ Eletrificação do transporte pesado de mercadorias; ▪ Eletrificação do transporte pesado de passageiros; ▪ Aumento do número de postos de carregamento para veículos elétricos.
T02	Eletrificação da frota municipal ▪ Diminuição dos consumos derivados de petróleo na frota municipal.
T03	Aumento da extensão de vias de zero emissões ▪ Reconversão de vias rodoviárias tradicionais por vias pedonais e de mobilidade elétrica.
T04	Aumento da mobilidade suave no território ▪ Criação de ciclovias urbanas.
T05	Promoção do transporte coletivo ▪ Aumento do número de utilizadores.

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PARA O SETOR RESIDENCIAL E SERVIÇOS

Os resultados do inventário de emissões de GEE referente a 2019 mostram que o setor residencial e serviços representa 9% das emissões do Município. De acordo com a Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE), quase dois terços dos edifícios em todo o país foram construídos antes de 1990, quando os requisitos de eficiência energética para novas construções foram estabelecidos. Tal facto leva a que hoje existam diversos problemas que afetam o desempenho energético dos edifícios em Portugal, além do envelhecimento natural dos materiais e de falta de manutenção. Neste sentido, a eficiência energética dos edifícios será uma prioridade na política energética e climática municipal, juntamente com a transição para o uso de fontes renováveis de energia.

Há um grande potencial de economia de energia nos edifícios com medidas de eficiência energética, podendo resultar em reduções de mais de 50% em alguns casos. Essa redução no consumo de energia também se traduz numa diminuição significativa das emissões de CO₂eq provenientes do setor dos edifícios.

Assim, apresenta-se abaixo um conjunto de medidas atinentes a uma meta de redução de consumo energético.

Objetivo	Descrição do objetivo e medidas
RS01	Aumento dos níveis de reabilitação energética do edificado residencial ▪ Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes; ▪ Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias; ▪ Substituição da iluminação existente por LED; ▪ Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficiente.
RS02	Aumento dos níveis de reabilitação energética do edificado afeto a serviços ▪ Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes; ▪ Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias; ▪ Substituição da iluminação existente por LED; ▪ Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficiente.
RS03	Aumento dos níveis de reabilitação energética da Habitação Social Municipal ▪ Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes; ▪ Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias; ▪ Substituição da iluminação existente por LED; ▪ Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficiente.
RS04	Aumento dos níveis de reabilitação energética da Administração Pública ▪ Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes; ▪ Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias; ▪ Substituição da iluminação existente por LED; ▪ Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficiente.
RS05	Aumento da produção fotovoltaica para autoconsumo residencial ▪ Instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios residenciais.
RS06	Aumento da produção fotovoltaica em edifícios comerciais ▪ Instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios comerciais.
RS07	Aumento da produção fotovoltaica para autoconsumo na Habitação Social Municipal ▪ Instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios de Habitação Social Municipal.
RS08	Aumento do autoconsumo nos edifícios da Administração Pública ▪ Instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios da Administração Pública.
RS09	Redução dos consumos energéticos na Iluminação Pública ▪ Substituição da iluminação pública por LED; ▪ Implementação de um sistema de gestão otimizada da iluminação pública.
RS10	Criação do Espaço Cidadão Energia (ECE) ▪ Criação de um balcão único de apoio aos cidadãos em matéria de eficiência energética, energias renováveis e comportamentos sustentáveis.

MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO

A estratégia de adaptação preconizada pelo PMAC-SPS tem como referencial novos objetivos definidos pelo Município de São Pedro do Sul e ações que passarão agora a ser parte integrante deste novo Plano, e que serão realizadas até 2030.

Neste âmbito, a estratégia de adaptação climática do Município converte-se em medidas nos seguintes setores:

- Informação e Sensibilização;
- Biodiversidade;
- Agricultura;
- Floresta;
- Recursos Hídricos;
- Saúde Humana;
- Segurança de Pessoas e Bens;
- Ordenamento do Território;
- Edifícios;
- Economia;
- Energia;
- Transportes e Comunicações.

Informação e Sensibilização	Descrição
AA1	Elaborar um Plano de Divulgação e Comunicação do PMAC
AA2	Elaborar um Plano de Comunicação e definição de ações de sensibilização e educação ambiental sobre riscos associados às alterações climáticas e medidas de adaptação
AA3	Elaborar e distribuir um Manual Municipal de boas práticas ambientais, especialmente dedicado às temáticas da mitigação e adaptação às alterações climáticas
AA4	Realizar ações de capacitação de técnicos e decisores políticos na avaliação de vulnerabilidades às alterações climáticas
AA5	Criar mecanismos de divulgação dos resultados de monitorização e avaliação de âmbito municipal
AA6	Monitorizar os principais impactes identificados

Biodiversidade	Descrição
AB1	Criar áreas verdes municipais, com diversificação de espécies
AB2	Criar um inventário das espécies de fauna e flora existentes
AB3	Avaliar o estado fitossanitário do arvoredo municipal
AB4	Preservar a biodiversidade nas ações de limpeza e manutenção dos espaços verdes
AB5	Criar ações de rearboreção com espécies autóctones
AB6	Criar medidas que visem a proteção de espécies alvo de estatuto especial de conservação

Agricultura	Descrição
AC1	Promover o cultivo de espécies agrícolas com menores necessidades hídricas
AC2	Promover incentivos para o aumento da área de terrenos agrícolas trabalhados, atualmente abandonados
AC3	Criar uma rede de hortas comunitárias
AC4	Elaborar um manual de boas práticas agrícolas

Floresta	Descrição
AD1	Promover o ordenamento florestal e a reflorestação com espécies autóctones
AD2	Realizar ações de sensibilização para o uso correto do fogo, sobretudo nas queimas e queimadas

AD3	Criar faixas de gestão de combustível à volta dos núcleos urbanos
AD4	Promover o aproveitamento de biomassa florestal
AD5	Reabilitar e restaurar os ecossistemas após os incêndios rurais
AD6	Prevenir a instalação e expansão de espécies exóticas invasoras

Recursos Hídricos	Descrição
AE1	Ampliar e monitorizar a rede pública de águas pluviais, e executar medidas de melhoramento das condições de escoamento de água em zonas críticas
AE2	Criar bacias de retenção a montante das zonas sujeitas a cheias e inundações
AE3	Limpar e desobstruir as linhas de água, bem como o desenvolvimento de medidas de controlo de focos de insalubridade
AE4	Criar sistemas de monitorização dos caudais dos rios
AE5	Reabilitar e consolidar as galerias ripícolas
AE6	Restaurar ecologicamente as linhas de água

Saúde Humana	Descrição
AF1	Realizar ações de informação e sensibilização à população sobre as medidas de prevenção de doenças infecciosas transmitidas por pragas, alergias e exposição solar excessiva
AF2	Criar sistemas de georreferenciação de identificação de vetores, agentes e doenças
AF3	Criar um sistema de monitorização de qualidade do ar na área urbana do município, inclusive nas áreas de maior tráfego rodoviário

Segurança de Pessoas e Bens	Descrição
AG1	Rever e adaptar o PMEPC para os riscos climáticos futuros

Ordenamento do Território	Descrição
AH1	Promover a permeabilização de áreas impermeáveis
AH2	Promover soluções de arrefecimento evaporativo em espaços verdes e espaços públicos abertos
AH3	Condicionar a construção na proximidade das linhas de água, minimizar a impermeabilização do solo e promover o seu restauro ecológico
AH4	Criar e manter os corredores de ventilação natural

Edifícios	Descrição
AI1	Criar um plano para a identificação do edificado mais vulnerável aos impactes associados às alterações climáticas
AI2	Promover sistemas de aproveitamento de águas pluviais em edifícios
AI3	Promover incentivos à implementação de jardins e coberturas verdes

Economia	Descrição
AJ1	Elaborar um estudo de impactos e oportunidades relativas às alterações climáticas no território e respetiva adaptação



Energia	Descrição
AK1	Promover boas práticas de eficiência energética

Transportes e Comunicações	Descrição
AL1	Promover o transporte público
AL2	Promover os modos suaves de deslocação
AL3	Executar uma gestão de consumos da frota municipal

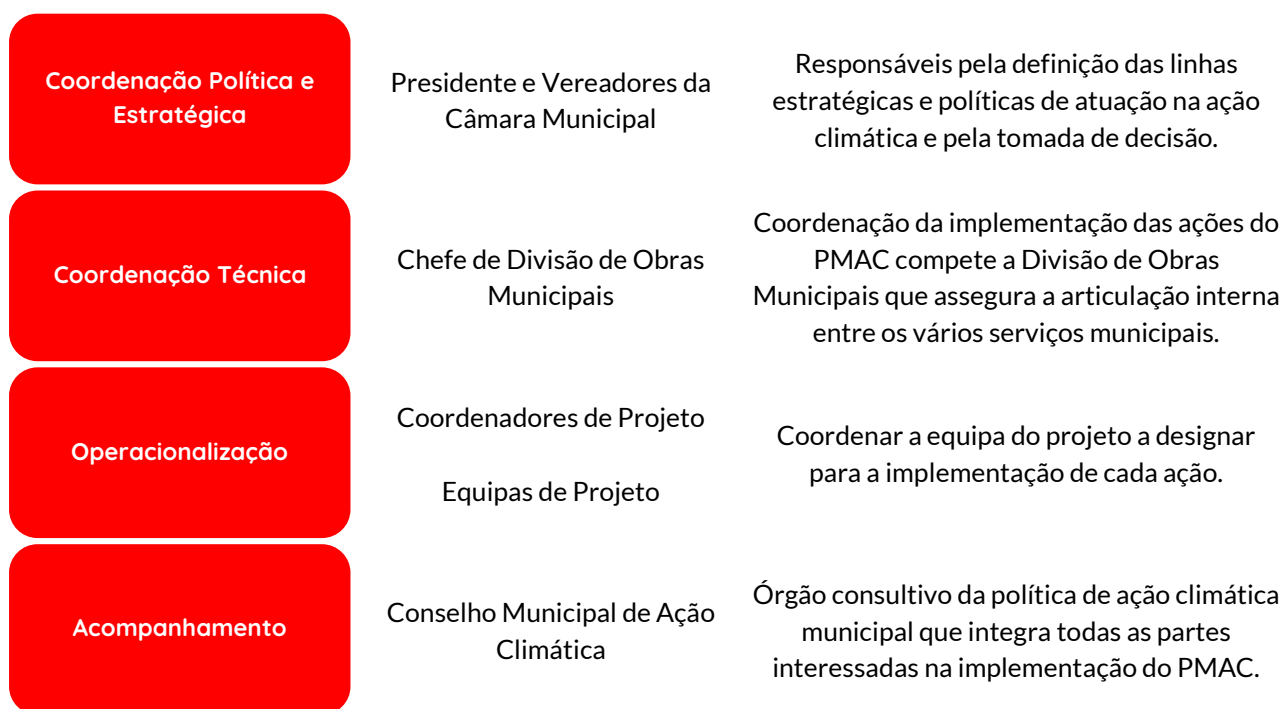
8. MODELO DE GESTÃO E GOVERNANÇA

Para que a implementação do PMAC seja efetiva e eficaz é necessário que se verifique um compromisso de todas as organizações e vereações, assim como um esforço de coordenação concertado e articulado.

Durante este processo, é essencial que haja uma boa comunicação interna, nomeadamente entre as diferentes unidades orgânicas da autoridade local, as autoridades públicas associadas e todas as pessoas envolvidas, assim como uma comunicação externa

robusta e eficaz com os cidadãos e as partes interessadas.

Posto isto, o Modelo de Governança deverá prever a definição de níveis de Coordenação Estratégica/Política e Técnica, que deve ser assegurada por decisores e técnicos do Município, devidamente articulados com as instâncias de Operacionalização, e por uma Comissão de Acompanhamento, constituída por especialistas e representantes da comunidade de acordo com o seguinte esquema



MONITORIZAÇÃO, REVISÃO, REPORTE E EVOLUÇÃO

O PMAC requer que o seu acompanhamento seja entendido como um processo contínuo, flexível e adaptativo. Assim, a revisão deste Plano deverá ser efetuada a cada 2 anos ou, extraordinariamente, caso os principais indicadores e metas previstas sofram alterações significativas, ou ainda se houver necessidade de efetuar alterações estruturantes do Plano.

Pode haver necessidade de reformulação caso se verifiquem alterações substanciais nas orientações

políticas e na governança do município, ou alterações de âmbito legal ou regulatório, tanto a nível nacional como internacional.

Em cada revisão do PMAC deverá ser efetuado um ponto de situação do acompanhamento e monitorização das metas e medidas definidas no Plano, elaborando relatórios de progresso intercalares. Estes momentos de avaliação são essenciais para destacar possíveis constrangimentos ou novas oportunidades no âmbito da ação climática,

assim como para rever a calendarização das metas, caso seja necessário.

Nestes momentos de avaliação e monitorização do Plano, deverá ser executado o acompanhamento de:

- Metas de mitigação (redução de GEE), de adaptação climáticas e setoriais (diretamente aplicáveis), incluindo a análise dos respetivos indicadores de monitorização e dos seus desvios face ao estipulado;
- Implementação das medidas e respetivas ações:
 - Monitorização dos indicadores de desempenho relativos às medidas prioritárias e outras (caso sejam quantificáveis);
 - Nível de progresso ou taxa de execução;
 - Ponto de situação – identificando os progressos alcançados e os novos desenvolvimentos, incluindo possíveis ações não previstas inicialmente;
 - Identificação de pontos críticos que possam condicionar a implementação de medidas e o desenvolvimento do Plano.

Também deverá ser avaliado o impacto das ações, medindo em termos de contributo para a redução das emissões e do risco climático, e também para o alcance dos benefícios sociais, ambientais e económicos.

No que concerne à vertente da adaptação, a monitorização das variáveis climáticas, nomeadamente os eventos meteorológicos extremos com impactos no Município, deverá ser efetuada de forma sistemática e automática, bem como a integração com avisos/alertas e indicadores de impactos.

Assim, foram definidos os seguintes indicadores de monitorização:

Indicadores Climáticos

	Indicador	Unidade	Periodicidade
Temperatura	Temperaturas médias, máximas e mínimas observadas no verão	°C	Anual
	Temperaturas médias, máximas e mínimas observadas no inverno		
	Temperatura média máxima de verão		
	N.º médio anual de dias muito quentes (tx ≥ 35°C)	N.º de dias	
	N.º médio anual de dias de verão (tx ≥ 25°C)		
	N.º médio anual de noites tropicais (tx ≥ 20°C)		
	Ondas de calor – índice WSDI		
	Ondas de frio – índice CSDI		
	N.º médio anual de dias de geada (T < 0°C)		
Precipitação	Precipitação média anual	mm	Anual
	N.º médio anual de dias com precipitação > 1mm	N.º de dias	
	N.º de dias de precipitação > 10mm (anual, verão e inverno)	N.º de dias	
	N.º de dias de precipitação > 20mm (anual, verão e inverno)	N.º de dias	
	N.º de dias de precipitação > 50mm (anual, verão e inverno)	N.º de dias	
	N.º de secas ocorridas e grau de severidade: moderada, severa, extrema (índice de SPI)	N.º	
Vento	Direção	N.º de dias	Anual
	Intensidade média (tendência)	N.º de dias	
	N.º de dias de vento forte	N.º de dias	

Indicadores de Impactes

Data	Evento	Impacte	Consequências	Localização	Custo	Ação/Resposta
...	...	...	...	...	...	...

Indicadores de Execução para as Ações de Mitigação

Setor	Objetivo	Medida	Indicador de Resultado	Unidade		Fonte do indicador de resultado	Indicador de Realização	Fonte do indicador de realização
				2019	2022			
Industrial	Aumento da produção fotovoltaica para autoconsumo na indústria	Instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios industriais	Aumento do autoconsumo energético nas indústrias	0 MWh	680,28 MWh	DGEG	Percentagem de empresas com painéis fotovoltaicos	Inquéritos às indústrias
	Redução dos consumos energéticos na indústria	Substituição da iluminação existente por LED nos edifícios industriais	Diminuição dos valores de consumo nas indústrias	9 588,83 MWh	-	DGEG	Empresas que substituíram a iluminação por LED	
		Substituição de motores convencionais por motores mais eficientes nas indústrias					Empresas que substituíram motores convencionais por motores mais eficientes	
		Aquisição de sistemas de ventilação eficientes nas indústrias					Empresas que adquiriram sistemas de ventilação mais eficientes	
		Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes					Aquisição de janelas e portas mais eficientes	
		Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias					Aquisição de sistemas solares térmicos	
		Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes					Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes	
		Implementação de sistemas de gestão de controlo nas indústrias					Implementação de sistemas de gestão de controlo nas indústrias	
	Redução da dependência de	Maior utilização de biocombustíveis nas indústrias	Diminuição da venda de combustíveis	655 ton	-	DGEG	Utilização de biocombustíveis	

Setor	Objetivo	Medida	Indicador de Resultado	Unidade		Fonte do indicador de resultado	Indicador de Realização	Fonte do indicador de realização
				2019	2022			
	combustíveis fósseis	Promoção da produção e consumo de hidrogénio verde	derivados de petróleo				Utilização e produção de hidrogénio verde	
		Substituição da frota por veículos movidos a energias alternativas					Indústrias com percentagem da frota movida a energias alternativas superior a 50%	
Agricultura	Aumento da produção fotovoltaica para autoconsumo em instalações agrícolas	Instalação de painéis fotovoltaicos nas instalações agrícolas	Aumento do autoconsumo energético nas instalações agrícolas	0 MWh	199,34 MWh	DGEG	Percentagem de empresas com painéis fotovoltaicos	Inquéritos ao setor agrícola
	Redução dos consumos energéticos nos edifícios agrícolas	Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes	Diminuição dos valores de consumo na agricultura	2 288,63 MWh	-	DGEG	Aquisição de janelas e portas mais eficientes	
		Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias					Aquisição de sistemas solares térmicos	
		Substituição da iluminação existente por LED nos edifícios agrícolas					Empresas que substituíram a iluminação por LED	
		Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes					Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes	
		Substituição de motores convencionais por motores mais eficientes na agropecuária					Empresas que substituíram motores convencionais por motores mais eficientes	
		Aquisição de sistemas de ventilação					Empresas que adquiriram	

Setor	Objetivo	Medida	Indicador de Resultado	Unidade		Fonte do indicador de resultado	Indicador de Realização	Fonte do indicador de realização
				2019	2022			
		eficientes na agropecuária					sistemas de ventilação mais eficientes	
		Implementação de sistemas de gestão e controlo de processos e consumos					Implementação de sistemas de gestão e controlo de processos e consumos	
							Número de postos de carregamento	
Resíduos	Redução dos níveis de CO ₂ das viaturas de recolha	Substituição da frota por veículos movidos a energias alternativas	Diminuição da emissão de GEE nos veículos de recolha seletiva	- kgCO ₂	-		Número de veículos movidos a energias alternativas	-
	Redução da produção de resíduos <i>per capita</i> (indiferencia dos e seletivos)	-	Diminuição de resíduos recolhidos e transportados para o destino final	384,8 kg/ <i>per capita</i>	-	CM	-	-
	Incremento do Tratamento na Origem de biorresíduos	Incremento do Tratamento na Origem de biorresíduos	Incremento do Tratamento na Origem de biorresíduos	15,1 ton	-	CM	-	-
	Incremento da Recolha Seletiva de biorresíduos	Incremento da Recolha Seletiva de biorresíduos	Incremento da Recolha Seletiva de biorresíduos	15,1 ton	-	CM	-	-
	Incremento da Taxa de Recolha Seletiva	-	Incremento da Taxa de Recolha Seletiva	745 ton	-	PORDATA	-	-
	Incremento da eficiência energética na captação, tratamento e distribuição de água para abastecimento	Redução de perdas de água com a instalação estratégica de medidores de caudal para deteção de fugas	Diminuição do consumo de energia elétrica na captação, tratamento e distribuição de água	0 MWh	-	DGEG	Perdas de água por erros de medição e perdas reais	DGEG

Setor	Objetivo	Medida	Indicador de Resultado	Unidade		Fonte do indicador de resultado	Indicador de Realização	Fonte do indicador de realização
				2019	2022			
Transportes	Eletrificação do transporte terrestre	Eletrificação do transporte ligeiro privado	Diminuição da venda de combustíveis derivados de petróleo	3 323 ton	-	DGEG	Número de veículos	IMT/AT (quantidade de veículos)
		Eletrificação do transporte pesado de mercadorias						
		Eletrificação do transporte pesado de passageiros						
		Aumento do número de postos de carregamento para veículos elétricos					Postos de carregamento UVE	CM
	Eletrificação da frota municipal	Diminuição dos consumos derivados de petróleo na frota municipal	Aumento da percentagem de veículos elétricos na frota municipal	Gasolina - Gasóleo -	-	CM	Diminuição dos consumos derivados de petróleo na frota municipal	IMT/AT (quantidade de veículos)
	Aumento da extensão de vias de zero emissões (km)	Reconversão de vias rodoviárias tradicionais por vias pedonais e de mobilidade elétrica	Extensão de vias afetas a zonas de zero emissões (km)	1 km	-	CM	-	CM
	Aumento da mobilidade suave no território (km)	Criação de ciclovias urbanas	Extensão da rede de ciclovias (km)	-	-	CM e INE	Número de utilizadores que se deslocam de bicicleta ou a pé nos movimentos pendulares	CM e INE
Residencial e Serviços	Promoção do transporte coletivo	Aumento do número de utilizadores	Número de passes anuais	481 passes	-	CM e INE	Número de utilizadores de transportes públicos nos movimentos pendulares	CM e INE
	Aumento dos níveis de reabilitação energética do edificado residencial	Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes	Diminuição nos valores de consumo de alta e baixa tensão (eletricidade)	16 206,7 MWh	-	DGEG	Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes	Inquéritos ao setor residencial

Setor	Objetivo	Medida	Indicador de Resultado	Unidade		Fonte do indicador de resultado	Indicador de Realização	Fonte do indicador de realização
				2019	2022			
		Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias					Instalação de solar térmico para águas quentes sanitária	
		Substituição da iluminação existente por LED					Substituição da iluminação existente por LED	
		Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes					Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes	
	Aumento dos níveis de reabilitação energética do edificado afeto a serviços	Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes	Diminuição nos valores de consumo de alta e baixa tensão (eletricidade)	13 491,9 MWh	-	DGEG	Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes	Inquéritos ao setor do comércio e serviços
		Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias					Instalação de solar térmico para águas quentes sanitária	
		Substituição da iluminação existente por LED					Substituição da iluminação existente por LED	
		Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes					Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes	
	Aumento dos níveis de reabilitação energética da Habitação Social Municipal	Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes	Consumo de energia elétrica na Habitação Social Municipal	-	-	CM	Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes	CM (tipos de reabilitação realizada)
		Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias					Instalação de solar térmico para águas quentes sanitária	
		Substituição da iluminação existente por LED					Substituição da iluminação	

Setor	Objetivo	Medida	Indicador de Resultado	Unidade		Fonte do indicador de resultado	Indicador de Realização	Fonte do indicador de realização
				2019	2022			
							existente por LED	
		Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes					Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes	
	Aumento dos níveis de reabilitação energética da Administração Pública	Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes	Consumo de energia elétrica na Administração Pública	-	-	CM	Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes	
		Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias					Instalação de solar térmico para águas quentes sanitária	
		Substituição da iluminação existente por LED					Substituição da iluminação existente por LED	
		Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes					Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes	
	Aumento da produção fotovoltaica para autoconsumo residencial	Instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios residenciais	Aumento do autoconsumo energético no setor doméstico	0 MWh	328,9 MWh	DGEG		Inquéritos ao setor residencial
	Aumento da produção fotovoltaica para autoconsumo na Habitação Social Municipal	Instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios da Habitação Social Municipal	Aumento do autoconsumo energético nas Habitações Sociais Municipais	0 MWh	-	CM	Quantidade de painéis fotovoltaicos instalados	CM
	Aumento da produção fotovoltaica para autoconsumo nos edifícios da Administração Pública	Instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios da Administração Pública	Aumento do autoconsumo energético nos edifícios da Administração Pública	0 MWh	-			

Setor	Objetivo	Medida	Indicador de Resultado	Unidade		Fonte do indicador de resultado	Indicador de Realização	Fonte do indicador de realização
				2019	2022			
	Aumento da produção fotovoltaica para autoconsumo em edifícios comerciais	Instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios comerciais	Aumento do autoconsumo energético no setor dos serviços	0 MWh	331,6 MWh	DGEG		Inquéritos ao setor do comércio e serviços
	Redução dos consumos energéticos na iluminação pública	Substituição da iluminação pública por LED	Consumo de energia elétrica na iluminação pública e sinalização semafórica	3 488,5 MWh	0 MWh	DGEG	Investimento em lâmpadas LED	CM
		Implementação de um sistema de gestão otimizada (SGO) da iluminação pública					Implementação de SGO	CM
	Criação do Espaço Cidadão Energia (ECE)	Criação de um balcão único de apoio aos cidadãos em matéria de eficiência energética, energias renováveis e comportamentos sustentáveis	Criação de balcão único para o apoio aos cidadãos	-	0 balcões (2025)	CM	Número de cidadãos atendidos	CM

Indicadores de Execução para as Ações de Adaptação

Indicador	Unidade	Periodicidade
Elaborar um Plano de Divulgação e Comunicação do PMAC	Número de planos elaborados	2 em 2 anos
Elaborar um Plano de Comunicação e definição de ações de sensibilização e educação ambiental sobre riscos associados às alterações climáticas e medidas de adaptação	Número de ações	
Elaborar e distribuir um Manual Municipal de boas práticas ambientais, especialmente dedicado às temáticas da mitigação e adaptação às alterações climáticas	Número de Manuais distribuídos	
Realizar ações de capacitação de técnicos e decisores políticos na avaliação de vulnerabilidades às alterações climáticas	Número de ações	
Criar mecanismos de divulgação dos resultados de monitorização e avaliação de âmbito municipal	Número de mecanismos	

Monitorizar os principais impactes identificados	Elaboração do Relatório da monitorização
Criar áreas verdes municipais, com diversificação de espécies	Número de áreas
Criar um inventário das espécies de fauna e flora existentes	Número de inventários criados
Avaliar o estado fitossanitário do arvoredo municipal	Número de avaliações
Preservar a biodiversidade nas ações de limpeza e manutenção dos espaços verdes	Número de ações
Criar ações de rearboração com espécies autóctones	Número de ações
Criar medidas que visem a proteção de espécies alvo de estatuto especial de conservação	Número de medidas
Promover o cultivo de espécies agrícolas com menores necessidades hídricas	Número de ações
Promover incentivos para o aumento da área de terrenos agrícolas trabalhados, atualmente abandonados	Número de incentivos
Criar uma rede de hortas comunitárias	Número de hortas
Elaborar um manual de boas práticas agrícolas	Número de manuais
Promover o ordenamento florestal e a reflorestação com espécies autóctones	Número de ações
Realizar ações de sensibilização para o uso correto do fogo, sobretudo nas queimas e queimadas	Número de ações
Criar faixas de gestão de combustível à volta dos núcleos urbanos	Área de FGC (km ²)
Promover o aproveitamento de biomassa florestal	Número de ações
Reabilitar e restaurar os ecossistemas após os incêndios rurais	Número de ecossistemas restaurados
Prevenir a instalação e expansão de espécies exóticas invasoras	Número de ações de prevenção
Ampliar e monitorizar a rede pública de águas pluviais e executar medidas de melhoramento das condições de escoamento de água em zonas críticas	Número de medidas
Criar bacias de retenção a montante das zonas sujeitas a cheias e inundações	Número de bacias
Limpar e desobstruir as linhas de água, bem como o desenvolvimento de medidas de controlo de focos de insalubridade	Número de medidas
Criar sistemas de monitorização dos caudais dos rios	Número de sistemas
Reabilitar e consolidar as galerias ripícolas	Número de ações
Restaurar ecologicamente as linhas de água	Número de ações
Realizar ações de informação e sensibilização à população sobre as medidas de prevenção de doenças infecciosas transmitidas por pragas, alergias e exposição solar excessiva	Número de ações
Criar sistemas de georreferenciação de identificação de vetores, agentes e doenças	Número de sistemas

Criar um sistema de monitorização de qualidade do ar na área urbana do município, inclusive nas áreas de maior tráfego rodoviário	Número de sistemas
Rever e adaptar o PMEPC para os riscos climáticos futuros	Riscos climáticos elencados no PMEPC
Promover a permeabilização de áreas impermeáveis	Número de ações de promoção
Promover soluções de arrefecimento evaporativo em espaços verdes e espaços públicos abertos	Número de ações de promoção
Condicionar a construção na proximidade das linhas de água, minimizar a impermeabilização do solo e promover o seu restauro ecológico	Número de medidas
Criar e manter os corredores de ventilação natural	Número de corredores
Criar um plano para a identificação do edificado mais vulnerável aos impactes associados às alterações climáticas	Criação do Plano
Promover sistemas de aproveitamento de águas pluviais em edifícios	Número de sistemas
Promover incentivos à implementação de jardins e coberturas verdes	Número de incentivos
Elaborar um estudo de impactos e oportunidades relativas às alterações climáticas no território e respetiva adaptação	Elaboração do Estudo
Promover boas práticas de eficiência energética	Número de ações
Promover o transporte público	Número de ações
Promover os modos suaves de deslocação	Número de ações
Executar uma gestão de consumos da frota municipal	Elaboração de uma gestão

FINANCIAMENTO

Para a implementação do PMAC é essencial identificar o investimento necessário para a execução das diversas medidas de mitigação e adaptação previstas, assim como os recursos, esquemas e mecanismos financeiros disponíveis, com o objetivo de planear e assegurar a sua implementação, tanto ao nível da definição das prioridades de investimento, como ao nível da captação de investimento do setor privado, promovendo assim sinergias público privadas e garantindo um financiamento seguro.

O acesso a instrumentos de apoio e a fontes de financiamento é fulcral para a implementação do PMAC. Assim, a política climática deverá ser financiada de forma sustentável e a sua aplicação executada de forma eficiente, equitativa e conforme os objetivos do Município, do país e da Europa.

De seguida apresentam-se alguns instrumentos disponíveis para apoiar a implementação do PMAC.

Programas europeus

Programa de financiamento	Descrição	Dotação financeira	Horizonte temporal	Principais organismos de gestão associado	Necessidade de parcerias
Horizon Europe	Maior programa de financiamento de investigação e inovação que pretende ampliar conhecimentos, promover a excelência científica, o crescimento, a sociedade e o ambiente. Este assenta em 3 pilares: ✓ Open Science: apoia investigadores através de bolsas e intercâmbios, e financia projetos definidos e impulsionados pelos próprios investigadores; ✓ Desafios Globais: apoia diretamente a investigação relacionada com os desafios da sociedade, desde a saúde, à sustentabilidade e qualidade de vida; ✓ Open Innovation: visa tornar a Europa líder na inovação criadora de mercado.	97,6 mil milhões de €	2021-2027	Agência Europeia de Execução para o Clima, as Infraestruturas e o Ambiente (Climate, Infrastructure and Environment Executive Agency - CINEA)	Sim
LIFE Ambiente e Ação Climática	Apoia Autoridades públicas, Pequenas e Médias Empresas (PME) e organizações privadas não comerciais na implementação de projetos dos seguintes âmbitos: ✓ Ambiente e eficiência dos recursos; ✓ Natureza e biodiversidade;	5,432 milhões de €	2021-2027	CINEA Agência Portuguesa do Ambiente Instituto de Conservação da Natureza e Florestas	Sim

Programa de financiamento	Descrição	Dotação financeira	Horizonte temporal	Principais organismos de gestão associado	Necessidade de parcerias
	✓ Informações e governação ambiental; ✓ Mitigação das Alterações Climáticas; ✓ Adaptação às Alterações Climáticas; ✓ Informações e governação de Alterações Climáticas.			Direção Geral de Energia e Geologia	
Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia	Promovem a execução de ações de desenvolvimento conjuntas e intercâmbios entre os agentes nacionais, regionais e locais de diferentes Estados-membros (e países terceiros) com o objetivo de reforçar as intervenções conjuntas dos Estados-membros em ações de desenvolvimento territorial integrado. Destacam-se os seguintes programas: ✓ Interreg SUDOE – Programa Operacional Transnacional Sudoeste; ✓ Interreg Europe – Programa Operacional Interregional. Estes programas devem servir de apoio à aplicação de medidas complementares à implementação da estratégia regional.	Interreg SUDOE			
		154,2 milhões de €	2021-2027	<i>Consejería de Economía y Hacienda do Governo de Cantabria</i> (Ministério da Economia e Finanças do Governo da Cantábria) Agência para o Desenvolvimento e Coesão	Sim
		Interreg Europe			
		379 milhões de €	2021-2027	Conselho Regional de <i>Hauts-de-France</i>, França. Agência para o Desenvolvimento e Coesão	Sim

Programa de financiamento	Descrição	Dotação financeira	Horizonte temporal	Principais organismos de gestão associado	Necessidade de parcerias
URBACT	Programa europeu de aprendizagem e troca de experiência na promoção do desenvolvimento urbano sustentável. O presente URBACT tem os seguintes objetivos: ✓ Capacidade de execução de políticas públicas; ✓ Design de políticas públicas; ✓ Implementação de políticas públicas; ✓ Partilha de conhecimento.	79,679 milhões de €	2021-2027	França Direção Geral do Território	Sim
European Urban Initiative	Instrumento que apoia as cidades de todas as dimensões, reforça as capacidades e os conhecimentos, suporta a inovação e desenvolve soluções inovadoras transferíveis e moduláveis para os desafios urbanos relevantes para a UE. Estes projetos testam novas soluções, técnicas e modelos de planeamento, reforçando capacidades e partilhando conhecimento em matéria de desenvolvimento urbano sustentável.	450 milhões de €	2021-2027	Conselho Regional de Hauts-de-France, França	Sim
European Energy Efficiency Fund (EEEF)	Apoia as metas definidas pela UE, promove um mercado energeticamente sustentável e a proteção climática. Este fundo financia projetos públicos e viáveis comercialmente no contexto da eficiência energética e das energias renováveis ao nível urbano e regional. Os objetivos deste fundo são:	Não aplicável	Não definido	DWS Investment S.A Comissão Europeia The Deutsche Bundesstiftung Umwelt Cassa Depositi e Prestiti SpA	Análise face a projeto específico

Programa de financiamento	Descrição	Dotação financeira	Horizonte temporal	Principais organismos de gestão associado	Necessidade de parcerias
	✓ Contribuir para a mitigação das Alterações Climáticas; ✓ Alcançar a sustentabilidade económica do fundo; ✓ Atrair capital privado e público para o financiamento de projetos.			Banco Europeu do Investimento	
InvestEU	Programa que apoia o investimento sustentável, a inovação e a criação de emprego na Europa. ▪ 30% deste programa encontra-se alinhado com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, nomeadamente no apoio ao financiamento de investimento que contribuam para os objetivos climáticos da UE; ▪ 60% dos investimentos apoiados no âmbito “vertente Infraestruturas Sustentáveis” deste fundo deve contribuir para os objetivos climáticos e ambientais da UE. Este programa apoia investimentos sustentáveis em todos os setores da economia e contribui para a divulgação de práticas sustentáveis entre os	26,2 biliões de € (com ambição de mobilizar 372 biliões de € em investimento público e privado)	2021-2027	Comissão Europeia Banco Europeu de Investimento Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento ou bancos nacionais	Análise face a projeto específico

Programa de financiamento	Descrição	Dotação financeira	Horizonte temporal	Principais organismos de gestão associado	Necessidade de parcerias
	investidores privados e públicos.				
European City Facility (EUCF)	Iniciativa que tem como objetivo apoiar os Municípios europeus, especialmente os de pequena e média dimensão, a encontrar soluções e financiamento para pôr em prática projetos que contribuam para a sua transição energética e para acelerar a implementação dos Planos de Ação para a Energia e Clima. Esta iniciativa disponibiliza aos Municípios, ou agrupamentos de Municípios, ferramentas que lhes permitem desenvolver propostas e conceitos capazes de atrair investimento privado ou de serem elegíveis para candidaturas a mecanismos de assistência técnica da UE.	Difere de acordo com cada cal. A cal que encerra em junho de 2023 detém 4,2 milhões de €, sendo previsto para a Europa do Sul um global de 1,44 milhões de €	2020-2024	Enquadrado num projeto LIFE	Não
EEA Grants	Mecanismo Financeiro plurianual em que a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega (parceiros no mercado interno) apoiam financeiramente os Estados-membros da UE com maiores desvios da média europeia do Produto Interno Bruto (PIB) per	Programa em definição	Programa em definição	Secretaria-Geral do Ambiente e Ação Climática	Análise face a projeto específico

Programa de financiamento	Descrição	Dotação financeira	Horizonte temporal	Principais organismos de gestão associado	Necessidade de parcerias
	capita. Portugal inclui-se neste conjunto de Estados.				
Erasmus +	Programa que apoia a educação, a formação, a juventude e o desporto na Europa (orçamento estimado em 26,2 mil milhões de euros). Atualmente este programa foca-se na inclusão social, nas transições ecológica e digital, e na promoção da participação dos jovens na vida democrática. Este programa apoia também as prioridades e atividades definidas: ✓ Espaço Europeu da Educação; ✓ Plano de Ação para a Educação Digital; ✓ Agenda de Competência para a Europa.	26,2 mil milhões de €	2021-2027	Comissão Europeia	Sim
Programa Europa Criativa	Reúne ações de apoio aos setores cultural e criativo europeus. O Programa atual (2021-2027), com um aumento orçamental de 50% em relação ao Programa anterior, investirá em ações destinadas a reforçar a diversidade cultural e a colmatar as necessidades e os desafios dos setores cultural e criativo, visando que estes se tornem mais digitais, ecológicos, resilientes e inclusivos, apresentando assim 2 metas principais:	2,44 mil milhões de €	2021-2027	Comissão Europeia	Sim

Programa de financiamento	Descrição	Dotação financeira	Horizonte temporal	Principais organismos de gestão associado	Necessidade de parcerias
	✓ Salvar, desenvolver e promover o património e a diversidade cultural e linguística da Europa; ✓ Aumentar a competitividade e o potencial económico dos setores culturais e criativos, em especial do setor audiovisual.				

Programas nacionais

Programa de financiamento	Descrição	Dotação financeira	Horizonte temporal	Principais organismos de gestão associado	Necessidade de parceria
Portugal 2030	Resulta do <i>Acordo de Parceria</i> entre Portugal e a Comissão Europeia e reúne a atuação dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2021 e 2030. Portugal 2030 integra 4 agendas temáticas: ✓ As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade; ✓ Digitalização, inovação e	23 mil milhões	2021-2027	Comissão de Coordenação e desenvolvimento Regional do Centro	Não

Programa de financiamento	Descrição	Dotação financeira	Horizonte temporal	Principais organismos de gestão associado	Necessidade de parceria
	qualificações como motores do desenvolvimento; ✓ Transição climática e sustentabilidade dos recursos; ✓ Um país competitivo externamente e coeso internamente. A estrutura operacional dos fundos da Política de Coesão (2021 a 2027) estabelecida por este programa consiste em: ✓ 3 Programas Operacionais (PO) Temáticos no Continente entre os quais o programa de apoio à transição climática e sustentabilidade dos recursos; ✓ 5 PO Regionais no Continente, correspondentes ao território de cada NUTS II e 2 PO Regionais nas Regiões Autónomas.				
Programa de Recuperação e Resiliência	No âmbito deste programa, Portugal definiu um conjunto de investimentos e reforças que contribuem para as seguintes dimensões: ✓ Resiliência; ✓ Transição climática; ✓ Transição digital.	20,6 mil milhões de €	2021-2026	Estrutura de Missão Recuperar Portugal	Não
Fundo Ambiental	Apoia políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais relativos às Alterações	1194 milhões de €	2023	Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e Ação Climática	Não

Programa de financiamento	Descrição	Dotação financeira	Horizonte temporal	Principais organismos de gestão associado	Necessidade de parceria
	Climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e da biodiversidade. Assim, este fundo está vocacionado para o financiamento de entidades, atividades ou projetos que cumpram os seguintes objetivos: ✓ Mitigação das Alterações Climáticas; ✓ Adaptação às Alterações Climáticas; ✓ Cooperação na área das Alterações Climáticas; ✓ Sequestro de carbono; ✓ Recurso ao mercado de carbono para cumprimento de metas internacionais; ✓ Fomento da participação de entidades no mercado de carbono; ✓ Uso eficiente da água e proteção dos recursos hídricos; ✓ Sustentabilidade dos serviços de águas; ✓ Prevenção e reparação de danos ambientais; ✓ Cumprimento dos objetivos e metas nacionais e comunitárias de gestão de resíduos urbanos; ✓ Transição para uma economia circular;				

Programa de financiamento	Descrição	Dotação financeira	Horizonte temporal	Principais organismos de gestão associado	Necessidade de parceria
	✓ Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade; ✓ Capacitação e sensibilização em matéria ambiental; ✓ Investigação e desenvolvimento em matéria ambiental.				

9. ANEXOS

FICHAS DE MEDIDAS

Setor Industrial



Ficha n.º 1

Área de atuação	Objetivo*
-----------------	-----------

101. Setor Industrial Aumento da produção fotovoltaica para autoconsumo na indústria

Medidas**

Instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios industriais

Âmbito	Privado
--------	---------

Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *	Aumento do autoconsumo energético nas indústrias
--	--

Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **	Percentagem de empresas com painéis fotovoltaicos
--	---

Valor de referência (2022)	680,28 MWh
----------------------------	------------

Objetivo para 2030	20% do total de consumos do setor industrial ser em Autoconsumo
--------------------	---

Valor a atingir em 2030	2 252,03 MWh
-------------------------	--------------

Contributo para a redução de GEE	527,0 tCO ₂ eq
----------------------------------	---------------------------

Ação Municipal

- Campanhas de sensibilização junto do setor industrial;
- Divulgação de apoios a candidaturas.

Ação privada

- Aquisição de equipamentos;
- Elaboração de candidaturas a fundos comunitários para a eficiência energética.

Prioridade	Investimento
------------	--------------

	€ €€ €€€
---	----------

Dificuldades e obstáculos

- Custo inicial elevado;
- Limitações técnicas e estruturais em alguns edifícios industriais.

Fontes de financiamento

- Financiamento privado;
- Portugal 2030: Portugal + Verde;
- PRR – Plano de Recuperação e Resiliência;
- Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027;
- Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.

Contribuição para os ODS



Ficha n.º 2

Área de atuação	Objetivo*
102. Setor Industrial	Redução dos consumos energéticos nas indústrias
Medidas**	
• Substituição da iluminação existente por LED nos edifícios industriais; • Substituição de motores convencionais por motores mais eficientes nas indústrias; • Aquisição de sistemas de ventilação eficientes nas indústrias; • Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes; • Instalação de solar térmico para Águas Quentes Sanitárias; • Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes; • Implementação de sistemas de gestão de controlo nas indústrias.	
Âmbito	Privado
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *	Diminuição dos valores de consumo energético nas indústrias
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **	• Empresas que substituíram a sua iluminação por LED; • Empresas que substituíram motores convencionais por motores mais eficientes; • Empresas que adquiriram sistemas de ventilação mais eficientes; • Empresas que substituíram janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes; • Empresas de instalaram solar térmico para Águas Quentes Sanitárias; • Empresas que colocaram materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes; • Empresas que implementaram sistemas de gestão de controlo.
Valor de referência (2019)	9 588,83 MWh
Objetivo para 2030	Diminuição em 10%
Valor a atingir em 2030	8 629,94 MWh
Contributo para a redução de GEE	224,4 tCO ₂ eq
Ação Municipal	
• Campanhas de sensibilização junto do setor industrial; • Divulgação de apoios a candidaturas.	
Ação privada	
• Investimento privado por parte das empresas do setor industrial; • Análise de retorno de investimento; • Formação de funcionários para a utilização de novos equipamentos; • Elaboração de candidaturas a fundos comunitários para a eficiência energética.	

Prioridade	Investimento
● ● ● ● ●	€ €€ €€€
Dificuldades e obstáculos • Custo inicial elevado; • Necessidade de adaptação e integração nos sistemas já existentes; • Formação e capacitação para operadores industriais e técnicos de manutenção; • Resistência à mudança por parte dos gestores e proprietários; • Limitações técnicas e estruturais em alguns edifícios industriais.	
Fontes de financiamento • Financiamento privado; • Portugal 2030: Portugal + Verde; • PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; • Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; • Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; • Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.	
Contribuição para os ODS	
	

Ficha n.º 3

Área de atuação		Objetivo*
I03. Setor Industrial		Redução da dependência de combustíveis fósseis nas indústrias
Medidas**		
• Maior utilização de biocombustíveis nas indústrias; • Promoção da produção e consumo de hidrogénio verde; • Substituição da frota por veículos movidos a energias alternativas.		
Âmbito		Privado
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *		Diminuição da venda de combustíveis derivados de petróleo
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **		• Utilização de biocombustíveis nas indústrias; • Utilização e produção de hidrogénio verde; • Indústrias com percentagem da frota movida a energias alternativas superior a 50%.
Valor de referência (2019)		655 ton
Objetivo para 2030	Diminuição em 20%	
Valor a atingir em 2030	524 ton	
Contributo para a redução de GEE		408,3 tCO ₂ eq
Ação Municipal		
• Campanhas de sensibilização junto do setor industrial; • Divulgação de apoios a candidaturas.		
Ação privada		
• Investimento na substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis; • Aquisição de equipamentos compatíveis com a utilização de biocombustíveis; • Adaptação de processos de produção e logística para a utilização eficiente de biocombustíveis; • Investimento na produção, armazenamento e distribuição de hidrogénio verde; • Implementação de projetos de produção de hidrogénio verde; • Desenvolvimento de infraestruturas para armazenamento e transporte de hidrogénio verde; • Instalação de postos de carregamento para veículos elétricos; • Aquisição de viaturas movidas a energias alternativas.		
Prioridade		Investimento
		€ €€ €€€
Dificuldades e obstáculos		
• Custo inicial elevado; • Disponibilidade limitada de biocombustíveis; • Desafios relacionados com a disponibilidade de acesso a energias mais limpas; • Desconhecimento generalizado da produção e consumo de hidrogénio verde; • Limitações técnicas e estruturais em alguns edifícios industriais.		

Fontes de financiamento

- Financiamento privado;
- Portugal 2030: Portugal + Verde;
- PRR – Plano de Recuperação e Resiliência;
- Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia;
- Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027;
- Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.

Contribuição para os ODS



Setor Agrícola



Ficha n.º 4	
Área de atuação	Objetivo*
A01. Setor Agrícola	Aumento da produção fotovoltaica para autoconsumo em instalações agropecuárias
Medidas**	
Instalação de painéis fotovoltaicos em instalações agropecuárias	
Âmbito	Privado
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *	Aumento do autoconsumo energético nas instalações agrícolas
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **	Percentagem de empresas com painéis fotovoltaicos
Valor de referência (2022)	199,34 MWh
Objetivo para 2030	20% do total de consumos do setor agrícola ser em Autoconsumo
Valor a atingir em 2030	453,9 MWh
Contributo para a redução de GEE	106,2 tCO ₂ eq
Ação Municipal	
- Campanhas de sensibilização junto do setor agrícola; - Divulgação de apoios a candidaturas.	
Ação privada	
- Aquisição de equipamentos; - Elaboração de candidaturas a fundos comunitários para a eficiência energética.	
Prioridade	Investimento
● ● ● ● ●	€ €€ €€€
Dificuldades e obstáculos	
- Custo inicial elevado; - Complexidade técnica e regulatória associada à instalação de sistemas fotovoltaicos em áreas rurais; - Limitações técnicas e estruturais em algumas instalações agropecuárias.	
Fontes de financiamento	
- Financiamento privado; - Portugal 2030: Portugal + Verde; - PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; - Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; - Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; - Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.	
Contribuição para os ODS	

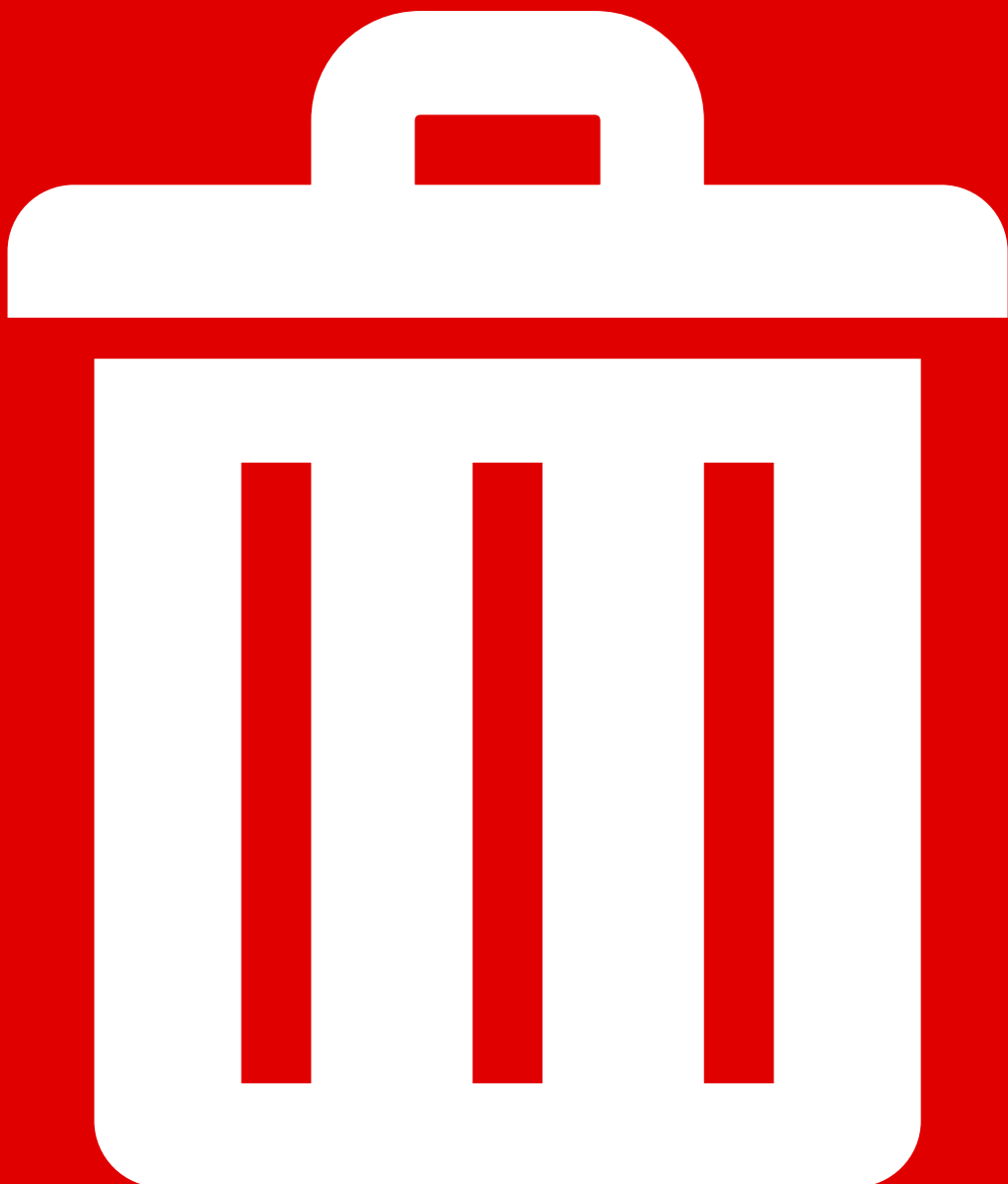


Ficha n.º 5

Área de atuação		Objetivo*
A02. Setor Agrícola		Redução dos consumos energéticos nos edifícios agrícolas
Medidas**		
• Substituição da iluminação existente por LED nos edifícios agrícolas; • Substituição de motores convencionais por motores mais eficientes na agropecuária; • Aquisição de sistemas de ventilação eficientes na agropecuária; • Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes; • Instalação de solar térmico para Águas Quentes Sanitárias; • Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes; • Implementação de sistemas de gestão e controlo de processos e consumos.		
Âmbito		Privado
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *		Diminuição dos valores de consumo energético na agricultura
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **		• Empresas que substituíram a sua iluminação por LED; • Empresas que substituíram motores convencionais por motores mais eficientes; • Empresas que adquiriram sistemas de ventilação mais eficientes; • Empresas que substituíram janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes; • Empresas de instalaram solar térmico para Águas Quentes Sanitárias; • Empresas que colocaram materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes; • Empresas que implementaram sistemas de gestão e controlo de processos e consumos.
Valor de referência (2019)		2 288,63 MWh
Objetivo para 2030	Diminuição em 20%	
Valor a atingir em 2030		1 830,9 MWh
Contributo para a redução de GEE		224,4 tCO ₂ eq
Ação Municipal		
• Campanhas de sensibilização junto do setor agrícola; • Divulgação de apoios a candidaturas.		
Ação privada		
• Investimento privado por parte das empresas do setor agrícola; • Análise de retorno de investimento; • Formação de funcionários para a utilização de novos equipamentos; • Elaboração de candidaturas a fundos comunitários para a eficiência energética.		

Prioridade	Investimento
● ● ● ● ●	€ €€ €€€
Dificuldades e obstáculos • Custo inicial elevado; • Necessidade de adaptação e integração nos sistemas já existentes; • Formação e capacitação para operadores agrícolas e técnicos de manutenção; • Resistência à mudança por parte dos gestores e proprietários; • Limitações técnicas e estruturais em alguns edifícios agrícolas.	
Fontes de financiamento • Financiamento privado; • Portugal 2030: Portugal + Verde; • PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; • Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; • Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; • Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.	
Contribuição para os ODS	
	

Setor dos Resíduos



Ficha n.º 6

Área de atuação		Objetivo*
R01. Setor de Resíduos		Redução dos níveis de CO ₂ das viaturas de recolha
Medidas**		
Substituição da frota por veículos movidos a energias alternativas		
Âmbito		Municipal
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *		Diminuição da emissão de GEE nos veículos de recolha seletiva
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **		Número de veículos movidos a energias alternativas
Valor de referência (2019)		- kgCO ₂
Objetivo para 2030		Diminuição
Valor a atingir em 2030		- kgCO ₂
Contributo para a redução de GEE		- tCO ₂ eq
Ação da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão		
- Substituição gradual da frota de viaturas por uma frota movida a energias alternativas; - Implementação de políticas de gestão de resíduos que permitam uma redução das distâncias percorridas pelas viaturas; - Otimização de rotas de recolha com a introdução de sistemas inteligentes de decisão; - Aplicação de sensores de volumetria nos ecopontos.		
Prioridade		Investimento
		€ €€ €€€
Dificuldades e obstáculos		
- Custo inicial elevado; - Infraestruturas limitadas, tais como, postos de abastecimento de energias alternativas.		
Fontes de financiamento		
- Financiamento privado; - Portugal 2030: Portugal + Verde; - PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; - Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; - Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; - Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.		
Contribuição para os ODS		



Ficha n.º 7

Área de atuação	Objetivo*
R01. Setor de Resíduos	Redução da produção de resíduos <i>per capita</i> (indiferenciados e seletivos)
Âmbito	Municipal
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *	Diminuição de resíduos recolhidos e transportados para destino final (per capita)
Valor de referência (2022)	384,8 kg/per capita
Objetivo para 2030	Diminuição em 40%
Valor a atingir em 2030	Atingir 230,9 kg/per capita
Contributo para a redução de GEE	1 920 tCO ₂ eq
Ação da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e Ação Municipal	

- Campanhas de sensibilização junto dos residentes;
- Incentivo à reutilização e/ou prolongamento do tempo de vida dos produtos;
- Implementação de medidas de compostagem doméstica e comunitária.

Prioridade	Investimento
● ● ● ● ●	€ €€ €€€

Dificuldades e obstáculos
• Custo inicial para a implementação de novas tecnologias e processos de produção; • Falta de consciência sobre os impactos ambientais e económicos associados à produção excessiva de resíduos.

Fontes de financiamento
• Financiamento privado; • Portugal 2030: Portugal + Verde; • PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; • Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; • Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; • Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.

Contribuição para os ODS



Ficha n.º 8

Área de atuação		Objetivo*
R01. Setor de Resíduos		Incremento do Tratamento na Origem de Biorresíduos
Medidas**		
Incremento do Tratamento na Origem de Biorresíduos		
Âmbito	Municipal	
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *	Incremento do Tratamento na Origem de Biorresíduos	
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **		
Valor de referência (2019)		15,1 ton
Objetivo para 2030	Aumento de 10%	
Valor a atingir em 2030		16,61 ton
Contributo para a redução de GEE		3 tCO ₂ eq
Ação da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e Ação Municipal		

- Promoção da educação ambiental nas escolas e comunidades sobre a importância da compostagem e práticas de redução de resíduos;
- Estabelecimento de parcerias com o setor agrícola para a receção de resíduos orgânicos para adubagem.

Prioridade	Investimento
● ● ● ● ●	€ €€ €€€

Dificuldades e obstáculos
- Resistência cultural e falta de consciencialização sobre a importância da compostagem e da redução de resíduos orgânicos; - Limitações de espaço e infraestruturas para a implementação de programas de compostagem em áreas urbanas com maior densidade populacional.

Fontes de financiamento
- Financiamento privado; - Portugal 2030: Portugal + Verde; - PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; - Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; - Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; - Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.

Contribuição para os ODS



Ficha n.º 9

Área de atuação		Objetivo*
R01. Setor de Resíduos		Incremento da Recolha Seletiva de Biorresíduos
Âmbito		Municipal
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *		Incremento da Recolha Seletiva de Biorresíduos
Valor de referência (2019)		15,1 ton
Objetivo para 2030	Aumento de 10%	
Valor a atingir em 2030		16,61 ton
Contributo para a redução de GEE		3 tCO ₂ eq
Ação da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e Ação Municipal		
- Campanhas de sensibilização junto dos residentes; - Medidas de incentivo à reciclagem (Recolha seletiva por Ecopontos).		
Prioridade		Investimento
		€ €€ €€€
Dificuldades e obstáculos		
Resistência cultural e falta de consciencialização sobre a importância da reciclagem em algumas comunidades.		
Fontes de financiamento		
- Financiamento privado; - Portugal 2030: Portugal + Verde; - PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; - Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; - Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; - Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.		
Contribuição para os ODS		



Ficha n.º 10

Área de atuação		Objetivo*
R01. Setor de Resíduos		Incremento da Taxa de Recolha Seletiva
Âmbito		Municipal
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *		Incremento da Taxa de Recolha Seletiva
Valor de referência (2019)		745 ton
Objetivo para 2030	Aumento em 10%	
Valor a atingir em 2030		819,5 ton
Contributo para a redução de GEE		25,1 tCO ₂ eq
Ação da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e Ação Municipal		
- Campanhas de sensibilização junto dos residentes; - Medidas de incentivo à reciclagem (Recolha seletiva por Ecopontos).		
Prioridade		Investimento
		€ €€ €€€
Dificuldades e obstáculos		
Resistência cultural e falta de consciencialização sobre a importância da reciclagem em algumas comunidades.		
Fontes de financiamento		
- Financiamento privado; - Portugal 2030: Portugal + Verde; - PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; - Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; - Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; - Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.		
Contribuição para os ODS		



Ficha n.º 11

Área de atuação		Objetivo*
R01. Setor de Resíduos		Incremento da eficiência energética na captação, tratamento e distribuição de água para abastecimento
Medidas**		
Redução das perdas de água com a instalação estratégica de medidores de caudal para deteção de fugas		
Âmbito	Municipal	
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *	Diminuição do consumo de energia elétrica na captação, tratamento e distribuição de água	
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **	Perdas de água por erros de medição e perdas de água reais	
Valor de referência (2019)	0 MWh	
Objetivo para 2030	Diminuição em 40%	
Valor a atingir em 2030	0 MWh	
Contributo para a redução de GEE	0 tCO ₂ eq	
Ação Municipal		
Auxílio técnico à Entidade Gestora da Rede de Abastecimento de Águas		
Ação Privada		
- Manutenção eficaz das condutas de água; - Investimento em medidores de caudal.		
Prioridade	Investimento	
	€ €€ €€€	
Dificuldades e obstáculos		
- Identificação das fugas de águas nos sistemas de distribuição; - Custos associados à implementação de tecnologias de deteção de perdas.		
Fontes de financiamento		
- Financiamento privado; - Portugal 2030: Portugal + Verde; - PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; - Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; - Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; - Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.		
Contribuição para os ODS		



Setor dos Transportes



Ficha n.º 12		
Área de atuação		Objetivo*
T01. Setor de Transportes		Descarbonização do transporte terrestre
Medidas**		
- Fomentar a transição para transporte ligeiro privado movido a energia limpa; - Fomentar a transição para o transporte pesado de mercadorias movido a energia limpa; - Fomentar a transição para o transporte pesado de passageiros movido a energia limpa; - Aumentar o número de veículos movidos a energia limpa da frota municipal - Implementar o limite de velocidade de 30 km/h nos centros urbanos - Aumentar o número de postos de carregamento para veículos elétricos; - Implementar zonas de zero emissões.		
Âmbito		Privado
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *		Diminuição da venda de combustíveis derivados de petróleo
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **		- Número de veículos; - Postos de carregamento UVE; - Número de vias de 20km/h implementadas; - Número de zonas de zero emissões.
Valor de referência (2019)		3 323 ton
Objetivo para 2030*	Diminuição em 10%	
Valor a atingir em 2030*		2 990,7 ton
Contributo para a redução de GEE		1 035,7 tCO ₂ eq
Ação Municipal		
- Campanhas de sensibilização para a população e empresas; - Instalação de postos de carregamento/abastecimento de energia verde.		
Ação privada		
Aquisição de veículos movidos a energia verde.		
Prioridade		Investimento
		€ €€ €€€
Dificuldades e obstáculos		
- Custos elevados de aquisição; - Falta de postos de carregamento; - Resistência à mudança por parte dos consumidores.		
Fontes de financiamento		
- Financiamento privado; - Portugal 2030: Portugal + Verde; - PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; - Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; - Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; - Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.		
Contribuição para os ODS		



Ficha n.º 13	
Área de atuação	Objetivo*
T02. Setor de Transportes	Descarbonização da frota municipal
Medidas**	
Diminuição dos consumos derivados de petróleo na frota municipal	
Âmbito	Municipal
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *	- Diminuição dos consumos de gasolina; - Diminuição consumos de gasóleo.
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **	Aumento do número de veículos elétricos.
Valor de referência (2019)	- litros (Gasolina) - litros (Gasóleo)
Objetivo para 2030*	Diminuição
Valor a atingir em 2030*	- litros (Gasolina) - litros (Gasóleo)
Contributo para a redução de GEE	- tCO ₂ eq
Ação Municipal	
- Aquisição de veículos movidos a energia verde; - Instalação de postos de carregamento/abastecimento de energia verde.	
Prioridade	Investimento
● ● ● ● ●	€ €€ €€€
Dificuldades e obstáculos	
- Custos elevados de aquisição; - Carga da bateria para viagens mais longas.	
Fontes de financiamento	
- Orçamento Público; - Portugal 2030: Portugal + Verde; - PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; - Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; - Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; - Programa LIFE Ambiente e Ação Climática	
Contribuição para os ODS	
	

Ficha n.º 14	
Área de atuação	Objetivo*
T03. Setor de Transportes	Aumento da extensão de vias de zero emissões (km)
Medidas**	
Reconversão de vias rodoviárias tradicionais por vias pedonais e de mobilidade elétrica	
Âmbito	Municipal
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *	Extensão de vias afetas a zonas de zero emissões (km)
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **	
Valor de referência (2019)	1 km
Objetivo para 2030*	Aumento em 100%
Valor a atingir em 2030*	2 km
Contributo para a redução de GEE	- tCO ₂ eq
Ação Municipal	
Estabelecimento de áreas delimitadas onde apenas possam circular veículos de mobilidade suave e veículos de zero emissões	
Prioridade	Investimento
	€ €€ €€€
Dificuldades e obstáculos	
- Descontentamento por parte da população; - Desafios logísticos e operacionais para garantir a eficácia das Zonas de Zero Emissões; - Provável impacto económico em empresas sediadas nas Zonas de Zero Emissões.	
Fontes de financiamento	
- Orçamento Público; - Portugal 2030: Portugal + Verde; - PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; - Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; - Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; - Programa LIFE Ambiente e Ação Climática	
Contribuição para os ODS	
 	

Ficha n.º 15	
Área de atuação	Objetivo*
T04. Setor de Transportes	Aumento da mobilidade suave no território (km)
Medidas**	
Criação de ciclovias urbanas	
Âmbito	Municipal
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *	Extensão da rede de ciclovias (km)
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **	Número de utilizadores que se deslocam de bicicleta ou a pé nos movimentos pendulares
Valor de referência (2024)	-
Objetivo para 2030*	Aumento
Valor a atingir em 2030*	-
Contributo para a redução de GEE	- tCO ₂ eq
Ação Municipal	
- Campanhas de sensibilização junto do tecido empresarial e da população; - Construção de ciclovias e parques para bicicletas; - Construção de balneários públicos em locais estratégicos; - Implementação de planos de partilha de bicicletas e trotinetes elétricas.	
Ação Privada	
- Campanhas de sensibilização junto dos colaboradores; - Investimento em parques para bicicletas e balneários para colaboradores; - Incentivos aos colaboradores que optem pela mobilidade suave nas suas deslocações pendulares.	
Prioridade	Investimento
	€ €€ €€€
Dificuldades e obstáculos	
- Limitações de espaço para a criação de ciclovias, parques e balneários; - Desafios de segurança para ciclistas e pedestres; - Custos associados à construção e manutenção das infraestruturas.	
Fontes de financiamento	
- Orçamento Público; - Portugal 2030: Portugal + Verde; - PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; - Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; - Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; - Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.	
Contribuição para os ODS	
	

Ficha n.º 16	
Área de atuação	Objetivo*
T05. Setor de Transportes	Promoção do transporte coletivo
Medidas**	
Aumento do número de utilizadores	
Âmbito	Municipal
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *	Número de passes anuais
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **	Número de utilizadores de transportes públicos nos movimentos pendulares
Valor de referência (2019)	481 passes
Objetivo para 2030*	Aumento em 20%
Valor a atingir em 2030*	577 passes
Contributo para a redução de GEE	- tCO ₂ eq
Ação Municipal	
• Campanhas de sensibilização e de informação; • Integração da intermodalidade; • Incentivos monetários para o aumento da utilização do transporte coletivo.	
Prioridade	Investimento
	€ €€ €€€
Dificuldades e obstáculos	
• Falta de meios de transporte complementares eficientes; • Resistência à mudança por parte da população.	
Fontes de financiamento	
• Orçamento Público; • Portugal 2030: Portugal + Verde; • PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; • Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; • Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; • Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.	
Contribuição para os ODS	
  	

Setor Residencial e Serviços



Ficha n.º 17

Área de atuação	Objetivo*
-----------------	-----------

RS01. Setor Residencial e de Serviços Aumento dos níveis de reabilitação energética do Edificado Residencial

Medidas**

- Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes;
- Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias;
- Substituição da iluminação existente por LED;
- Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes.

Âmbito	Privado
--------	---------

Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) * Diminuição nos valores de consumo de alta e baixa tensão (Eletricidade).

Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **

- Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes
- Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias
- Substituição da iluminação existente por LED
- Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes.

Valor de referência (2019) 16 206,7 MWh (**Eletricidade**)

Objetivo para 2030* Diminuição em 20%

Valor a atingir em 2030* 12 965,3 MWh (**Eletricidade**)

Contributo para a redução de GEE 758,5 tCO₂eq (**Eletricidade**)

Ação Municipal

- Campanhas de sensibilização junto da população;
- Divulgação de apoios a candidaturas.

Ação Privada

Reabilitação energética dos edifícios

Prioridade	Investimento
------------	--------------



€ €€ €€€

Dificuldades e obstáculos

Custo inicial elevado

Fontes de financiamento

- Fundo Ambiental;
- Portugal 2030: Portugal + Verde;
- PRR – Plano de Recuperação e Resiliência;
- Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027;
- Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.

Contribuição para os ODS



Ficha n.º 18
Área de atuação
Objetivo*
RS02. Setor Residencial e de Serviços

Aumento dos níveis de reabilitação energética do Edificado afeto aos Serviços

Medidas**

- Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes;
- Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias;
- Substituição da iluminação existente por LED;
- Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes.

Âmbito

Privado

Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *

Diminuição nos valores de consumo de alta e baixa tensão (Eletricidade);

Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **

- Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes
- Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias
- Substituição da iluminação existente por LED
- Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes.

Valor de referência (2019)

 13 491,9 MWh (**Eletricidade**)

Objetivo para 2030*

Diminuição em 10%

Valor a atingir em 2030*

 12 142,7 MWh (**Eletricidade**)

Contributo para a redução de GEE

 315,7 tCO₂eq (**Eletricidade**)

Ação Municipal

- Campanhas de sensibilização junto do setor dos serviços;
- Divulgação de apoios a candidaturas.

Ação Privada

Reabilitação energética dos edifícios

Prioridade
Investimento


€ €€ €€€

Dificuldades e obstáculos

Custo inicial elevado

Fontes de financiamento

- Fundo Ambiental;
- Portugal 2030: Portugal + Verde;
- PRR – Plano de Recuperação e Resiliência;
- Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027;
- Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.

Contribuição para os ODS


Ficha n.º 19

Área de atuação	Objetivo*
-----------------	-----------

RS03. Setor Residencial e de Serviços Aumento dos níveis de reabilitação energética na Habitação Social Municipal

Medidas**

- Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes;
- Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias;
- Substituição da iluminação existente por LED;
- Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes.

Âmbito	Municipal
---------------	-----------

Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *	Consumo de energia elétrica na Habitação Social Municipal
---	---

Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **	• Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes • Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias • Substituição da iluminação existente por LED • Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes.
---	--

Valor de referência (2019)	-
-----------------------------------	---

Objetivo para 2030*	Diminuição
----------------------------	------------

Valor a atingir em 2030*	-
---------------------------------	---

Contributo para a redução de GEE	-
---	---

Ação Municipal

- Apresentação de candidaturas;
- Reabilitação energética nas habitações.

Prioridade	Investimento
-------------------	---------------------

	€ €€ €€€
---	----------------

Dificuldades e obstáculos

Custo inicial elevado

Fontes de financiamento

- Orçamento Público;
- Fundo Ambiental;
- Portugal 2030: Portugal + Verde;
- PRR – Plano de Recuperação e Resiliência;
- Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia;
- Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027;
- Programa LIFE Ambiente e Ação Climática
- Horizon Europe.

Contribuição para os ODS


Ficha n.º 20		
Área de atuação		Objetivo*
RS04. Setor Residencial e de Serviços		Aumento dos níveis de reabilitação energética da Administração Pública
Medidas**		
• Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes; • Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias; • Substituição da iluminação pública por LED âmbar (de forma a minimizar os impactos na fauna e poluição luminosa); • Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes.		
Âmbito		Municipal
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *		Consumo de energia elétrica na Administração Pública
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **		• Substituição de janelas e portas antigas por janelas e portas mais eficientes • Instalação de solar térmico para águas quentes sanitárias • Substituição da iluminação pública por LED âmbar (de forma a minimizar os impactos na fauna e poluição luminosa); • Colocação de materiais de revestimento ou cobertura mais eficientes.
Valor de referência (2019)		-
Objetivo para 2030*	Diminuição	
Valor a atingir em 2030*	-	
Contributo para a redução de GEE		-
Ação Municipal		
• Apresentação de candidaturas; • Reabilitação energética dos edifícios.		
Prioridade		Investimento
		€ €€ €€€
Dificuldades e obstáculos		
Custo inicial elevado		
Fontes de financiamento		
• Orçamento Público; • Fundo Ambiental; • Portugal 2030: Portugal + Verde; • PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; • Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; • Quadro Financeiro Plurianual da EU 2021-2027; • Programa LIFE Ambiente e Ação Climática • Horizon Europe.		
Contribuição para os ODS		



Ficha n.º 21

Área de atuação	Objetivo*
-----------------	-----------

RS05. Setor Residencial e de Serviços Aumento da produção fotovoltaica para autoconsumo residencial

Medidas**

Instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios residenciais

Âmbito	Privado
--------	---------

Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *	Aumento do autoconsumo energético no setor doméstico
--	--

Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **	Quantidade de painéis fotovoltaicos instalados
--	--

Valor de referência (2022)	328,9 MWh
----------------------------	-----------

Objetivo para 2030*	Aumento em 30%
---------------------	----------------

Valor a atingir em 2030*	427,6 MWh
--------------------------	-----------

Contributo para a redução de GEE	23,1 tCO ₂ eq
----------------------------------	--------------------------

Ação Municipal

- Campanhas de sensibilização junto do setor residencial;
- Divulgação de apoios a candidaturas.

Ação Privada

- Aquisição de equipamentos pelo Concessionário;
- Elaboração de candidaturas.

Prioridade	Investimento
------------	--------------

● ● ● ● ●	€ €€ €€€
-----------	----------

Dificuldades e obstáculos

- Custo inicial elevado;
- Limitações técnicas e estruturais em alguns edifícios residenciais.

Fontes de financiamento

- Fundo Ambiental;
- Portugal 2030: Portugal + Verde;
- PRR – Plano de Recuperação e Resiliência;
- Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia;
- Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027;
- Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.

Contribuição para os ODS


Ficha n.º 22		
Área de atuação		Objetivo*
RS06. Setor Residencial e de Serviços		Aumento da produção fotovoltaica na Habitação Social Municipal
Medidas**		
Instalação de painéis fotovoltaicos em edifícios de Habitação Social Municipal		
Âmbito		Municipal
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *		Aumento do autoconsumo energético na Habitação Social Municipal
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **		Quantidade de painéis fotovoltaicos instalados
Valor de referência (2019)		0 MWh
Objetivo para 2030*	Aument	
Valor a atingir em 2030*		-
Contributo para a redução de GEE		- tCO ₂ eq
Ação Municipal		
- Elaboração de candidaturas; - Aquisição de equipamentos pelo Concessionário.		
Prioridade	Investimento	
	€ €€ €€€	
Dificuldades e obstáculos		
- Custo inicial elevado; - Limitações técnicas e estruturais em alguns edifícios de Habitação Social Municipal.		
Fontes de financiamento		
- Orçamento Público; - Fundo Ambiental; - Portugal 2030: Portugal + Verde; - PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; - Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; - Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; - Programa LIFE Ambiente e Ação Climática; - Horizon Europe.		
Contribuição para os ODS		
    		

Ficha n.º 23	
Área de atuação	Objetivo*
RS07. Setor Residencial e de Serviços	Aumento do autoconsumo nos edifícios da Administração Pública
Medidas**	
Instalação de painéis fotovoltaicos em edifícios da Administração Pública	
Âmbito	Municipal
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *	Aumento da produção fotovoltaica nos edifícios da Administração Pública
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **	Quantidade de painéis fotovoltaicos instalados
Valor de referência (2019)	0 MWh
Objetivo para 2030*	Aumento
Valor a atingir em 2030*	-
Contributo para a redução de GEE	- tCO ₂ eq
Ação Municipal	
- Elaboração de candidaturas; - Aquisição de equipamentos.	
Prioridade	Investimento
	€ €€ €€€
Dificuldades e obstáculos	
- Custo inicial elevado; - Limitações técnicas e estruturais em alguns edifícios públicos	
Fontes de financiamento	
- Orçamento Público; - Fundo Ambiental; - Portugal 2030: Portugal + Verde; - PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; - Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; - Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; - Programa LIFE Ambiente e Ação Climática; - Horizon Europe.	
Contribuição para os ODS	
	

Ficha n.º 24		
Área de atuação		Objetivo*
RS08. Setor Residencial e de Serviços		Aumento da produção fotovoltaica para autoconsumo em edifícios comerciais
Medidas**		
Instalação de painéis fotovoltaicos em edifícios comerciais		
Âmbito		Privado
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *		Aumento do autoconsumo energético no setor dos serviços
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **		Quantidade de painéis fotovoltaicos instalados
Valor de referência (2022)		331,6 MWh
Objetivo para 2030*		Aumento em 20%
Valor a atingir em 2030*		398,0 MWh
Contributo para a redução de GEE		15,5 tCO ₂ eq
Ação Municipal		
- Campanhas de sensibilização junto do setor comercial; - Divulgação de apoios a candidaturas.		
Ação Privada		
- Aquisição de equipamentos pelo Concessionário; - Elaboração de candidaturas.		
Prioridade		Investimento
		€ €€ €€€
Dificuldades e obstáculos		
- Custo inicial elevado; - Limitações técnicas e estruturais em alguns edifícios comerciais.		
Fontes de financiamento		
- Fundo Ambiental; - Portugal 2030: Portugal + Verde; - PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; - Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; - Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; - Programa LIFE Ambiente e Ação Climática.		
Contribuição para os ODS		
		

Ficha n.º 25	
Área de atuação	Objetivo*
RS09. Setor Residencial e de Serviços	Redução dos consumos energéticos na Iluminação Pública
Medidas**	
- Substituição da iluminação pública por LED; - Implementação de um sistema de gestão otimizada da iluminação pública.	
Âmbito	Municipal
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *	Consumo de energia elétrica na iluminação pública e sinalização semafórica
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **	- Investimento em lâmpadas LED; - Implementação de SGO.
Valor de referência (2019)	3 488,5 MWh
Objetivo para 2030*	Diminuição em 20% <i>Objetivo extra: 100% da iluminação pública em LED</i>
Valor a atingir em 2030*	2 790,8 MWh
Contributo para a redução de GEE	163,3 tCO ₂ eq
Ação Municipal	
- Elaboração de candidaturas; - Aquisição de equipamentos pelo Concessionário; - Implementação, por parte do Concessionário, de sistemas de iluminação pública inteligente, que incluem sensores de luminosidade e movimento para ajustar automaticamente a intensidade de luz, de acordo com as condições ambientais e a presença de movimentos; - Monitorização remota dos consumos de energia e de desempenho do sistema de iluminação pública (telegestão e análise de dados).	
Prioridade	Investimento
● ● ● ● ●	€ €€ €€€
Dificuldades e obstáculos	
- Custo inicial elevado; - Cyber Security.	
Fontes de financiamento	
- Orçamento Público; - Fundo Ambiental; - Portugal 2030: Portugal + Verde; - PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; - Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia; - Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027; - Programa LIFE Ambiente e Ação Climática; - Horizon Europe.	
Contribuição para os ODS	
	

Ficha n.º 26

Área de atuação	Objetivo*
RS10. Setor Residencial e de Serviços	Criação do Espaço Cidadão Energia (ECE)

Medidas**

Criação de um balcão único de apoio aos cidadãos em matéria de eficiência energética, energias renováveis e comportamentos sustentáveis.

Âmbito	Municipal
Indicador de Resultado (Este indicador irá monitorizar o Objetivo) *	Criação de balcão único para o apoio aos cidadãos
Indicador de Realização (Este indicador irá monitorizar a Medida) **	Número de cidadãos atendidos
Valor de referência (2025)	0 balcão
Objetivo para 2030*	1 balcão construído
Valor a atingir em 2030*	1 balcão
Contributo para a redução de GEE	- tCO ₂ eq
Ação Municipal	

- Criação dos Espaços Cidadão Energia;
- Facilitar o acesso a medidas de eficiência energética e de energias renováveis;
- Garantir serviços de informação aos cidadãos em matéria de eficiência energética;

Prioridade	Investimento
● ● ● ● ●	€ €€ €€€

Fontes de financiamento

- Fundo Ambiental;
- Portugal 2030: Portugal + Verde;
- PRR – Plano de Recuperação e Resiliência;
- Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia;
- Quadro Financeiro Plurianual da UE 2021-2027;
- Programa LIFE Ambiente e Ação Climática;
- Horizon Europe.

Contribuição para os ODS